

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**POLÍTICAS PÚBLICAS, CONSELHOS MUNICIPAIS e AGRICULTURA  
FAMILIAR: representações sobre o rural em Roca Sales/RS e a emergência da  
noção de multifuncionalidade da agricultura.**

**Jair Miguel Alles**

**Porto Alegre**

**2005**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**POLÍTICAS PÚBLICAS, CONSELHOS MUNICIPAIS e AGRICULTURA  
FAMILIAR: representações sobre o rural em Roca Sales/RS e a emergência da  
noção de multifuncionalidade da agricultura.**

**Jair Miguel Alles**

**Professor Orientador: Doutor Paulo Eduardo  
Moruzzi Marques**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-  
Graduação em Desenvolvimento Rural como  
requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em  
Desenvolvimento Rural

Série PGDR- Dissertação nº 51

Porto Alegre

**2005**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

A Banca Examinadora abaixo relacionada aprovou, no *dia 31 de agosto de 2005*, a Dissertação de *Jair Miguel Alles* com o título **POLÍTICAS PÚBLICAS, CONSELHOS MUNICIPAIS e AGRICULTURA FAMILIAR: representações sobre o rural em Roca Sales/RS e a emergência da noção de multifuncionalidade da agricultura, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural.**

Banca examinadora:

Professor Doutor Paulo Eduardo Moruzzi Marques \_\_\_\_\_  
(Orientador-presidente PGDR/PRODOC/UFRGS)

Professora Doutora Renata Menasche \_\_\_\_\_  
(FEPAGRO/UERGS)

Professor Doutor Marcelo Kunrath da Silva \_\_\_\_\_  
(PGDR/ Departamento de Sociologia/ UFRGS)

Professor Doutor Eduardo Ernesto Filippi \_\_\_\_\_  
(PGDR/ Departamento de Ciências Econômicas/ UFRGS)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço inicialmente a minha mãe Severa Alles e aos meus irmãos Sérgio, Elói e Rosane pela presença em todos os momentos da minha vida. A família com certeza é o centro de tudo.

Ao professor e amigo Paulo Moruzzi por toda sua dedicação e principalmente paciência na orientação desse trabalho, pois sem o mesmo essa dissertação com certeza não se concluiria.

Ao PGDR na figura dos professores e funcionários pela acolhida e prestatividade oferecida neste tempo de convívio.

À CAPES pela bolsa de estudos que viabilizou financeiramente este empreendimento acadêmico.

Aos amigos e colegas da turma 05/2003 de mestrado.

Aos colegas da UERGS pelo auxílio na pesquisa.

Aos atores sociais entrevistados, pela disponibilização de seu tempo e de sua boa-vontade.

Aos integrantes da banca de defesa da dissertação pelas importantes sugestões.

Enfim, a todas as pessoas e instituições que de uma forma ou outra colaboraram para a concretização desse trabalho.

## RESUMO

Esta dissertação trata inicialmente de questões relativas ao papel das políticas públicas voltadas à modernização da agricultura nos contextos internacional e brasileiro. Com efeito, procurou-se evidenciar como foram concebidos os processos de modernização agrícola assentados no produtivismo. A propósito, os problemas sócio-ambientais gerados por estas políticas propiciaram o início do debate sobre a multifuncionalidade da agricultura. No caso brasileiro, a contestação das políticas de modernização conservadora da agricultura chegando levou ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), cujo público-alvo, os agricultores familiares, estiveram, em grande medida, alijados até então das políticas públicas modernizantes. Num segundo momento, chamou-se a atenção para a emergência da noção de multifuncionalidade da agricultura, particularmente no que ela pode vir a transformar os rumos do desenvolvimento rural brasileiro, além da questão da produção. Traçando paralelos com o debate da multifuncionalidade, dedicou-se um capítulo sobre a evolução das concepções em torno da propriedade fundiária: de um direito irrestrito à sua função sócio-ambiental. Na atualidade, a incorporação de demandas ambientais reorientaram essa discussão. Por outro lado, a dissertação permite também discutir o lugar do Conselho de Desenvolvimento Rural (CMDR) de Roca Sales, a partir de uma interpretação fundada nas lógicas de seu funcionamento. Destacou-se a dependência do conselho em relação a programas estaduais e federais cuja alocação de recursos exige a caução dos conselheiros do desenvolvimento rural. Enfim, procurou-se discutir as representações sociais dos atores locais, de alguma maneira implicados no conselho, sobre a agricultura e o mundo rural. Notadamente, tentou-se examinar em qual medida as preocupações com o desenvolvimento rural consideram funções não produtivas da agricultura, principalmente nas dimensões da: reprodução socioeconômica das famílias; promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais; manutenção do tecido social e cultural e preservação dos recursos naturais e da paisagem rural. Nesse sentido, puderam-se apreender nas visões dos atores locais percepções que se aproximam dos fundamentos da noção de multifuncionalidade da agricultura, principalmente quando relacionados à temas como: agroindustrialização familiar, diversificação, profissionalização do agricultor, segurança alimentar, autoconsumo e turismo rural. Com efeito, as preocupações com o desenvolvimento rural revelam propensões dos atores locais em considerar as funções não mercantis da agricultura.

Palavras-chave: multifuncionalidade da agricultura, políticas públicas, agricultura familiar, conselhos municipais de desenvolvimento rural, produtivismo.

## RÉSUMÉ

Ce mémoire considère premièrement des questions liées au rôle des politiques publiques associées à la modernisation de l'agriculture dans les contextes international et brésilien. En effet, on a cherché à mettre en évidence comment les processus de modernisation agricole ont été conçus, s'appuyant sur le productivisme. A ce propos, les problèmes sociaux et environnementaux attachés à ces politiques ont encouragé l'apparition du débat sur la multifonctionnalité de l'agriculture. Dans le cas brésilien, la remise en question des politiques de modernisation conservatrice de l'agriculture a abouti à la mise en place du Programme national de renforcement de l'agriculture familiale (Pronaf) dont la majorité des bénéficiaires, les agriculteurs familiaux, avait été jusqu'alors exclue des politiques publiques de modernisation. Dans un deuxième temps, on a souligné l'importance de l'émergence de la notion de multifonctionnalité de l'agriculture, notamment pour les orientations à venir du développement rural brésilien, au-delà de la question de la production. Elaborant des parallèles avec le débat sur la multifonctionnalité, on a consacré un chapitre à l'évolution des conceptions autour de la propriété foncière : d'un droit absolu à sa fonction sociale et environnementale. Il s'agit de considérer l'actuelle réorientation du débat en raison de l'incorporation des demandes environnementales. Par ailleurs, le mémoire permet aussi de discuter de la place du Conseil de développement rural de Roca Sales à partir d'une interprétation fondée sur les logiques de son fonctionnement. On a relevé la dépendance du conseil à l'égard des programmes régionaux et fédéraux dont l'attribution des fonds exige la caution des conseillers en développement rural. Enfin, on a cherché à discuter les représentations sociales des acteurs locaux, impliqués d'une manière ou d'une autre dans le conseil, sur l'agriculture et sur le monde rural. Notamment, on a tenté d'examiner dans quelle mesure les préoccupations concernant le développement rural prennent en compte les fonctions non productives de l'agriculture, principalement dans les dimensions suivantes : reproduction socio-économique des familles ; promotion de la sécurité alimentaire de la société et des familles rurales elles-mêmes ; entretien du tissu social et culturel et préservation des ressources naturelles et du paysage rural. Ainsi, on a pu entrevoir dans les visions des acteurs locaux des perceptions qui s'approchent des fondements de la notion de multifonctionnalité de l'agriculture principalement celles associées aux thèmes de l'agro-industrie familiale, la diversification des activités rurales, la professionnalisation de l'agriculteur, la sécurité alimentaire, l'autoconsommation et le tourisme rural. En effet, les préoccupations concernant le développement rural révèlent des propensions des acteurs locaux à considérer les fonctions non marchandes de l'agriculture.

Mots-clés : multifonctionnalité de l'agriculture, politiques publiques, agriculture familiale, conseils municipaux de développement rural, productivisme.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1: Composição do conselho de desenvolvimento rural em Roca Sales.....</b>	<b>71</b>
<b>Quadro 2: Atas do CONDER entre 1996-2000.....</b>	<b>74</b>
<b>Quadro 3: Atas do CONDER em 2001 .....</b>	<b>75</b>
<b>Quadro 4: Atas do CONDER em 2002.....</b>	<b>79</b>
<b>Quadro 5: Atas do CONDER em 2003.....</b>	<b>80</b>
<b>Quadro 6: Diferenças entre bancos e cooperativas de crédito.....</b>	<b>103</b>

## LISTA DE SIGLAS

**AAA:** *Agricultural Adjustmente Act*

**AGF:** Aquisições do Governo Federal

**AIRS:** Agroindústrias Rurais

**APP:** Área de Preservação Permanente

**BIRD:** Banco Interamericano de Desenvolvimento

**BMVF:** Bolsa de Mercadorias e Valores Futuros

**CAI:** Complexo Agroindustrial

**CCC:** *Credit Commodity Corporation*

**CEE:** Comunidade Econômica Européia

**CMDR:** Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

**CONDER:** Conselho de Desenvolvimento Rural de Roca Sales

**CPDA:** Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

**CPR:** Cédula do Produtor Rural

**EGF:** Empréstimos do Governo Federal

**EMATER:** Escritório Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural

**EUA:** Estados Unidos da América

**FEE:** Fundação Estadual de Economia e Estatística

**FEPAGRO:** Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária

**FPM:** Fundo de Participação dos Municípios

**GATT:** Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio

**ICMS:** Imposto sobre Circulação de Mercadorias

**IDH:** Índice de Desenvolvimento Humano

**NCCB:** Novo Código Civil Brasileiro

**OCDE:** Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico

**PAC:** Política Agrícola Comum

**PAF:** Programa Agroindústria Familiar

**PGDR:** Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural

**PRONAF:** Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**SIAL:** Sistema Agroalimentar Localizado

**SICREDI: Sistema de Crédito Cooperativo**

**SIM: Sistema de Inspeção Municipal**

**SNCR: Sistema Nacional de Crédito Rural**

**SPL: Sistema Produtivo Localizado**

**STR: Sindicato dos Trabalhadores Rurais**

**UE: União Européia**

**UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul**

**UFRRJ: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**UNIVATES: Universidade do Vale do Taquari de Ensino Superior**

**USDA: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos**

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO GERAL.....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>MODERNIZAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: DO PRODUTIVISMO À MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA?.....</b>	<b>19</b>
2.1	Introdução.....	19
2.2	Da Modernização da Agricultura de Países Mais Industrializados à Multifuncionalidade da Agricultura.....	20
2.3	Da Modernização Conservadora da Agricultura Brasileira ao Fortalecimento da Agricultura Familiar.....	28
2.4	A Modernização da Agricultura em Roca Sales.....	32
2.5	Conclusões.....	38
<b>3</b>	<b>O TEMA DAS FUNÇÕES DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA E A MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA.....</b>	<b>41</b>
3.1	Introdução.....	41
3.2	Algumas Notas Sobre Representações Sociais.....	43
3.3	Algumas Breves Considerações Sobre o Estado.....	46
3.4	Direitos Individuais e Sociais: a Emergência do Conceito de Sociedade Civil.....	49
3.5	A Evolução das Funções da Propriedade nas Legislações Internacionais e Brasileiras.....	51
3.6	A Estrutura Fundiária e o Percurso das Legislações Agrárias no Brasil: da Propriedade Privada Como um Direito Absoluto à Função Sócio-Ambiental da Propriedade.....	53
3.7	Conclusões.....	59
<b>4</b>	<b>INSTÂNCIAS DE CONCERTAÇÃO LOCAL: UM ESTUDO SOBRE O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE ROCA SALES.....</b>	<b>62</b>

4.1	Introdução.....	62
4.2	Considerações Sobre Participação, Esfera Pública e Sociedade Civil.....	63
4.3.	A Relação do Conder com seu Ambiente Institucional: a “Invenção” dos Conselhos.....	66
4.4.	Conclusões.....	84
5	A NOÇÃO DE MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO EM ROCA SALES: VISÕES DE ATORES LOCAIS SOBRE O RURAL E A AGRICULTURA.....	86
5.1	Introdução.....	86
5.2	Questões Conceituais Sobre Temas com Destaque nos Discursos de Atores Locais: Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroalimentares Localizados na Perspectiva das Agroindústrias Familiares.....	87
5.3	Visões dos Atores Sobre a Importância da Agricultura: em Perspectiva as Dimensões da Noção de Multifuncionalidade da Agricultura.....	94
5.4	Percepções dos Atores Locais em Torno das Dimensões Multifuncionais da Agricultura.....	106
5.5	Conclusões.....	125
6	CONCLUSÕES FINAIS.....	128
	REFERÊNCIAS.....	136
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS JUNTO AOS CONSELHEIROS/GESTORES LOCAIS DO DESENVOLVIMENTO RURAL.....	148
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO À FAMÍLIAS RURAIS NA PRIMEIRA FASE DE PESQUISA.....	152
	APÊNDICE C – RELAÇÃO ENTREVISTADOS.....	158
	ANEXO - LOCALIZAÇÃO MUNICÍPIO ROCA SALES NO RIO GRANDE DO SUL..	161

# 1 INTRODUÇÃO GERAL

O objetivo dessa dissertação consiste em realizar um estudo sobre o modelo de desenvolvimento rural brasileiro, principalmente dos discursos de atores locais. Dois eixos orientaram esta reflexão: a emergência da noção de multifuncionalidade da agricultura e a descentralização das políticas públicas. Numa abordagem multidisciplinar, revisita-se a história das políticas públicas no desenvolvimento rural. Trata-se de examinar a gênese e a evolução da idéia segundo a qual a agricultura deva cumprir determinadas funções (econômicas, sociais e ambientais), indicando as modificações que ocorreram no tempo e no espaço. Imbricada na discussão de políticas públicas, discute-se o surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a emergência da noção de multifuncionalidade da agricultura. Tais fenômenos constituem um objetivo de análise em vista de nossa reflexão sobre as expressões – nos discursos de atores sociais envolvidos direta ou indiretamente com o desenvolvimento local, traduzindo modos de pensamento – que apresentem idéias com correlações e conexões com os aspectos multifuncionais da agricultura. Tomamos como referência, aqui, as dimensões destacadas pela equipe brasileira de pesquisa sobre a multifuncionalidade da agricultura, a saber: reprodução socioeconômica das famílias; promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais; manutenção do tecido social e cultural e preservação dos recursos naturais e da paisagem rural (CARNEIRO; MALUF, 2003, p.22).

Por outro lado, a análise visa também descortinar o campo de disputas local, com suas dinâmicas, conflitos, consensos e relações de poder em torno ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Roca Sales (CONDER), a partir de uma discussão sobre a dinâmica de seu funcionamento. O conselho municipal de desenvolvimento rural (CMDR) foi escolhido como foco de nossa análise na medida em que representa uma inovação recente no cenário nacional das políticas públicas.

O problema central dessa dissertação consiste em discutir em que medida as representações de atores sociais<sup>1</sup> sobre a agricultura e desenvolvimento rural em Roca Sales, no

---

<sup>1</sup> Ligados direta ou indiretamente a gestão de políticas públicas, mas predominantemente com assento no Conselho de Desenvolvimento rural de Roca Sales (seis das onze entrevistas).

Rio Grande do Sul, correspondem aos princípios forjados no debate sobre os aspectos multifuncionais da agricultura familiar nas dimensões acima referidas. Trata-se, em outros termos, de apreender, nas percepções desses atores sociais em termos estruturais e estruturantes dos modos de pensamento, e que se refletem em seus *habitus*, qual o lugar do desenvolvimento rural e da agricultura neste município. Como problema secundário, a análise da dinâmica interna do Conselho de Desenvolvimento Rural de Roca Sales procura discutir qual o seu papel para a democratização e para os rumos do desenvolvimento rural em Roca Sales?

Para contextualizar, a noção de função da agricultura surge no debate em torno do desenvolvimento econômico industrial, tendo um caráter estritamente econômico. Trata-se de uma visão clássica sobre a agricultura numa ótica disciplinar, na qual seu papel seria liberar mão-de-obra para a indústria; abastecer o mercado urbano com alimentos baratos, absorver produtos industrializados; expandir as exportações e financiar outros setores da economia.

Contudo, disciplinas como a história e o direito nos mostram que, no decorrer do tempo, questões referentes às funções sociais e ambientais são paulatinamente incorporadas ao debate, sendo assim um reflexo de uma sociedade cambiante e que se adapta normativamente as mudanças dos processos sociais tanto locais como globais. Efetivamente temas, como o ambiental, transcendem as fronteiras administrativas.

Em relação ao conselho, nossa hipótese considera a existência de configurações locais de poder que, apesar de apresentar forte ancoragem de práticas políticas “tradicionais”, com alguma permeabilidade para a absorção de novas práticas no processo de tomada de decisões e de gestão das políticas públicas no contexto da democratização brasileira. As políticas públicas de reforço do papel dos agricultores familiares favorecem estas tendências, o que, dessa forma, descortina novas possibilidades de avanço nos rumos do debate sobre o desenvolvimento rural em Roca Sales.

Neste quadro, considera-se a hipótese de que entre os atores locais, encontram-se representações sociais com conexões aos aspectos multifuncionais da agricultura familiar. Contudo, os traços vigorosos do modelo produtivista estão incorporados nos esquemas de pensamento (*habitus*), o que bloqueia, em grande medida, a transformação das representações incorporadas sobre o papel da agricultura e do desenvolvimento rural. Em todo caso, sinais de esgotamento do modelo de desenvolvimento, que predomina até os dias de hoje, podem ser observados em escala mundial. As novas concepções emergem notadamente do debate sobre a

sustentabilidade, ganhando contornos no Brasil rural enquanto associadas particularmente às propostas de desenvolvimento territorial sustentável.

Tratando-se de uma pesquisa social, não podemos desconsiderar o elevado grau de iniquidade social no Brasil o que confere uma distribuição assimétrica dos recursos. Esta desigualdade se reflete, por exemplo, no acesso a serviços básicos ou na condição nutricional (fome e desnutrição). Assim, não surpreende o fato do Brasil apresentar um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) “insatisfatório”, sobretudo se for levado em conta nosso elevado PIB. Esta posição econômica estratégica em nível mundial contrasta com as desigualdades sociais notórias e a elevada concentração fundiária e da renda.

De outra sorte, as políticas públicas contribuem muitas vezes por acentuar a desigualdade econômica e social. Então, a proposição desta pesquisa é, partindo da noção da multifuncionalidade da agricultura, apontar elementos constituintes e estruturantes contidos nas relações sociais, captadas em nossa pesquisa nos discursos dos atores locais, que condicionam ou talvez conduzam as políticas públicas em direção a um desempenho pouco eficaz em termos de diminuição das desigualdades, em razão do predomínio de parâmetros economicistas nas escolhas realizadas. Portanto, um estudo sobre as diferentes visões sobre as políticas públicas, a agricultura e os temas que se reportam ao “meio rural” se fazem pertinentes.

Diante de novas demandas que surgem e também de questionamentos quanto ao teor das atuais políticas públicas brasileiras (como o do alcance do PRONAF), a noção da multifuncionalidade da agricultura parece se tornar uma ferramenta das mais pertinentes para incorporar a sustentabilidade social e ambiental como eixos de (re)orientação de políticas públicas agrícolas e de desenvolvimento rural. Aliás, vale insistir que os argumentos em torno da multifuncionalidade são principalmente associados às idéias com vista ao alcance da sustentabilidade, tanto ambiental como social.

Em grande medida, este trabalho foi possível pelo fato de estar inserido numa pesquisa interinstitucional, cuja abrangência é nacional. No Rio Grande do Sul, a equipe composta por pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro) constitui um dos braços do grupo nacional, que articula uma rede de pesquisadores franco-brasileiros. Registrada no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. A pesquisa se desenvolveu a partir de três projetos:

1. “Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras” (Projeto Cnpq/Coagr 520.755/2001-04). Coordenado por Renato Sérgio Maluf (CPDA/UFRRJ), este projeto teve vigência entre fevereiro de 2002 e fevereiro de 2003 (prorrogado para maio de 2003).
2. “A noção de multifuncionalidade da agricultura, aspectos analíticos e implicações nas políticas públicas: a experiência francesa e o caso do Brasil (Projeto: Acordo CAPES-COFECUB, 395/02). Este projeto foi desenvolvido entre janeiro de 2002 e dezembro de 2003, sendo coordenado no Brasil por Renato S. Maluf (CPDA/UFRRJ) e, na França, por Bernard Roux (INRA).
3. “Multifonctionnalité de l’agriculture. Construction d’une démarche d’analyse au niveau local à partir d’un dispositif comparatif en France et au Brésil” (Projeto: Appel à propositions de recherche 2002 “Recherches et expertises sur la multifonctionnalité de l’agriculture et des espaces ruraux”, Inra-Cirad-Cemagref, França). O projeto teve vigência entre março de 2003 e março de 2004. O Coordenador brasileiro foi Renato S. Maluf (CPDA/UFRRJ) e os coordenadores franceses foram Bernard Roux (INRA) e Philippe Bonnal (CIRAD).

Em particular, os projetos procuraram estudar três esferas ou níveis de expressão da multifuncionalidade em sete regiões contrastantes no Brasil: as famílias rurais, o território e a sociedade. Numa primeira fase foram pesquisadas as características, percepções das famílias rurais em relação aos aspectos multifuncionais da agricultura. Nesta etapa, foram, no que diz respeito a essa dissertação, entrevistadas 20 famílias rurais da comunidade de Fazenda Lohmann em Roca Sales (ver questionário no apêndice B). Os dados relativos a esta pesquisa foram empregados no decorrer de nossa reflexão.

O conjunto dos projetos busca definir um referencial sobre a noção de multifuncionalidade da agricultura familiar com fins, notadamente, de auxiliar a análise e a formulação de políticas públicas com vistas à promoção das unidades familiares rurais e ao desenvolvimento rural sustentável. No Rio Grande do Sul, a equipe concentrou suas atenções de pesquisa na agricultura familiar do Vale do Taquari (ver anexo), mais precisamente nos municípios de Roca Sales e Vespasiano Correa.

Particularmente, minha inserção no projeto visava realizar um trabalho de análise partindo de meu interesse inicial pelo debate sobre o desenvolvimento sustentável. Com este propósito, a escolha do município de pesquisa (Roca Sales) ocorreu, em grande parte, em função da delimitação geográfica desse projeto nacional de pesquisa. Este recorte espacial se associou à área de abrangência da unidade da UERGS de Encantado, que foi a instituição pioneira desse acordo de cooperação, coordenado no Brasil pelo Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

Além da oportunidade de me inserir numa equipe interinstitucional, minha motivação por esta pesquisa se refere à sua contribuição para a discussão acerca da idéia-força “multifuncionalidade da agricultura” no Brasil, cuja vocação consiste em fundamentar a formulação de políticas públicas visando à melhoria das condições de vida das famílias rurais e ao desenvolvimento rural sustentável. A multifuncionalidade da agricultura pode ser analisada a partir de uma lógica de reorientação das políticas públicas voltadas ao rural, contribuindo para consolidar o objetivo de fortalecer a agricultura familiar na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável no Brasil.

Um outro fator que justifica o interesse em se pesquisar a noção da multifuncionalidade é a potencialidade que essa noção possui para tornar-se um referencial dos projetos visando equacionar os efeitos nefastos decorrentes dos históricos problemas de acesso à terra, associado à concentração fundiária no Brasil. De fato, as justificativas em vista de um efetivo programa de reestruturação fundiária tendem a serem reforçadas pela introdução da noção no país. Com efeito, a análise de alguns assentamentos rurais (mesmo não sendo objeto deste estudo) no Brasil traz prontamente a impressão de uma recriação de condições de insustentabilidade. O debate sobre a noção de multifuncionalidade da agricultura aponta para um novo enfoque norteador das políticas públicas de reforma agrária e, assim, trata-se de transformar as lógicas de instalação dos assentamentos (fugindo da equação simplificadora que apenas calcula a inserção das famílias rurais no “mercado capitalista”). Seus termos contestam, portanto, uma inexorável e inevitável lógica da modernização que gera diminuição da população rural, degradação dos recursos naturais e, por conseqüência, a multiplicação de vários problemas sociais.

Particularmente em função desse tema do acesso à terra se aproximar do debate sobre multifuncionalidade, essa dissertação recorre à disciplina do direito agrário para discutir a evolução da noção do absolutismo da propriedade, passando pela função social da propriedade

fundiária e chegando ao debate em torno da função sócio-ambiental. Esse trânsito pela disciplina do direito agrário decorre em virtude de além de ser engenheiro agrônomo, ter também cursado, por dois anos, disciplinas do campo jurídico. A partir desta motivação, desenvolvo um exercício que procura enriquecer a dissertação com um enfoque um pouco mais abrangente sobre as várias facetas em torno da multifuncionalidade, o que nos ajuda a compreender melhor a realidade das diferentes expressões de ruralidade no Brasil.

No plano das referências teóricas, vale destacar que essa presente dissertação se apóia particularmente num pressuposto básico norteador de Norbert Elias (1994) segundo o qual a sociedade humana caminha num processo constante de maior diferenciação e integração, expressa no conceito de interdependência. Aqui, pode-se apresentar um paradoxo das sociedades ocidentais contemporâneas: somos cada vez mais dependentes um dos outros (tanto em termos micro como macro social), porém cresce o individualismo, a partir de uma sensação de autonomia dos indivíduos.

Em relação aos procedimentos metodológicos, usando os termos de Duarte (2002), explicito os “caminhos” (métodos) que segui para responder aos meus problemas de pesquisa nessa dissertação. Salientando que, durante a caminhada, foram necessárias algumas correções de rota para que conseguisse encontrar a melhor resposta, ou melhor, “um modelo explicativo adequado” para as minhas perguntas de pesquisa. Além de servir como guia, os procedimentos metodológicos servem como elemento para dar transparência e confiabilidade para que outros pesquisadores possam avaliar a qualidade das escolhas realizadas. Em outras palavras, procuro descrever ao máximo o processo de construção da metodologia, para dar conta dos quesitos transparência e confiabilidade, a fim de validar e legitimar a pesquisa. Segundo Cortes (1998), depois de explicitados os papéis desempenhados e os passos seguidos, caberá a coletividade científica e acadêmica avaliar e averiguar a objetividade e o acerto das decisões metodológicas do pesquisador considerando o problema de pesquisa que ele se propunha resolver.

As representações de atores locais sobre temas relacionados à agricultura e ao desenvolvimento rural são o foco de análise desse trabalho. Secundariamente, propomos uma análise do Conselho de Desenvolvimento rural. A partir dessas premissas, foi elaborado o roteiro de entrevista semi-estruturada aplicada junto aos atores sociais (vide apêndiceA).

A escolha dos onze interlocutores privilegiou os ocupantes de assento no conselho de desenvolvimento rural de Roca Sales, caso dos seis entrevistados abaixo: a) o Presidente do

Sindicato dos Trabalhadores Rurais; b) o Secretário Municipal de Agricultura; c) um Vereador; d) o Inspetor da Vigilância Sanitária; e) o Gerente do Sicredi Local; f) o Técnico da Emater Local. Devido à ligação estreita com os rumos do desenvolvimento rural também foram entrevistados: a) o Pastor da Igreja Luterana; b) o Prefeito Municipal; c) o Biólogo da Prefeitura; d) um Proprietário de Mercearia; e) o Secretário Saúde Município.

Para a elaboração do roteiro de entrevista, contei com a ajuda de meu orientador. Foram feitas quatro versões antes de se chegar ao modelo aplicado. Na construção da entrevista, também participou o pesquisador Philippe Bonnal e os membros da equipe gaúcha com importantes contribuições. Assim, o roteiro elaborado incorporou um considerável acúmulo de experiências. Dessa forma, a entrevista assentou-se em nove grandes grupos de questões referentes a eixos temáticos distintos, que apresento abaixo (ver mais detalhes no apêndice A): a) Identificação; b) Características da instituição/organização; c) Representações sobre a organização e o território; d) A importância da agricultura para o município; e) Agricultura e meio ambiente; f) Agricultura e sociedade; g) Modelo de agricultura; h) Forma de intervenção; i) Representações sobre política e sociedade; j) Visões sobre conselho desenvolvimento: 1) Missão conselho; 2) Funcionamento do conselho; 3) Conselho e participação das famílias rurais; 4) Conselho e planejamento; 5) Conselheiro e formação/informação; 6) Conselho e políticas de desenvolvimento rural; 7) Conselho e tomada de decisão; 8) Avaliação/propostas do entrevistado em relação ao conselho.

As entrevistas foram realizadas em fevereiro de 2004 e contaram com a colaboração de professores (Renata Menasche, Leonardo Beroldt e Osmar Tomaz) e de estudantes (Ivan Tremarin, Karin Lohmann, Silvane Maria Pezzi, Cândida Zanetti, Alex Genessini e Leila Schmitz) da UERGS, além da participação do meu orientador.

Após a realização das entrevistas, efetuei um trabalho preliminar de exame do material. Em seguida, utilizei a técnica de análise de conteúdo para uma investigação mais cuidadosa, selecionando nesse momento os temas mais recorrentes nas entrevistas e aos quais me remeterei ao longo dos capítulos da presente dissertação, quando da sua pertinência.

A estrutura da dissertação está assentada em seis capítulos. O primeiro trata-se de uma introdução geral. O segundo aborda, em breves linhas, a evolução das políticas agrícolas tanto do EUA, da Europa como do Brasil. Trata-se de propor uma visão geral de seus princípios norteadores, profundamente ancorados na perspectiva do aumento constante da produtividade agrícola. Essa escolha decorre da idéia segundo a qual grande parte das instituições brasileiras

conserva, em diferentes proporções, o modelo produtivista como orientador de suas intervenções, basta ver exemplos como os da Embrapa, dos serviços estaduais de assistência técnica e das secretárias de agricultura. Assim, nossa intenção consiste em apresentar a constituição e evolução do modelo produtivista de modernização da agricultura a fim de estabelecer referências consistentes para a análise das visões dos atores sociais sobre a agricultura e o rural. Neste capítulo, propomos ainda uma introdução à noção da multifuncionalidade, além de uma breve apresentação da modernização da agricultura familiar em Roca Sales. Esta última contou com importantes informações e contribuições da equipe gaúcha de pesquisa sobre a multifuncionalidade da agricultura, cujo material serviu de base para a confecção de um documento de pesquisa apresentado no Workshop: Efeitos das Interação Políticas Públicas e dinâmicas locais sobre a agricultura familiar, ocorrido em João Pessoa na Paraíba (MORUZZI MARQUES et al, 2005).

No terceiro capítulo, realizou-se um trabalho de aproximação com a disciplina do direito agrário, propondo um diálogo multidisciplinar com vistas ao enriquecimento da dissertação. Nossa perspectiva se orienta pela idéia de mostrar a evolução do absolutismo que envolvia a propriedade fundiária, para a noção de função social e, mais recentemente, para a noção de função sócio-ambiental da propriedade nas normas legislativas.

O intento principal do quarto capítulo consiste em analisar as dinâmicas do Conselho de Desenvolvimento Rural de Roca Sales. Paralelamente a participação social em espaços públicos é analisada. As atas do conselho e os discursos dos atores sociais são os elementos a partir dos quais fundamentamos nossa análise.

A análise das representações sociais de atores locais sobre o papel da agricultura e sobre o desenvolvimento rural é o objetivo do quinto capítulo. Também se busca nos discursos destes atores os vínculos e contradições com as dimensões da multifuncionalidade da agricultura como já referido anteriormente. No sexto capítulo há uma síntese geral através de conclusões gerais e que ajudem a dar um maior entendimento das proposições dessa dissertação.

## 2 MODERNIZAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: DO PRODUTIVISMO À MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA?

### 2.1 Introdução

As políticas de desenvolvimento rural passam hoje por transformações relevantes. O debate em torno da renovação das políticas agrícolas, norte-americana e européia ilustra bem estas mudanças. A incorporação de questões como as ambientais, que podem ser vistas apenas como legitimadoras dos subsídios para a agricultura<sup>1</sup>, traz significativos rearranjos neste campo. Sociedades em rede hoje conectam pessoas ou grupos sociais em todas as partes do planeta, formando as “redes” tanto de informações, como de capitais, como lembra Castells (1999), então não é de se estranhar que os efeitos destas novas lógicas para enfrentar os conflitos comerciais internacionais venham fazer surtir seus efeitos de maneira bem rápida em nosso cotidiano<sup>2</sup>. Estas mudanças trazem idéias que provocam debates, notadamente em torno da multifuncionalidade da agricultura e do desenvolvimento sustentável, e são incorporadas na agenda mundial da discussão sobre os rumos do desenvolvimento (rural). É oportuno aqui apresentar um interessante ponto de vista sobre o desenvolvimento rural:

O desenvolvimento rural é definido como um processo que resulta das ações articuladas, que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais. Dadas as especificidades e particularidades do espaço rural, determinadas pelas condicionantes sociais, econômicas, edafoclimáticas e tecnológicas, o desenvolvimento rural refere-se a um processo evolutivo, interativo e hierárquico quanto aos seus resultados, manifestando-se nos termos dessa complexidade no plano territorial (SCHNEIDER, 2003, p. 7).

Para o desenvolvimento de nossas idéias na seção 2 se analisará brevemente as políticas de modernização da agricultura, passando pelo exemplo americano, num recorte histórico que vai da grande crise de 1929 até a aprovação da *Farm Bill* de 2002.

Nessa seção também, em um segundo momento irá se discutir a evolução das políticas agrícolas européias até a reforma da PAC (Política Agrícola Comum) realizada em 1999. Em

---

<sup>1</sup> Com toda as conotações que esse termo teve, e terá daqui por diante.

particular, se discutirá a consolidação, na Europa, dos subsídios (altamente contestados por alguns setores sociais da própria Europa) através da garantia de preços e pelo auxílio à unidade de exploração. Este auxílio está progressivamente condicionado a algumas contrapartidas do agricultor, dentre as quais ter uma prática ambiental, como preservação da paisagem rural, contribuição ao ordenamento territorial, cuidado com o bem estar dos animais, além do compromisso em reduzir áreas de plantio com vistas à redução da produção e, conseqüentemente, dos excedentes agrícolas. Ou seja, trata-se de, em grande medida considerar as várias funções da agricultura. Desta forma, se conclui essa seção com algumas considerações sobre a multifuncionalidade da agricultura.

Prosseguindo na terceira seção, apresentar-se-á uma releitura sobre as políticas agrícolas brasileiras, principalmente revisando pontos perversos da “modernização conservadora da agricultura”, o que permitirá também avaliar seu viés produtivista. Também nessa seção se analisará alguns aspectos referentes ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), considerando seu papel na renovação do debate sobre o desenvolvimento rural no Brasil.

Finalmente na quarta seção, examina-se a evolução da modernização da situação da agricultura no Vale do Taquari e mais especificamente da agricultura familiar em Roca Sales, município foco de análise dessa presente dissertação.

## **2.2 Da Modernização da Agricultura de Países Mais Industrializados à Multifuncionalidade Da Agricultura**

### **2.2.1 Políticas Agrícolas e de Desenvolvimento Rural Nos Estados Unidos da América no Século XX**

Ao se propor a discussão, num primeiro momento, da política agrícola norte-americana, pretende-se iluminar o contexto mundial atual em relação à questão da produtividade e dos subsídios agrícolas, fatores que afetam todos os demais países que estão envolvidos nas dinâmicas do comércio internacional. Aos nossos propósitos, interessa destacar as raízes do

---

<sup>2</sup> Pode-se falar em globalização, ou nos termos de Elias (1994) como processo de interdependências.

produtivismo nas políticas agrícola dos países mais industrializados, cuja repercussão é notória sobre todas as agriculturas do planeta. Também é oportuno destacar que como Veiga (1991) lembra, durante o processo de modernização da agricultura americana a categoria social privilegiada foi a agricultura familiar em detrimento a patronal.

Desta forma, pode-se estabelecer como marco histórico relevante do início da intervenção estatal e do protecionismo norte-americano, em torno de seu setor agrícola, o período após a grande crise de 1929. Tal crise gerou um abalo em toda a economia mundial e atingiu, entre outros, o setor agrícola de forma muito drástica. Mas antes da crise de 1929, o setor agrícola americano já apresentava sinais de vulnerabilidade, inclusive iniciativas do então presidente Hoover procuravam amenizar tais dificuldades. Grande parte desses problemas estava relacionado aos efeitos da Primeira Grande Guerra Mundial.

Para evitar, assim, que fatores externos afetassem e desestruturassem a economia de forma tão aguda, como foram os da crise de 1929, o governo norte-americano, na gestão do então presidente Roosevelt, em 1933, criou o “*New Deal*”, implantando o plano denominado AAA (*Agricultural Adjustment Act*) “que autorizava governo a fazer acordos com os agricultores com o objetivo de controlar a produção através de: a) redução das áreas consagradas aos principais produtos; b) estocagem nas fazendas; c) contratos entre os produtores e compradores para estabilizar preços; e d) taxas que permitissem financiar essa nova política” (VEIGA, 1991, p.72-73)

Criado em 1933, o CCC (*Credit Commodity Corporation*) para reorganizar o sistema de crédito agrícola, foi transferido em 1948 para o USDA (Departamento de Agricultura dos EUA) e tinha como metas: manter o preço estável dos *comodites* agrícolas, reduzir áreas, comprar os produtos excedentes, quando fosse o caso, e fazer doações para ajudar a alimentar outros países.

Os mecanismos implantados provocaram o estabelecimento de um preço meta independente do preço internacional. Ou seja, se o preço do produto agrícola não atingisse tal patamar mínimo o governo indenizava o agricultor ou adquiria o produto (preço empréstimo).

Durante a década de 1930-40, por causa da dificuldade de exportar os produtos agrícolas, fenômeno cuja abrangência é mundial, os agricultores reduziam suas áreas de cultivo encorajados pelo governo, que subsidiou tal operação. Essa prática de redução de área de cultivo é aplicada em épocas mais recentes.

A Segunda Guerra Mundial representou novas oportunidades à economia americana (tanto rural como industrial). A indústria bélica americana necessitava de mão-de-obra e os países envolvidos mais diretamente na guerra (como a maioria dos países europeus) de alimentos. A partir desse período, observou-se um grande aumento da produtividade do trabalho agrícola (impulsionado pela garantia do preço agrícola) para atender essas novas demandas. Como lembra Veiga (1991, p.74):

O verdadeiro milagre esperado pelos agricultores americanos surgiu com a Segunda Guerra Mundial. A demanda de produtos agrícolas teve um duplo aquecimento: os combatentes exigiam grande expansão das exportações e a retomada dos níveis de emprego, acompanhada de aumentos salariais elevou, também a procura doméstica. Durante os anos 1940-46 os preços recebidos pelos agricultores americanos subiram 138%, a renda agrícola bruta aumentou 167% e a renda líquida dos produtores 236%.

Neste período, o aumento constante da produtividade associada à intensificação da quimificação e da maquinização da agricultura, possibilitou a formação de excedentes agrícolas tanto para suprir o mercado interno (população urbana crescia em função da migração rural), como para exportar, principalmente para a Europa.

Os níveis históricos de aumento da produtividade do trabalho americano na agricultura foram duas vezes superiores àqueles da produtividade do trabalho na indústria, o que implica numa forte tendência do aumento de excedentes agrícolas. O dilema constante para os americanos se refere ao que fazer com esses excedentes agrícolas, já que houve mudanças significativas nas configurações mundiais, principalmente no cenário pós-guerra na Europa, como veremos a seguir. Hoje, este problema tende a se agravar em razão das pressões dos países produtores. Também: “hoje, para que a agricultura dos países mais desenvolvidos do globo possa crescer, é necessário que as importações alimentares dos países periféricos volte a aumentar. E isto equivale a dizer que ela depende, antes de tudo, do crescimento econômico dos países que já atingiram níveis médios de renda *per capita*” (VEIGA, 1991, p.138).

Em 1947, instaura-se o GATT, um acordo multilateral para ajustar as questões do comércio internacional. Na sua criação, não se tratava nada além de um mecanismo para facilitar o comércio americano para a Europa, que queria facilidades aduaneiras. No início não houveram muitos conflitos, mas após a criação da CEE (Comunidade Econômica Européia) em 1957 e da aprovação da PAC (Política Agrícola Comum), em 1962, os conflitos começaram a pautar em certa medida as relações entre EUA e Europa, que se intensificaram durante as décadas

posteriores até chegar na época atual. É interessante recordar que até a Rodada do Uruguai (que iniciou-se em 1986) a agricultura não fazia parte das negociações do GATT.

De todo modo, para nossos propósitos, cabe ressaltar que a crescente intensificação da produção conhece críticas e provoca uma certa mudança de rumos. A *Farm Bill*, lei americana aprovada em 2002, apesar de reforçar os subsídios para manter os preços agrícolas aos agricultores, elencou um novo eixo para a aplicação dos recursos públicos, qual seja, o condicionamento da aplicação dos recursos à adoção de práticas agroambientais pelos agricultores, conectadas a disseminação de políticas de desenvolvimento rural. Tal reorientação é contraditória, pois em outras áreas da economia o governo americano está diminuindo as restrições em relação a atividades que causem impactos ambientais.

### 2.2.2 Política Agrícola Comum Européia.

Finda a Segunda Guerra Mundial, a reconstrução da Europa Ocidental exigiu grandes volumes de empréstimos e financiamentos. A reestruturação fundou-se sobre o plano *Marshall*, orientador dos investimentos americanos. O papel da agricultura nessa fase teve primeiro plano, como discorre Veiga (1991, p.127):

A aceitação do Plano Marshall, dia 5 de julho de 1947, exigiu uma certa revisão desses primeiros planos do pós-guerra. O objetivo primordial teve que passar a ser o equilíbrio do balanço de pagamentos até 1952, pois a política americana considerava a questão das finanças externas mais importante que as metas de produção e de consumo. Assim, essa adaptação do país ao novo quadro internacional acabou por dar um papel de primeiro plano a agricultura. Não somente pela necessidade de uma grande produção de alimentos e fibras, mas, também, pela importância crucial do mercado que ela oferecia ao desenvolvimento de vários ramos industriais.

Nesse contexto em 1957, seis países europeus formaram a CEE, cuja pedra fundamental foi a PAC. A CEE através de seus membros estipulou alguns princípios: dar preferência interna entre esses países, unificar tarifas e taxas cambiais, propiciar a solidariedade financeira. A PAC de outra sorte tinha como objetivos básicos: aumentar a produtividade, garantir renda aos agricultores, através de política de preços mais elevados, diminuir a desigualdade social entre

regiões e países da CEE, garantir preço adequado ao consumidor, garantir a segurança alimentar (devido à fome relacionada com as guerras).

Estes objetivos foram priorizados com vistas a modernizar uma agricultura pouco produtiva e de baixa remuneração para o agricultor (se comparada a indústria ou a outros setores em outros países, principalmente os EUA).

Podemos apontar, sem dúvida os problemas de abastecimento alimentar como preocupação principal que conduziu a criação da PAC. Para operacionalizar essa política foram tomadas várias medidas pela CEE, como: instituição de um preço de orientação, e um de intervenção, ou seja, estabeleceu-se um preço para cada produto acordado pelos países integrantes da CEE (o governo se utiliza do direito fiscal compensatório que garante o preço mínimo); estímulo ao crescimento das unidades produtivas para potencializar a utilização de máquinas; estímulo para aposentadoria precoce e estímulo à formação técnica dos jovens rurais.

Portanto houve um grande aporte público de recursos para a agricultura, estimulando o modelo produtivista com vistas, num primeiro momento, tendo em mente o problema da fome do pós-guerra. Ou seja, trata-se de equacionar a questão da segurança alimentar.

A modernização da agricultura européia, realizada em grande medida em função dos mecanismos de apoio da PAC, permitiu, a partir dos anos 60 a diminuição da dependência alimentar do velho continente. A título de exemplo “em meados dos anos 1970 a França produzia três vezes mais cereais e carnes e duas vezes mais leite do que no final dos anos 1940. Em seu conjunto, a produção do setor dobrou em vinte e cinco anos. Pela primeira vez na história, a França produzia mais do que ela podia consumir” (VEIGA, 1991, p.128). Na safra de 1979, a Europa supriu praticamente todas suas demandas internas em alimentos e, a partir do início dos anos 80, começava a exportar excedentes, contribuindo para a queda dos preços internacionais de muitos produtos. Esta trajetória da agricultura européia esteve impregnada de uma concepção produtivista.

Portanto no início dos anos setenta, a Europa atinge um patamar de segurança alimentar<sup>3</sup>, capaz de abastecer os mercados europeus. Ela passa de uma condição de importadora de alimentos (principalmente dos EUA), para uma condição de exportadora de excedentes agrícolas. Mas os custos deste modelo foram, notadamente: redução de grande parte da população rural e

---

<sup>3</sup> No sentido da capacidade de oferta de alimentos

grande degradação ambiental. Então, a sociedade européia começa a se questionar sobre o porquê continuar subsidiando a agricultura, se a questão da segurança alimentar estaria resolvida.

Em 1992, foram realizadas reformas na PAC que se centraram na diminuição dos preços de intervenção, compensada por ajudas diretas aos agricultores. Aos nossos propósitos, convém salientar aqui que a reforma de 1999 pretende, segundo o conselho europeu de Berlim, dar nascimento à uma agricultura multifuncional, sustentável, competitiva, repartida por todo o território europeu – inclusive em regiões tendo problemas específicos, - capaz de zelar pela paisagem, de manter o espaço natural, de aportar uma contribuição essencial à vitalidade do mundo rural e de responder às exigências dos consumidores em matéria de qualidade e segurança dos gêneros alimentares, de proteção ambiental e de preservação do bem-estar animal (LOYAT; PETIT, 1999).

### 2.2.3 A Multifuncionalidade da Agricultura

Vários autores localizam o primeiro uso da noção de multifuncionalidade da agricultura na Agenda 21 (Cúpula da Terra, Rio de Janeiro/1992), cujo capítulo 14 sugere que a revisão da política agrícola, o planejamento e a programação integrada tenham em conta os aspectos multifuncionais da agricultura, particularmente, em relação à segurança alimentar e à sustentabilidade (ROSSET, 1999). Portanto, os debates sobre a multifuncionalidade da agricultura e sobre o desenvolvimento sustentável caminham juntos.

Mais tarde de acordo com Maluf (2002 a, p. 242), a multifuncionalidade foi definida em 1998, pelos ministros da Agricultura da OCDE, “Além de sua função primária de ofertar alimentos e fibras, a atividade agrícola pode também moldar a paisagem, prover benefícios ambientais, tais como conservação do solo, manejo sustentável dos recursos naturais e preservação da biodiversidade, e contribuir à viabilidade de muitas áreas rurais.

Há, desta forma, uma exigência de novas condicionalidades em termos de qualidade para se manter os subsídios agrícolas, tais como os relativos aos aspectos ecológicos ou ecocondicionalidades. Aliado a esses fatores começa haver uma forte pressão internacional, pois os produtos agrícolas subsidiados pela UE e os EUA influenciam negativamente os preços

internacionais causando prejuízos e vale lembrar que os países em desenvolvimento e os mais pobres tem muitas dificuldades para alocar subsídios ao setor agrícola.

É neste contexto que emerge e ganha terreno na Europa, no final dos anos 90, a noção de multifuncionalidade da agricultura. É verdade que por vezes ela é associada (uma de suas visões) à idéia de uma nova estratégia para justificar os subsídios ao setor agrícola (LAURENT, 2000). Entretanto convém destacar o enfoque segundo o qual não se deve priorizar na agricultura unicamente a função da produção agrícola e sim outros aspectos como a da preservação ambiental, segurança alimentar, desenvolvimento territorial, manutenção da cultura e do tecido social. Em outras palavras, trata-se de uma reorientação dos subsídios, agora não mais direcionados para a produção e sim voltados principalmente a manter a organização social e territorial do “meio rural”. Mas convém ressaltar que esta noção e seus sentidos estão em disputa na sociedade.

Quanto a idéia de que a noção de desenvolvimento sustentável e de multifuncionalidade da agricultura “caminham” juntas, vale lembrar o caso recente da França, em que os Contratos Territoriais de Exploração (CTE)<sup>4</sup> foram substituídos pelos contratos de agricultura sustentável (CAD). Mesmo considerando as polêmicas em torno desta mudança, este fato demonstra que esse debate em torno da sustentabilidade é cada vez mais presente nas discussões sobre o desenvolvimento rural. Uma agricultura multifuncional permite, de um lado, recolocar os termos em que a agricultura é inserida na problemática do desenvolvimento sustentável. Por outro, oferece as bases para que sejam repensadas as políticas agrícolas em vigor no tocante as transferências sociais de benefícios aos agricultores (MALUF, 2002).

A propósito o termo multifuncionalidade da agricultura, carrega uma ambigüidade destacada por Maluf (2002) pois se, com o enfoque da multifuncionalidade, não se quer mais priorizar a produção, porque esse vínculo com o termo agricultura, e não com o território, por exemplo? Uma das respostas apresentadas aqui é de que na agricultura está o principal elo de identidade social do agricultor. De nosso ângulo de visão, o ponto central do debate consiste na idéia de que trata-se de uma construção social desta noção.

Em relação à insuficiência de um “consenso” sobre o debate social em torno da noção de multifuncionalidade da agricultura, o que permite diferentes interpretações e significados, a autora Laurent (2000, p.3-6) destaca que há três correntes principais de visões:

---

<sup>4</sup> Instrumentos de operacionalização dos valores da multifuncionalidade da agricultura

1. Primeiro registro: o debate sobre a multifuncionalidade é puramente retórico. Trata-se do efeito Lampdeusa<sup>5</sup>;
2. Segundo registro: o debate sobre a multifuncionalidade se refere a uma nova estratégia econômica para a agricultura;
3. Terceiro registro: o debate sobre a multifuncionalidade se associa a uma estratégia política para refundar as relações entre a economia, o social e os processos biotecnológicos.

O que se pode realçar é que, como todos os demais temas de interesse social, este também é um tema em disputa, ou nos termos de Bourdieu (1983), a disputa ocorre em torno de qual “visão” torne-se dominante.

A princípio, a agricultura é multifuncional na sua essência, o que varia são seus graus. Então, o que esta noção em certa medida vem resgatar é a valorização de funções negligenciadas da agricultura no processo de modernização agrícola. Aqui, um dos grandes debates gira em torno da idéia de que os agricultores não produzem apenas bens privados. Assim quando um agricultor conserva uma nascente de um rio, por exemplo, está produzindo um bem público, já que estará possibilitando a todos, o uso fruto desta água, uma água livre de contaminações. Esta diferença de enfoque quanto à valorização dos bens públicos é o que, primordialmente, diferencia a noção de multifuncionalidade da noção de pluriatividade. Os estudos fundados desta última noção se atêm mais às questões da produção de bens privados. Mas não se pode esquecer que a pluriatividade pode também favorecer a multifuncionalidade, colaborando, por exemplo, na dimensão da reprodução socioeconômica das famílias rurais, dimensão que analisaremos no quinto capítulo mais detidamente.

A importância de promover o debate sobre a noção da multifuncionalidade da agricultura no Brasil justifica-se pela crescente atenção conferida, entre nós, a um conjunto de questões tais como: “o caráter pluriativo das famílias rurais em função do peso das atividades não agrícolas no âmbito rural; o papel da agricultura e demais atividades rurais na manutenção ou na criação de novos empregos; o processamento, a transformação e a venda direta de produtos agrícolas de qualidade; o agroturismo; a proteção do meio ambiente e da biodiversidade; as preocupações ligadas à segurança alimentar; e em menor escala, a “produção-manutenção” da paisagem rural” (MALUF 2002, p. 302)

---

<sup>5</sup> O efeito Lampdeusa consiste numa máxima de que é preciso que tudo mude para manter tudo como está.

## **2.3 Da Modernização Conservadora da Agricultura Brasileira ao Fortalecimento da Agricultura Familiar**

### **2.3.1 O Caso das Políticas Públicas Brasileiras**

Nos anos 60 e 70, os militares promoveram o que ficou conhecido como “modernização conservadora da agricultura”, cuja lógica consistia em financiar com grandes volumes de crédito subsidiado a modernização da grande propriedade fundiária. A propriedade rural e a agricultura propriamente dita faziam parte de um projeto de desenvolvimento, ou seja, cumpriam suas “funções desenvolvimentistas”.

Trata-se de uma resposta produtivista às crises de abastecimento alimentar do início dos anos 60. Este processo, sem dúvida, favoreceu a industrialização e reprimiu os movimentos dos “pequenos” produtores do campo. Esta “modernização” teve como um dos efeitos o aparecimento, a partir dos meados dos anos 70 da figura do empresário rural, que começou a substituir paulatinamente, no campo político e econômico a figura do latifundiário tradicional ligado à idéia do Coronel ou do Estancieiro.

No início dos anos sessenta do século XX o Brasil, de forma “atrasada”, começou a implementar um modelo “similar” ao realizado nos EUA, no entre guerras, e na Europa no pós-guerra. A modernização da agricultura brasileira fundada nas idéias da revolução verde privilegiou alguns produtos e alguns grandes produtores enquanto que na Europa continental, por exemplo, se definiu como modelo para a modernização um certo padrão de agricultura familiar.

De fato, o modelo idealizado pela esfera estatal para a agricultura ou o meio rural no Brasil, após o ano de 1964, se associa a continuação do processo de industrialização via substituição de importações, neste sentido:

Convencionou-se dizer, entre muitos economistas, que no período entre as duas grandes crises externas do século XX – a da Grande Depressão na década de 30 e da dívida externa no início dos 80 – a economia brasileira foi dominada pelo chamado “modelo de industrialização por substituição de importações”. Este modelo, que representou a tentativa de internalizar no País os principais setores produtivos característicos da industrialização nos países capitalistas avançados – e com isso recuperar o grande atraso da economia brasileira, reduzindo as diferenças que a separavam das economias capitalistas industrializados – e teve algumas particularidades bem marcantes, das quais só

nos interessa destacar aqui uma: a importância decisiva do Estado em sua implantação. (DELGADO, 2001c, p.30)

Esse modelo idealizado no pós-guerra, a partir dos anos 50 foi fundado em forte intervenção estatal na economia. Essa discussão tem congruência com o debate da época sobre a “questão agrária”<sup>6</sup> no Brasil. Neste debate, prevalece uma corrente que atribuía essencialmente funções econômicas à agricultura (DELGADO, 2001 a, p.161):

- a) liberar mão-de-obra para trabalhar nas indústrias urbanas e fornecer alimentos baratos para os trabalhadores urbanos;
- b) reincorporar os produtos industrializados;
- c) expansão das exportações;
- d) financiamento de parte da capitalização da economia

Aqui, cabe ressaltar que muitas dessas “funções” ainda continuam presentes no imaginário social de muitos atores que estão diariamente envolvidos nos diferentes processos de desenvolvimento rural. No capítulo 5 quando se discutirá as visões de atores sociais de Roca Sales sobre o rural e agricultura, se procurará, quando existentes, traçar paralelos entre essas visões e essas funções.

Nos anos setenta esse modelo desenvolvimentista ficou conhecido como “modernização conservadora” como já se realçou. José Graziano da Silva (1996) ao analisar a transformação do complexo rural em agroindustrial explicita que houve algumas falhas indesejáveis como o excesso no “êxodo” das áreas rurais em direção aos centros urbanos. Esse movimento de migração não foi compulsório, mas sim o agricultor se movia em direção de melhores condições de vida, ou seja, a agricultura cumpria a função de liberar mão-de-obra para as indústrias urbanas como salientou o autor Delgado (2001a, p.161).

Em 1965 se criou o sistema nacional de crédito rural (SNCR). Este teve um claro papel de disponibilizar crédito direcionado aos produtos de exportação (soja, açúcar...) e aos grandes produtores. Este crédito era subsidiado com taxas negativas, que atingiu seu auge no ano de 1979 (LEITE, 2001). Esse fenômeno mostra a mudança dos centros de poder, agora centrados nos complexos agro-industriais exportadores. Anteriormente, no final do século XIX e início do século XX, era rotineiro que os grandes fazendeiros reivindicassem diretamente aos Ministros da

---

<sup>6</sup> Não iremos retomar essa discussão, mas é tema que se relaciona diretamente à questão das políticas públicas.

Fazenda correções no câmbio e que esse fosse diferenciado por produto (denotando uma prática política de beneficiar certos setores sociais). O novo período se caracterizava, como mostra Leite (2001, p.53), pelo:

consenso entre a literatura especializada sobre o processo de modernização agropecuária nacional que a política de crédito rural, operacionalizada pelo Sistema de Crédito Rural (SNCR) implementado em 1965, cumpriu papel determinante na transformação da base técnica dos estabelecimentos agrícolas, no aumento da produtividade do setor, na consolidação dos complexos agroindustriais e cadeias agroalimentares e na integração dos capitais agrários à órbita de valorização do capital financeiro. Ao privilegiar produtores (sobretudo grandes), regiões (Centro-Sul do País) e produtos exportáveis o SNCR marcou significativamente, pelo volume de recursos alocados, a conjuntura setorial do final dos anos 60, toda a década de 70 e parcialmente os anos 80.

Porém no final da década de 70, com reflexos da 2ª crise do petróleo (em nível mundial) cresceram as dificuldades para o Brasil conseguir recursos no exterior e, dessa forma o crédito subsidiado foi sendo paulatinamente reduzido no Brasil. No ano de 1982 com a moratória do México, praticamente não haviam mais ingressos de investimentos no Brasil. Diante disso, o governo teve que aumentar a taxa de juros e desvalorizar a moeda, gerando uma crise inflacionária.

Nos anos oitenta com o fim do crédito subsidiado, entrou em cena a Política de Garantia de Preços Mínimos, através das EGFs e das AGFs e também o crédito por produto.

Apesar da redução do crédito oficial, nos anos 80 podemos vislumbrar um crescimento da agricultura superior ao da indústria. Um dos fatos atribuído a isso seria a inércia dos investimentos realizados na década de 70, as políticas mais regionalizadas e uma série de ações específicas que o governo tomou para remediar as variações da economia, como as relativas à taxa de câmbio e juros.

Chegamos assim no final dos 80 com uma inflação que se mostrou mais prejudicial que a dívida externa, que vinha crescendo desde 1979. A partir desse momento, houve uma abertura da economia brasileira, com o desmonte de várias estatais que deram apoio ao setor agrícola (como o caso da Embrater). O que se pode destacar é que tanto a abertura da economia na era Collor nos anos 90, como o fim do crédito subsidiado, no final dos anos 80, foram impostos por motivos externos.

Nos anos 90 o que se verifica é o surgimento de instrumentos privados para financiar a Agricultura (CPR, BMVF). O ano de 1994 é um marco do início de uma nova configuração nas políticas públicas com foco no rural visto que neste ano um novo ator paulatinamente irá centrar atenções: o Agricultor Familiar. No ano seguinte, é instituído o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que se constitui na principal política pública voltada a essa categoria social no Brasil.

### 2.3.2 O Surgimento do PRONAF no Brasil

O Pronaf é uma inovação, sendo das mais importantes políticas públicas destinadas ao rural, podendo ser visto como sugere Ferreira et al. (2001, p. 481):

A política agrícola definida para conduzir a modernização da agricultura nacional – até o PRONAF – tinha um foco único: o aumento da produtividade, a partir da incorporação de avanços tecnológicos, e um público-alvo relativamente homogêneo: a *empresa rural*, viabilizável, sobretudo em função da disponibilidade de grandes áreas de terra e acesso garantido a numerosos e abundantes subsídios fiscais e creditícios.

Moruzzi Marques (2003) em recente artigo analisa todo o percurso de surgimento do PRONAF no Brasil, avaliando as diferentes concepções que nortearam a evolução desta que é a mais importante política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar. O autor aponta a multifuncionalidade da agricultura como boa perspectiva futura para o PRONAF visto que para este a agricultura familiar, polivalente e diversificada, constituiria um eixo para múltiplas iniciativas destinadas à revalorização do território, favorecendo notadamente a criação de oportunidades locais e a participação política. Esta perspectiva reforça, principalmente, os aspectos qualitativos do desenvolvimento (MORUZZI MARQUES, 2003). Desta maneira, a noção da multifuncionalidade da agricultura, associada à agricultura familiar, se orienta pela idéia de que a eficácia econômica incorpora, vigorosamente, temas associados à conservação da biodiversidade, à qualidade ambiental, ao equilíbrio territorial e à coesão social.

Mas uma questão que logo se torna passível de discussão é a lógica atual do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), visto ser carregado de um

enfoque “produtivista”<sup>7</sup>. A idéia central deste programa é viabilizar que agricultores familiares se capacitem de maneira a se tornarem competitivos e poderem, desta forma, ingressar com competências específicas no mercado capitalista. Desta maneira, a noção de multifuncionalidade pode contribuir para se debater esse foco e servir como abordagem para eventuais mudanças. A propósito, desde sua implementação, uma das virtudes do PRONAF consiste em ser este um programa sensível às reorientações apresentadas no campo de debate sobre a agricultura familiar. Para Maluf (2002, p. 302):

Note-se que o principal programa governamental de apoio a agricultura familiar e desenvolvimento rural no Brasil, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, em suas várias linhas de atuação já expressa um tipo de abordagem mais amplo sobre o papel da agricultura no desenvolvimento e sobre as características desta atividade, embora sem fazer utilização explícita da noção de multifuncionalidade.

O Brasil se inseriu no debate sobre a multifuncionalidade primordialmente com vistas a discutir a viabilidade de esta noção vir a ser uma opção de enfoque norteador para (re)direcionar os recursos das políticas públicas brasileiras visando um “desenvolvimento rural sustentável” . Não se trata de, como destaca Maluf (2003), conferir à multifuncionalidade o caráter de uma “panacéia”, mas fornecer novas abordagens para as políticas públicas destinadas as famílias rurais.

## **2.4 A Modernização da Agricultura em Roca Sales**

Nesta seção, discutimos a modernização da agricultura em Roca Sales, município considerado por nossa pesquisa. Além disto, aproveitamos para destacar algumas de suas características sociais, econômicas e históricas que possam contribuir com nossas análises. Cabe novamente realçar que a maioria do material dessa seção originou-se de um documento apresentado no Workshop: Efeitos das Interação Políticas Públicas e dinâmicas locais sobre a agricultura familiar, realizado em João Pessoa na Paraíba (MORUZZI MARQUES et al, 2005).

Assim tendo um nome que homenageia as visitas recíprocas dos então presidentes argentino e brasileiro, (General Júlio Argentino Roca e Manuel Ferreira Campos Sales,

---

<sup>7</sup> Apesar de várias mudanças que ocorreram nos últimos anos e que abrandaram um pouco este viés.

respectivamente), Roca Sales localiza-se no Vale do Taquari, na região centro-norte do Rio Grande do Sul (ver anexo).

A ocupação humana que origina a conformação atual da paisagem agrária do Vale do Taquari ocorre na segunda metade do século XIX. Em Roca Sales são os imigrantes alemães que colonizam inicialmente o território municipal, ocupando, sobretudo, às margens do rio Taquari. Em seguida, grupos de imigrantes italianos, vindos dos atuais municípios de Garibaldi e Bento Gonçalves, se instalam em terras mais distantes em relação ao referido rio.

No que diz respeito ao povoamento do Vale do Taquari é comum tomar por marco a chegada dos imigrantes alemães (1824) e italianos (1875) ao Rio Grande do Sul. Entretanto, registros históricos mostram que, bem antes disso, habitavam a região índios Guarani. Também anterior à chegada dos imigrantes alemães e italianos a região, temos a presença dos caboclos, agricultores pobres de origem luso-brasileira, não-proprietários de terras, que viviam de caça, pesca, coleta de pinhão e plantio de feijão, milho e batata-doce. Com a Lei de Terras de 1850, as terras da região seriam apropriadas por agentes privados, que, com a expulsão dos antigos moradores, as venderiam principalmente a imigrantes alemães e italianos.

Ao longo da primeira metade do século XX, depois da instalação dos colonos, a agricultura praticada no Vale do Taquari não sofreu muitas modificações. O sistema agrário generalizado era de tipo “policultura e pecuária”, mesclando a cultura agrícola europeia e práticas agro-alimentares dos índios e dos caboclos. Pode-se descrever dois sistemas de produção: o primeiro, nas encostas dos morros; o segundo, da base dos morros até as várzeas. Práticas de consórcio de cultivos eram comuns, assim como o pousio (à exceção das terras de várzea). Os colonos possuíam algumas vacas, cuja produção de leite e carne era destinada ao autoconsumo da família. Produziam porcos para a comercialização de banha, principal produto comercial da agropecuária regional.

No final dos anos 1940 e início dos 50, um surto de peste suína clássica provoca a eliminação de grande parte do rebanho suínico do Rio Grande do Sul. A soja já estava presente na região, como componente da alimentação dos porcos. Neste período, o esgotamento da fertilidade natural dos solos, a falta de terras disponíveis para as novas gerações de agricultores e as alterações dos padrões de consumo urbanos e do mercado mundial (especialmente no que diz respeito à substituição das gorduras animais por óleos vegetais) provocam uma crise da

agricultura colonial. A modernização da agricultura foi a resposta a crise, tendo na soja seu principal veículo.

A expansão, a partir dos anos 60, da produção modernizada de soja na região estudada – assim como no Rio Grande do Sul como um todo e em várias regiões do país – ocorreu devido a um conjunto de fatores favoráveis, tendo o crédito rural subsidiado como base para a introdução de sementes melhoradas, fertilizantes e agrotóxicos.

A implantação do cultivo de soja se estendeu rapidamente pelos estabelecimentos familiares, cobrindo inclusive as terras de morro. Ao contrário das regiões planas mecanizáveis, a tecnologia empregada permaneceu sendo a tradicional: tração animal e força de trabalho manual, em particular para a semeadura e a colheita. A soja tomou uma importância considerável nos rendimentos monetários dos agricultores. Porém, o cultivo regressou a partir dos anos 80 em razão do fim dos fartos subsídios ao crédito rural e da queda do preço da soja no mercado internacional, aliado a fatores locais como as dificuldades em mecanizar as terras acidentadas e do surgimento de fontes alternativas de renda, via integração agroindustrial principalmente de aves, suínos, fumo bem como uma maior importância comercial da produção de leite. Nos dias de hoje, a soja é ainda um cultivo da região, mas concentra-se nas terras baixas, nas quais observa-se um sistema mecanizado de plantio direto. O testemunho do prefeito municipal de Roca Sales sobre as mudanças no meio rural, nas décadas passadas, ilustra bem esse processo de modernização da agricultura:

Com muita tranqüilidade a gente lembra disso porque a gente nasceu e se criou aqui. O período do grão de soja ser um grão de ouro [levou] todo mundo [a investir] numa monocultura de soja. E com o passar dos anos, e a vinda de pragas, a lagarta da soja, o pulgão do trigo, o pessoal começou a ter outras alternativas, que foi no fim dos anos 60, 70. Entrou nos anos 80 também a criação de frangos no município, e também a criação de suínos através do sistema de creches. Primeiro, o sistema do criador do leitão, aí o sistema creche e depois o sistema terminador, e foi uma grande alavanca para fixar quem ainda estava na atividade rural e estar em cima daquela dúvida: eu preciso achar uma alternativa senão os meus filhos vão todos para a cidade. Então houve essa grande mudança e quem ficou, ainda está na atividade rural é porque agregou dentro da sua propriedade uma nova alternativa (entrevista 1:2004, prefeito).

Ainda em relação ao processo de modernização, o técnico da Emater de Roca Sales aponta alguns efeitos sobre a agricultura local:

Uma das mudanças que houve está nas máquinas e nos venenos. Isso deu um êxodo rural incrível. Onde se tinha uma família com cinco pessoas trabalhando, hoje há uma pessoa só trabalhando em cima de uma máquina, de um pulverizador, ela faz o serviço dessas cinco. Isso não contando a grande poluição e o problema social. Mas a produção e a produtividade aumentaram em relação a isso. Diminuiu a área de plantio, mas temos notícias da rede Globo e Jornal Nacional que todo ano temos uma safra recorde. Então foi um problema social, mas com aumento de produção. A evolução se deu com os pequenos produtores sendo descartados do mercado, as integradoras não querem mais. (entrevista 5:2004, técnico Emater)

Os comentários do secretário de agricultura de Roca Sales sobre a modernização que ocorreu nos últimos 20 anos reforçam os pontos de vista anteriores, apresentando uma visão na qual predomina a idéia de uma inexorabilidade do processo:

De vinte anos para cá a mecanização entrou com força na nossa atividade primária, mecanização de uma forma geral, tanto máquinas agrícolas como a própria automatização destes equipamentos (...) hoje uma pessoa controla um aviário com 50 mil aves e continuando tranqüilamente, então essa modernização da atividade produziu muito. Essa profissionalização é irreversível, daqui talvez 20 anos essa mesma população vai estar reduzida a um terço, que essa tendência é mundial, é irreversível. A população rural rocasalense pode estar reduzida a um terço, mas vai produzir 10 vezes mais. Os que vão continuar com certeza vão se profissionalizar, ter rentabilidade e vão sobrar os melhores produzindo em alguns segmentos da agricultura (entrevista 3:2004, secretário municipal de agricultura).

Também vale mencionar que o leite tornou-se uma fonte de renda regular quando se instalaram na região indústrias de laticínios que passaram a recolher a produção dos pequenos produtores. Todavia, a modernização tecnológica da pecuária leiteira é parcial, sobretudo no que se refere à produção localizada na zona central do Vale. Trata-se, em todo caso, de uma expressiva produção de leite (8% do volume estadual), realizada em estabelecimentos familiares que entregam menos de 100 litros por dia (representando 70% do total das unidades fornecedoras do produto). Porém, como sugere o técnico da Emater, “Hoje quem produz 15 litros de leite não passa nem caminhão para recolher, e a 10 ou 15 anos atrás estes era o forte da nossa agricultura” (entrevista 5:2004, técnico Emater).

Atualmente, as novas normas referentes ao leite estão deixando apreensivos vários atores sociais envolvidos com o desenvolvimento rural em Roca Sales. Vejamos alguns discursos sobre esse assunto.

A partir de 2005, com a normativa 51, os agricultores vão ter que seguir um grande número de normas, a legislação está mudando bastante nesta questão do leite e os agricultores que não se profissionalizarem vão ficar fora deste setor, então vamos ter que ir atrás de alternativas de ajustes, de crédito bancário, de apoio de vários segmentos para que não seja excluído um número maior ainda de agricultores, porque agora não pode mais se pensar em produzir 50 litros por dia, e tirar a mão. Com essa fase da globalização esse leite para a exportação nem pensar, e daqui a pouco nem o mercado interno vai ter aceitação mais, então quem está produzindo vai ter que se profissionalizar (entrevista 3:2004, secretário municipal de agricultura).

Mesmo na questão de nosso plantel leiteiro também, às vezes se financiava vaca sem saber da origem, hoje se tem a preocupação de apresentação dos principais laudos como de negativa de tuberculose/ brucelose, pela própria questão da preocupação com a qualidade, se a gente citar o leite agora no final do ano vai entrar em vigor a normativa 51 que preza mais a qualidade do leite, e se nós não orientarmos nossos agricultores para ir para este lado, o pessoal vai implantar a normativa e vai dar problemas (entrevista 6:2004, gerente Sicredi).

Convém igualmente discutir o fenômeno relativo ao desenvolvimento de integradoras agroindustriais. A lógica deste sistema consiste em utilizar a força de trabalho disponível nas famílias de pequenos agricultores familiares no processo produtivo organizado e dominado pelos integradores. A integração suína foi, e continua sendo, realizada pela cooperativa local de antiga implantação, a Cosuel, Cooperativa dos Suinocultores de Encantado Ltda. Com efeito, a história desta cooperativa remonta aos anos quarenta, quando 387 pequenos agricultores a fundaram em 1947. Desde esta data, a atividade principal é o beneficiamento do suíno, mesmo que a Cosuel tenha muito diversificado suas atividades (rações, laticínios, produtos alimentares com a marca Dália, bem conhecida no Rio Grande do Sul). Alguns poucos produtores entram no mercado de forma independente. A integração avícola é realizada por vários operadores, entre outras pela multinacional francesa Doux, que adquiriu a Frangosul. Correspondendo a um quarto da produção gaúcha, as aves do Vale do Taquari são abatidas (aproximadamente 495.000 abates por dia) em instalações que atendem as exigências de exportação.

Apesar destas transformações, pode-se afirmar que o dinamismo de produções altamente especializadas – como é o caso, notadamente das produções integradas às agroindústrias de suínos e aves, mas também do fumo e, em alguns casos de grãos – não dá lugar apenas aos produtos e técnicas consagrados a partir do processo modernizador. De fato, os cultivos e criações que empregam intensivamente as tecnologias modernas convivem com técnicas tradicionais e uma expressiva produção de alimentos voltados ao autoconsumo das famílias

rurais. Para ilustrar essa permanência de uma agricultura tradicional, é propícia uma passagem do discurso do pastor de Roca Sales: “Por incrível que pareça aqui ainda se vê boi com arado. Por incrível que pareça se tu vai lá na linha 7 de setembro a essa hora ainda tem gente puxando seu arado, pessoas com 60-70 anos se desgastando por que esse trabalho de muito esforço físico (...)”. (entrevista 10: 2004, pastor).

Algumas informações recentes sobre a agricultura familiar de Roca Sales estão acessíveis no banco de dados disponível nas páginas eletrônicas do Ministério de Desenvolvimento Agrário. Cabe alertar que os termos empregados para classificar a agricultura familiar evoluem desde os primeiros trabalhos de sua caracterização, proposta pela equipe de pesquisadores do convênio FAO/INCRA. Neste banco de dados, o total de estabelecimentos agrícolas de Roca Sales chega a 1.468, dos quais 1.445 são considerados como familiares (300 capitalizados, 506 em vias de capitalização, 188 em vias de descapitalização e 451 descapitalizados). O caráter familiar dos estabelecimentos aparece também na composição da força de trabalho destas unidades. A presença de empregados permanentes contratados é praticamente nula. O total dos estabelecimentos ocupa 17.946 ha, apenas um pouco acima da área coberta pelas unidades familiares (16.565 ha, ou 92,3% do total). Estas últimas são responsáveis por 84,6% do valor bruto da produção, cujo total atinge R\$ 21.268.000,00 (fonte: convênio FAO/INCRA, a partir dos dados do Censo Agropecuário 1995/96).

Atualmente, a população do município de Roca Sales atinge 9.365 pessoas, sendo que os indivíduos que residem em meio rural chegam a 4.544 (fonte FEE/RS). Esta localidade apresenta indicadores elevados de qualidade de vida. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município chega a 0,812, o que lhe permite galgar a 114ª posição no ranking estadual, num universo de 497 unidades municipais. No nível nacional, seu lugar é 348º (o número de municípios no Brasil é de 5.560).

Em termos de dados econômicos, Roca Sales apresenta um PIB de R\$ 163.785.279,00, o que corresponde a uma renda per capita de R\$ 17.626,00 (32º posto no RS) (fonte: FEE, 2000). A indústria de transformação e de beneficiamento responde por 56,68% da atividade econômica em 2003. O segundo lugar ocupa a produção agropecuária, com 33,39%; e por último, o comércio e os serviços representam 9,72% .

## 2.5 Conclusões

Neste capítulo se fez um resgate sobre questões pontuais e que assim de alguma forma ajudam a compreender o essencial, o foco de análise, ou seja, a emergência da noção de multifuncionalidade da agricultura nas esferas públicas. Neste sentido, fez-se uma abordagem a partir de contextos internacionais e nacional que abordaram principalmente aspectos relativos aos processos de modernização da agricultura, e sobre o produtivismo que impregnou esses processos. Também se fez oportuno resgatar alguns aspectos em relação à modernização da agricultura no município de Roca Sales, no qual foi realizada a pesquisa empírica, e no qual se constatou a supremacia da presença de uma agricultura de base familiar.

Nosso estudo assim permite mostrar as origens do produtivismo e a resposta recente construída em torno da multifuncionalidade. No caso brasileiro, as iniciativas em prol de uma agricultura multifuncional ainda está num processo incipiente de reconhecimento social, contudo esse presente estudo tem a intenção de colaborar para a discussão pública dessa noção. Com esta reflexão, podemos agora discutir os conselhos e a representação dos conselheiros em desenvolvimento rural nos capítulos 4 e 5 seguintes.

Em relação ao produtivismo esse foi fundamental nas políticas de modernização da agricultura. No caso da Europa foi o responsável pela resolução do problema da segurança alimentar no pós guerras. Contudo, apesar de sua relevância num dado momento histórico, hoje se coloca em xeque a questão produtivista, visto os vários problemas que gera. No caso brasileiro há que se fazer constar o intenso problema social gerado pela evolução das monoculturas, apesar do avanço anual das toneladas produzidas nacionalmente. Também o produtivismo gera um grande desgaste dos recursos naturais, colocando mesmo populações tradicionais em risco. Então o que fica, é que a noção de multifuncionalidade vem dispor na pauta dos debates essa evolução produtivista que ainda é muito presente no cenário brasileiro, e então temas como o referente ao desenvolvimento sustentável se fazem pertinentes.

No tocante ao tema da modernização da agricultura o que se pode novamente enfatizar é o aspecto do viés produtivista que ela teve nos diferentes países em que ela foi implementada. Dos efeitos negativos dessa modernização nos aspectos social, cultural e ambiental é que surge o debate sobre a noção de multifuncionalidade, ou seja, em ela sendo uma nova maneira de se

viabilizar um desenvolvimento rural que seja mais justo socialmente e que respeite aspectos da sustentabilidade ambiental.

De fato, a noção de multifuncionalidade é um referencial novo para se analisar as famílias rurais e não unicamente os produtos físicos gerados por esta unidade social. Este procedimento de centrar a atenção nos produtos foi um fato comum durante o processo de modernização produtivista. E da crítica dessa forma de analisar contextos sociais é que ganha força a idéia de valorizar as várias funções exercidas pela agricultura, além daquelas relativas às questões mercantis, ou seja, agora há a valorização da disponibilização de bens imateriais e da produção de bens públicos.

O debate sobre a multifuncionalidade teve seu início na Europa e tem na França um dos seus maiores expoentes. Nesse sentido vale lembrar que o que se vai tornando cada vez mais evidente hoje na Europa Ocidental é que o espaço rural é composto por um conjunto variado de bens públicos e não apenas privados, aos quais estão ligados valores que vão muito além simplesmente da produção de alimentos, fibras ou energia. É exatamente isso que imprime interesse geral à discussão européias e que ajuda a entender melhor as conexões com a realidade brasileira e que fornece à multifuncionalidade da agricultura um caráter que extrapola a simples manobra protecionista (ABRAMOVAY, 2002). De fato essa visão de que a multifuncionalidade não se trataria nada além de uma reformulação das práticas protecionistas é mais uma visão sobre essa noção, além daquelas já citadas por Laurent (2000), no presente capítulo. O que resta é a construção social das definições do que é multifuncionalidade da agricultura e para o que, e para quem serve.

Um fato que esse capítulo também vem realçar é a predominância de uma agricultura familiar no município de Roca Sales, fato esse que sempre é importante que seja sempre lembrado pois isso atribui uma característica peculiar a esse município. Mesmo que essa agricultura familiar apresente heterogeneidades quanto aos seus aspectos econômicos e sociais, de qualquer forma há um fator que une essas famílias, ou seja, suas lógicas internas.

Prosseguindo no próximo capítulo a nossa análise irá aproximar o debate em torno da noção de multifuncionalidade com a questão da evolução da noção de função social da propriedade fundiária para a de função sócioambiental a partir da incorporação de novas demandas nessa discussão, notadamente no tocante as novas considerações sobre os problemas ambientais e a necessidade que essas inovações induzem nas pessoas a terem novas percepções,

comportamentos e atitudes em relação ao meio ambiente. No tocante a multifuncionalidade novamente chamamos a atenção para a questão das ecocondicionalidades, que são novas formas de se valorizar aspectos até então negligenciados pelas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, tanto nos países chamados de Primeiro Mundo, como nos países em vias de desenvolvimento como é o caso brasileiro.

### **3 O TEMA DAS FUNÇÕES DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA E A MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA**

#### **3.1 Introdução**

A redação desse capítulo é fruto de uma escolha metodológica que procura enriquecer a reflexão sobre a multifuncionalidade da agricultura. Com vistas a contribuir com o avanço do fundo de conhecimento social sobre a noção de multifuncionalidade da agricultura nossa escolha procurou percorrer trilhas de um caminho, a nosso ver, instigante e desafiador. Tal procedimento se inspira em Elias (1998) quando lembra que a missão dos sociólogos consiste em fazer avançar o conhecimento (descobertas e inovações), seja em pequenos ou grandes passos. Para tal, a idéia de “fundo de conhecimento social” permite se referir à idéia de que o conhecimento é um fundo em processo, acumulado e pertencente a cada grupo humano, que age, sente e pensa envolvido por este fundo. Trata-se de um fundo histórico e em mudança, recebido por cada um, que também é responsável por aumentá-lo e preservá-lo (ELIAS, 1998).

Se no segundo capítulo enfatizamos uma visão mais clássica da função da agricultura (tendo um papel específico no desenvolvimento econômico), o objetivo desse terceiro capítulo consiste em dialogar com diversas disciplinas, notadamente o direito agrário, no intuito de romper com a rigidez disciplinar, afinal de contas temas como a função social e a função sócio-ambiental da agricultura e da propriedade rural exigem um ponto de vista além dos desígnios econômicos, tradicionalmente orientadores dos rumos do desenvolvimento, nas suas mais diversas significações. A propósito, em relação ao enfoque da multifuncionalidade da agricultura, Renato Maluf (2002 a, p. 255) nos recorda:

Com relação à elevada heterogeneidade e desigualdade social do mundo rural brasileiro, ela coloca dois fatores principais que interferem no enfoque da multifuncionalidade da agricultura. Primeiro, ainda persistem restrições importantes no acesso a terra, que se manifestam na saída de trabalhadores do campo (um dos componentes do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra) ou na dificuldade de sobrevivência dos que tem acesso insuficiente (minifúndios) ou precário (arrendatários, parceiros e posseiros) a um pedaço de terra. Esta restrição repercute no acesso aos recursos produtivos em geral (sobretudo, ao crédito) e no próprio padrão de uso dos recursos naturais. Contudo, mais do que

colocar como pré-requisito para o desenvolvimento de uma agricultura multifuncional o enfrentamento de questões como a da reforma agrária, da regularização fundiária, das leis de arrendamento e dos procedimentos sucessórios, é possível (e desejável) formulá-las com a perspectiva de explorar suas contribuições para o desenvolvimento de uma agricultura multifuncional.

Portanto um elemento a ser enfatizado em relação ao direito de acesso à terra se refere diretamente à dimensão de reprodução socioeconômica das famílias rurais, o que torna ainda mais pertinente um olhar mais aprofundado sobre essa temática. Em poucas palavras, há uma relação direta entre o direito de acesso à terra e a multifuncionalidade da agricultura.

Assim, este capítulo tem como intuito explorar, em fatos históricos relevantes e na legislação brasileira<sup>1</sup>, as formas como a sociedade institucionalizou através de normatizações agrárias (de uma maneira explícita e implícita) as funções (produtivas, econômicas, sociais, ambientais) que são atribuídas à propriedade rural num determinado momento. Por aproximação, podemos correlacionar as visões acerca das funções da agricultura com a noção de função da propriedade rural, visto que a propriedade rural é o palco no qual se processam as “funções” da agricultura. Em outras palavras, emprega-se aqui o método de unir informações de várias disciplinas para construir paulatinamente o objeto fim dessa pesquisa, qual seja: a emergência, no cenário das esferas públicas, da noção de multifuncionalidade da agricultura. Essa prática metodológica torna-se pertinente na medida em que na construção do fundo de conhecimento social a respeito de um tema nem sempre se localiza em trabalhos específicos sobre tal temática. Então, ao pesquisador cabe “construir” o material de estudo, utilizando muitas vezes conceitos e dados de diferentes disciplinas que, apesar de apresentarem eventualmente diferenças semânticas, se referem freqüentemente ao mesmo tema. Nesta perspectiva, convém realizar uma “filtragem” com a “lente” em que se observa o objeto e, na medida de sua pertinência, aproveitar dados do fundo do conhecimento social disponível para o enriquecimento da reflexão sobre determinado tema. Em suma, obtém-se um novo instrumental, mais abrangente, para a análise particular desejada.

Em linhas gerais, o objetivo central deste capítulo é vislumbrar os cenários nos quais se construíram, em diferentes épocas históricas e também no período atual, visões específicas (representações sociais e oficiais) sobre a questão das funções da propriedade (neste trabalho associado à propriedade rural e à agricultura), tendo em vista sua legitimação nas legislações. Em

---

<sup>1</sup> Também serão resgatadas algumas legislações internacionais, mas de forma menos aprofundada.

nossa perspectiva, o estudo das codificações normativas oficiais fornecerá elementos pertinentes para a análise do campo de debate sobre a multifuncionalidade da agricultura.

Mais que uma simples compilação, trata-se aqui de resgatar os contextos históricos nos quais as legislações agrárias foram produzidas. Evidentemente, na medida em que este não constitui o objeto central de nossa análise, este exercício é parcial. O ideal seria pesquisar o modo efetivo como as leis foram propostas, como era a composição da bancada legislativa, qual era o contexto sócio-político, enfim reunir uma série de dados cuja relevância nos parece clara. Porém, os limites de nosso trabalho impedem empreitada tão ousada. Assim, nos limitaremos à utilização das informações mais relevantes de que dispomos, tentando descortinar em cada legislação as orientações pertinentes aos nossos propósitos de análise.

Desta forma, este estudo tem como intuito demonstrar que as funções da propriedade e também da agricultura, constituindo representações sociais, se refletem objetivamente nas legislações, reforçando a legitimidade de uma dada função (que se altera temporal e espacialmente), associada à “visão dominante” em determinado contexto histórico na sociedade. Portanto, esta investigação se interessa pela formatação das representações oficiais, conseqüentemente, pela visão dominante, a partir da qual se nortearam de forma preponderante os rumos do desenvolvimento rural no Brasil, como nos casos emblemáticos da questão agrária ou do histórico estímulo oficial ao modelo agro-exportador.

### **3.2 Algumas Notas Sobre Representações Sociais**

Resgatar alguns conceitos a respeito do tema das representações sociais é de suma importância para a compreensão do presente capítulo. Posteriormente este estudo também será muito útil visto que procurar-se-á no capítulo 5 analisar as diferentes percepções/representações dos atores locais em relação ao tema da importância da agricultura e identificar nas representações sobre assuntos pertinentes ao desenvolvimento rural de temas que se conectem as dimensões da multifuncionalidade da agricultura.

Dessa forma, podemos conceituar representações sociais como um termo filosófico que significa a reprodução de uma percepção anterior ou do conteúdo do pensamento. Nas Ciências Sociais são definidas como categorias de pensamento, de ação e de sentimento que expressam a

realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a. Enquanto material de estudo, essas percepções são consideradas consensualmente importantes, atravessando a história e as mais diferentes correntes de pensamento sobre o social (MYNAIO, 2004, p. 158). Essa autora lembra também da importância central da linguagem no contexto das representações sociais:

As representações sociais se manifestam em condutas e chegam a ser institucionalizadas, portanto, podem e devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais. Sua mediação privilegiada, porém, é a linguagem do senso comum, tomada como forma de conhecimento e de interação social. Mesmo sabendo que ela traduz um pensamento fragmentário e se limita a certos aspectos da experiência existencial, freqüentemente contraditória, possui graus diversos de clareza e de nitidez em relação à realidade (...) Algumas representações sociais são mais abrangentes em termos da sociedade como um todo e revelam a visão de mundo de determinada época. São as concepções das classes dominantes dentro da história de uma sociedade. Mas essas mesmas idéias abrangentes possuem elementos de passado na sua conformação e projetam o futuro em termos de reprodução da dominação (...) As representações sociais não são necessariamente conscientes. Perpassam o conjunto da sociedade ou de determinado grupo social, como algo anterior e habitual, que se reproduz e se modifica a partir das estruturas e das relações coletivas e dos grupos (...). Por serem ao mesmo tempo ilusórias, contraditórias e “verdadeiras”, as representações podem ser consideradas matéria-prima para a análise do social e também para a ação pedagógica-política de transformação, pois retratam a realidade. Porém, é importante observar que as representações sociais não conformam a realidade e seria outra ilusão tomá-las como verdades científicas, reduzindo a realidade à concepção que os atores sociais fazem dela (MYNAIO, 1995, p.108-110).

Para Guareschi (1995, p. 202), é de “Jodelet a definição de representações sociais que detém um amplo consenso entre os que discutem esse conceito: representações sociais são uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. Então segundo Jovchelovitch (1995, p.81):

(...) a análise das representações sociais deve concentrar-se naqueles processos de comunicação e vida que não somente as engendram, mas que também lhe conferem uma estrutura peculiar. Esses processos, eu acredito, são processos de mediação social. Comunicação é mediação entre um mundo de perspectivas diferentes, trabalho é mediação entre necessidades humanas e o material bruto da natureza, ritos, mitos e símbolos são mediações entre a alteridade de um mundo freqüentemente misterioso e o mundo da intersubjetividade humana: todos revelam numa ou noutra medida a procura de sentido e significado que marca a existência humana no mundo. (...) Assim são as mediações sociais, em suas mais variadas formas, que geram as representações sociais. Por isso elas são sociais, tanto na sua gênese como na sua forma de ser. Elas não teriam qualquer utilidade em um mundo de indivíduos isolados, ou melhor, elas não existiriam. As representações sociais são uma estratégia desenvolvida por atores sociais para enfrentar a

diversidade e a mobilidade de um mundo que, embora pertença a todos, transcende a cada um individualmente. Nesse sentido, elas são um espaço potencial de fabricação comum, onde cada sujeito vai além de sua própria individualidade para entrar em domínio diferente, ainda que fundamentalmente relacionado: o domínio da vida em comum, o espaço público.

Como lembra Spink (1995, p.122) “é consenso entre os pesquisadores da área que as representações sociais, enquanto produtos sociais, têm sempre que ser remetidas as condições sociais que as engendraram, ou seja, o contexto de produção”. E sobre o contexto, cabe salientar que:

Considerando, ainda, que estes conteúdos que circulam na sociedade podem ter sua origem tanto em produções culturais mais remotas, constituintes do imaginário social, quanto em produções locais e atuais, deduzimos que o contexto pode ser definido não apenas pelo espaço social em que a ação se desenrola, como também a partir de uma perspectiva temporal. Três tempos marcam essa perspectiva temporal: o tempo curto da interação que tem por foco a funcionalidade das representações; o tempo vivido que abarca o processo de socialização – o território do *habitus* (Bourdieu, 1983), das disposições adquiridas em função da pertença a determinados grupos sociais; e o tempo longo, domínio das memórias coletivas onde estão depositados os conteúdos culturais cumulativos de nossa sociedade, ou seja, o imaginário social. (SPINK, 1995, p.122).

Neste desencadeamento de idéias nos parece pertinente resgatar alguns pensamentos em torno do conceito de “habitus” de Bourdieu. De acordo com Minayo (1995, p.104), as idéias de Bourdieu fundamentam o esquema teórico do que denomina “habitus”, isto é:

Um sistema de disposições duráveis e transferíveis que integram todas as experiências passadas e funciona a todo momento como matriz e preocupações, apreciações e ações. O “habitus” torna possível o cumprimento de tarefas infinitamente diferenciais, graças às transferência analógicas de esquemas que permitem resolver os problemas, da mesma forma, graças as correções incessantes dos resultados obtidos e dialeticamente produzidos por estes resultado.

Ainda de acordo com Minayo (1995, p. 104), interpretando Bourdieu o “habitus” “é como uma lei “ imanente” depositada em cada ator social, desde a primeira infância, a partir de seu lugar na estrutura social. São marcas das posições e situações de classe. Segundo Bourdieu, o “habitus” é a mediação universalizante que proporciona as práticas sem razões explícitas e sem intenção significativa, de um agente singular, seu sentido, sua razão e sua organicidade. Portanto”:

As relações interpessoais numa pesquisa nunca são apenas relações de indivíduos e a verdade da interação não reside inteiramente na interação (...) É a posição presente e passada na estrutura social que os indivíduos trazem consigo em forma de “habitus” em todo tempo e lugar, que marca a relação. (MINAYO, 1995, p.105).

Nessas breves notas sobre as representações sociais tentamos salientar alguns aspectos teóricos relevantes que serão muito úteis quando da sua utilização empírica. Nosso propósito foi mais realizar uma aproximação do que um debate profundo, o que nos parece suficiente para as reflexões propostas no âmbito da presente dissertação.

### **3.3 Algumas Breves Considerações Sobre o Estado**

A intenção de discutir normas legislativas nos conduz ao debate sobre o tema do “Estado”, ou nos termos de Medeiros (2002) “sobre o aparato jurídico-estatal”. O termo Estado carrega vários significados e conceitos, essencialmente mutantes, no espaço e no tempo. O Estado de todo o modo opera e executa o controle social das normas instituídas, através do processo legislativo, no caso das democracias liberais parlamentares. Convém aqui recordar a instigante obra sobre o processo civilizador, na qual Elias (1993) concebe a formação do Estado moderno a partir do momento em que este assume o monopólio da violência legal, paralelamente ao desenvolvimento de mecanismos eficazes de autocontrole individual das emoções.

Nesta seção, apresentaremos sucintamente algumas características da evolução do Estado, tendo como recorte histórico o nascimento do “Estado Moderno”, quando se torna claro a institucionalização do direito de propriedade, o que vai orientar, de forma considerável, a elaboração das legislações agrárias.

A revolução francesa de 1789, com seus ideários liberais, constitui o marco deste Estado moderno, que privilegia os direitos individuais e a associação civil, rompendo com o antigo regime absolutista monárquico. Neste primeiro período, a liberdade constitui o principal eixo em torno do qual se estabelecem os princípios normativos da sociedade.

Mas, desde a primeira metade do século XIX, as promessas de liberdade associadas à expansão do capitalismo passam a ser fortemente contestadas, em particular pelos movimentos sociais urbanos em razão do agravamento das desigualdades geradas no processo de

industrialização. Estas promessas de liberdade funcionariam como ideologia, num sentido marxista do termo, permitindo a submissão das pessoas à ordem capitalista.

Após as duas guerras mundiais do século XX, o *Welfare State* surge como resposta à crítica social ao capitalismo, instituindo amplos mecanismos de proteção social. O Estado de Bem Estar Social foi uma maneira de se operacionalizar um outro grande eixo do ideário iluminista, qual seja, a idéia da igualdade. A construção do Estado de Bem Estar Social implicou na atenuação do direito sagrado e inviolável da propriedade. O modelo assentado no bem estar social foi estabelecido num amplo consenso na Europa e nos Estados Unidos até meados dos anos setenta, período a partir do qual as críticas dirigidas ao modelo tornam-se vigorosas.

Talvez, a queda do muro de Berlim na Alemanha em 1989 marque não apenas o fim da polarização entre capitalismo e socialismo, mas também um relance ainda mais acentuado do liberalismo (com o enfraquecimento dos ideais em torno das virtudes de um planejamento estatal). Personagens como Thatcher e Reagan são figuras emblemáticas desse novo período, como sugere Offe (1983), citado por Souza (1997, p. 382):

Em sua análise da falência do *welfare state keynesiano*, Offe ressalta que a ascensão de Ronald Reagan nos EUA e de Margareth Thatcher no Reino Unido constituem alguns dos indicadores relevantes e subscrevem os limites, contradições e “esgotamento” de uma concepção básica de Estado e de uma prática estatal até então comum a todos os países ocidentais. Em consequência, torna-se visível o novo dinamismo do capitalismo.

Tanto nos países desenvolvidos como na América Latina, este fenômeno propiciou a criação de uma nova agenda política e econômica, com novos papéis sendo atribuídos para os Estados nacionais e com a implantação de uma ampla reforma de inspiração neoliberal. Neste contexto, prescreveu-se com vigor a diminuição da intervenção estatal, principalmente no que se refere aos aspectos econômicos e produtivos, e também a descentralização administrativa, notadamente em torno de estratégias de desenvolvimento local/territorial e sustentável.

Paralelamente, as interações entre Estado, mercado e sociedade civil passam a ser objeto de reflexões inovadoras, em particular considerando uma maior participação da sociedade civil, como sugere Leff (2000, p.191):

... os mecanismos de mercado são insuficientes para gerar as condições de crescimento econômico sustentável sem a intervenção do Estado, e estes agentes juntos são incapazes de assegurar o bem-estar das maiorias e uma distribuição equitativa da riqueza, sem a

participação direta da sociedade na gestão de seus recursos produtivos. Isto levou as formas de convivência entre o mercado, as políticas sociais do Estado e a gestão participativa da sociedade civil, bem como mudar a ênfase do planejamento centralizado para a gestão democrática dos recursos da sociedade.

Quanto especificamente ao Estado brasileiro, seus ajustes recentes se inscrevem em perspectivas do projeto neoliberal, como lembra Souza (1997, p. 389):

Nos anos 90, vislumbra-se um momento de transição do modelo desenvolvimentista de Estado para um de reformas de corte neoliberal. O Estado vem cedendo espaço ao mercado. (...) esse movimento de transição tem sido acelerado pelo avanço das tecnologias de comunicações, pela ofensiva da agenda neoliberal e, mais ainda, por uma crescente reestruturação dos processos produtivos e das relações contratuais de trabalho, no sentido da flexibilização e da eficiência econômicas, bem como da financeirização.

Apesar da força do discurso antiintervencionista sobre o Estado, no campo fiscal houve um aumento da participação estatal na economia. A arrecadação tributária que durante o regime militar (1964-1985) havia sido estabilizada em aproximadamente 25% do PIB, elevou-se para 30% ao final da década de 1990, alcançando um percentual superior aos 36%, em 2002 (SANTOS 2003).

Trata-se então de um paradoxo: o Estado aumenta a arrecadação, mas ao mesmo tempo diminui sua capacidade de investimento tanto nas questões econômicas e principalmente em áreas sociais específicas (como a educação e a saúde). Essa ambigüidade do discurso neoliberal é constrangedora: o crescente comprometimento da União com a dívida pública, privilegiando poucas famílias abastadas, reduz cada vez mais a capacidade de investimento e de ação pública do Estado com vistas a atender os anseios de qualidade de vida da maioria dos brasileiros.

Para os nossos propósitos, são justamente as políticas públicas que aproximam o debate sobre as funções sócio-ambientais da propriedade, estudadas aqui na evolução das normas legais, (sejam constitucionais ou infraconstitucionais), do debate sobre a multifuncionalidade da agricultura. Pois é a intervenção pública que pode propiciar que funções da propriedade ou da agricultura, além daquelas essencialmente econômicas e produtivas, sejam prestigiadas, cumpridas, controladas e reguladas socialmente.

Efetivamente, em países democráticos, a sociedade se apóia no Estado a fim de alavancar setores específicos da sociedade, permitindo uma reordenação mais equilibrada do mundo social, em razão, notadamente, de construções particulares do mercado.

### 3.4 Direitos Individuais e Sociais: a Emergência do Conceito de Sociedade Civil

O princípio da inviolabilidade dos direitos individuais, como no caso da propriedade privada, surgiu como um modo da sociedade se erguer contra o poder do absolutismo monárquico, como evoca Horta (2004):

A filosofia do poder político está na Declaração de Direitos. Ela revela o finalismo do poder. O texto norte-americano de 1776 e a Declaração Francesa de 1789 indicam a profundidade do rompimento com as estruturas políticas anteriores, o que se torna particularmente notado na área do Estado francês dos fins do século XVIII. A sociedade corporativa e estamental é substituída pela sociedade individualista. O súdito cede lugar ao cidadão. A pessoa sem direitos diante do poder absoluto passa a ser titular de direitos subjetivos oponíveis ao poder. A finalidade dos direitos individuais é a limitação efetiva do poder. O contraste com o poder é o traço dominante dos direitos individuais no constitucionalismo liberal dos séculos XVIII e XIX.... Os direitos individuais libertavam o homem e, ao mesmo tempo, se transformavam no instrumento de resistência diante do poder. É a concepção da liberdade-resistência, na qual se registra duplo movimento. O primeiro, no rumo dos direitos individuais, ampliando as áreas de atuação livre do homem dentro da sociedade. O segundo, limitando a ação do Estado na medida em que se amplia a ação do indivíduo. A imagem do Estado de Direito se identifica com os objetivos do Estado Liberal do século XIX. O poder internamente distribuído a diversos órgãos, em obediência à regra da separação, e a Declaração de Direitos assegurando, exteriormente, a expansão da ordem individualista, tais os aspectos que se apresentam unitariamente na visão do Estado-liberal de Direito. O crescimento das tarefas do Estado, na ordem econômica, e a amplitude do poder nacional, na ordem política, vão alterar, nas Constituições elaboradas nos dois períodos pós-bélicos do século XX, a posição do indivíduo diante do poder. A liberdade-resistência, que exprime uma atitude de hostilidade e de desconfiança em face do poder, será temperada pela liberdade-participação, que procura aproximar o indivíduo do Estado, para solucionar os problemas concretos e angustiadores do homem moderno. A solidariedade social reclama do Estado o atendimento de obrigações positivas. O comportamento negativo, dominado pela proibição de fazer o que pudesse prejudicar o livre desenvolvimento dos direitos individuais, vai ser gradualmente substituído pela obrigação de fazer, a fim de minorar sofrimentos e atender às necessidades do homem. Direito à subsistência, direito ao trabalho, direito à assistência e à previdência, direito à instrução, direito à habitação, direito ao emprego são os novos direitos do homem. Os textos constitucionais registram o acréscimo e a complementação. A segurança social deve conviver com a liberdade individual. A ação dos governos passa a ser admitida como necessária, os direitos sociais reclamam uma intervenção constante do poder público. O direito de propriedade, que a ordem liberal e individualista elevou à categoria de direito sagrado e inviolável, passou a experimentar atenuação decorrente da função social. O contraste entre duas épocas fica claramente evidenciado na posição destinada ao direito de propriedade.

Optou-se em manter integralmente esta longa citação pela riqueza de sua abordagem que permite vislumbrar a transição do modelo monárquico absolutista (feudalismo) para um Estado

liberal e, posteriormente, para um Estado de Bem Estar Social. Também podemos vislumbrar a dissociação entre sociedade civil e Estado que eram até então fundidos na monarquia absolutista. Na transição do Estado liberal para o de Bem Estar, percebemos a contestação da onipotência do individualismo em razão da emergência dos direitos sociais. Aqui podemos desde já propor, não uma polarização, mas uma complementaridade entre direitos individuais e sociais.<sup>2</sup>

Os conceitos de liberdade-resistência e liberdade-participação, utilizados pelo autor, também parecem pertinentes. A relação entre Estado e sociedade civil. Esta última constitui uma discussão relevante quando se trata de políticas públicas, por exemplo, para prestigiar determinadas funções sociais que cumpram a propriedade ou a agricultura, como é o caso de nosso interesse de estudo em torno do debate sobre a multifuncionalidade da agricultura.

A questão do papel da propriedade talvez seja aquela que inaugura o debate sobre a sociedade civil, pois como sugere Rousseau (1985) o primeiro que, tendo cercado um terreno, arriscou-se a dizer: isso é meu, e encontrou pessoas bastantes simples para acreditar nele, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil.

Atualmente, a reflexão sobre a relação sociedade civil e Estado, inclui notadamente o acesso à cidadania, como propõe Demo (1995) *apud* Leal (1997, p.184):

o papel da comunidade não é substituir o Estado, liberando-o das atribuições constitucionais, mas de organizar-se de maneira eficaz, para fazê-lo funcionar. Nessa oportunidade, a cidadania se faz necessária, pois vai determinar o tipo e qualidade de Estado que se terá. Sem ela, tem-se um Estado que, em vez de redistribuir renda e poder nas políticas sociais, os concentra; em vez de instrumentar a emancipação popular, cultiva a dependência das migalhas e obscurece os direitos sociais, vistos como favores e concessões.

Por fim, convém um breve comentário sobre os aparatos supra-nacionais que permitem à humanidade dispor de mecanismos de garantia dos direitos humanos. Aqui, pode-se relacionar estas construções com o conceito de interdependência de Elias (1994, p.189):

De qualquer modo, já há sinais inequívocos de que as pessoas começam a se identificar com alguma coisa que ultrapassa as fronteiras nacionais, de que sua identidade de grupo-

---

<sup>2</sup> A respeito, Almeida considera que, visto suas modificações ao longo do tempo, a noção de cidadania mais aceita nos dias de hoje é aquela na qual o indivíduo tenha acesso às garantias individuais e sociais previstas na Constituição Federal do Brasil de 1988. Para o autor, essas premissas deveriam embasar qualquer projeto de desenvolvimento. “É preciso conceber um desenvolvimento que tenha nas prioridades sociais sua razão-primeira, transformando, via participação política, excluídos e marginalizados em cidadãos” (ALMEIDA, 1998).

nós se desloca para o plano da humanidade. Um desses sinais é a importância que o conceito de direitos humanos aos poucos vai assumindo. (...). Em sua forma atual, inclui a idéia de que se devem estabelecer limites para a onipotência do Estado em seu tratamento de cada cidadão. Isso se assemelha ao modo como, na transição anterior de um plano inferior de integração para outro superior, se estabeleceram limites, através da relação com o nível superior, para o poder que os membros do nível mais baixo podiam exercer sobre outros membros de sua associação. O Estado reivindicou amplos poderes sobre os indivíduos que o compuseram. Ao falar de direitos humanos, estamos dizendo que o indivíduo como tal, como membro da humanidade, está autorizado a ter direitos que limitem o poder do Estado sobre ele, sejam quais forem as leis desse Estado.

### **3.5 A Evolução das Funções da Propriedade nas Legislações Internacionais e Brasileiras**

A questão da propriedade privada encontra seu berço no direito romano, assim como o próprio direito. Na condição de Império, Roma codificou normas para viabilizar o controle e regulação dos povos que estavam sob o seu domínio.

Durante a Idade Média, a propriedade das terras constituía um elemento fundamental de dominação na estrutura feudal. Após a revolução francesa, a função privada da propriedade foi inserida no Código Civil francês e, posteriormente, se disseminou por boa parte do globo terrestre. Sobre a revolução francesa e a questão da propriedade, Barros (1996, p. 85) salienta que:

A revolução francesa, embora surgida com o propósito de modificar a estrutura asfíxica do domínio feudal, apenas serviu para mudar a titularidade da figura dominante: dos suseranos e clero, para os novos ricos comerciantes e industriais, porque o exercício exclusivamente pessoal ainda continuou como função da propriedade imobiliária.

Transpondo-se para o cenário do final da I Guerra Mundial, observa-se os primeiros registros de Estados-nação, que inscreveram em suas Cartas Magnas a idéia de que a propriedade deva cumprir uma função social, tais como: a Constituição Mexicana de 1917 (art. 27) e a Constituição da República de Weimer (Alemanha) de 1919 (art. 153). Estas Constituições mostram que o direito individual e irrestrito da propriedade da terra passou a ser objeto de contestação. Neste contexto, emerge a noção de função social da propriedade.

Estas Constituições assumem a necessidade do Estado intervir para garantir os direitos sociais, negligenciados no contexto do desenvolvimento industrial da época. Em grande medida, esta evolução se associa as reivindicações crescentes dos trabalhadores europeus. Oportuno

lembrar que os importantes trabalhos de Marx e Engels (1996) contribuíram particularmente para demonstrar os problemas gerados pela expansão da moderna sociedade industrial.

Aqui, vale salientar a contribuição inegável para o avanço do debate sobre direitos sociais, associado ao questionamento do absolutismo da propriedade, do anarquista Proudhon (2001) e do positivista Comtiano Duguit. Eles podem ser considerados como pioneiros quanto ao debate sobre a função social da propriedade. Examinemos as idéias de Duguit, citado por Filho (2004):

AUGUSTO COMTE e LEÓN DUGUIT foram alguns dos principais filósofos e doutrinadores a sustentar a função social. DUGUIT, em texto que se tornou fundamental ao estudo do tema, formulou a teoria da propriedade como uma função, pregando a transformação da noção jurídica da propriedade, que teria se socializado: “Sin embargo, la propiedad es una institución jurídica que se ha formado para responder a una necesidad económica, como por otra parte todas las instituciones jurídicas, y que evoluciona necesariamente con las necesidades económicas mismas. Ahora bien, en nuestras sociedades modernas la necesidad económica, a la qual ha venido a responder la propiedad institución jurídica, se transforma profundamente; por consiguiente, la propiedad como institución jurídica debe transformarse también. La evolución se realiza igualmente aquí en el sentido socialista. Está también determinada por una interdependencia cada vez más estrecha de los diferentes elementos sociales. De ahí que la propiedad, par decirlo así, se socialice. Esto no significa que llegue a ser colectiva en el sentido de las doctrinas colectivistas; pero significa dos cosas: primeramente, que la propiedad individual deja de ser un derecho del individuo, para convertirse en una función social; y en segundo lugar, que los casos de afectación de riqueza a las colectividades, que jurídicamente deben ser protegidas, son cada día más numerosos...”

Gradualmente, o princípio da função social foi inserido nas constituições da Iugoslávia de 1921 (art. 370) e Irlandesa de 1927. Na América Latina, temos o caso da Constituição do Chile de 1925 (art. 10) e do Uruguai de 1938 (art. 32). Após a Segunda Guerra, o princípio foi inserido nas Constituições do Japão, Albânia, Portugal, Bolívia, Colômbia, Equador, Paraguai, Venezuela, Guatemala, Panamá, Cuba e Argentina (BARROS, 1989).

A Constituição Brasileira de 1934, inspirada nas Constituições de Weimar e do México, introduziu substancial alteração no conceito de "propriedade". Essa foi garantida desde que não ofendesse o "interesse social ou coletivo" (art. 113, item 17). Era a consagração de "teoria social da propriedade", cujas raízes estavam na obra de Leon Duguit. Estabelece-se outra limitação ao direito de propriedade, além da desapropriação por necessidade pública: "o uso da propriedade particular até onde o bem público o exija".

A Constituição de 1937 manteve alguns traços da Constituição de 1934, atribuindo à propriedade "função social", embora transferisse para a lei ordinária, tal como a Constituição de Weimar, o encargo de fixar o "conteúdo e os limites".

A Constituição de 1946 garantiu o direito de propriedade, porém acrescentou um mecanismo contrário ao controle absoluto da terra: a desapropriação "por interesse social" (art. 141 § 16), que a lei ordinária deveria definir. Ademais, condicionou o "uso da propriedade" ao "bem-estar social" (art. 147), e facultou a redistribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos. Mas as disposições da constituição de 1946 se tornaram na realidade uma falácia (ou hipocrisia legal, no jargão jurídico), pois como salienta Medeiros (2002, p. 14-15).

Com a redemocratização do pós-guerra, na Constituinte de 1946, a pressão da reduzida bancada comunista conseguiu introduzir no texto do novo documento legal a concepção de que "o uso da propriedade está subordinado ao bem estar-social" (art. 147). As desapropriações, quer por utilidade pública, quer por interesse social, voltadas para fazer valer o princípio constitucional, foram consideradas como prerrogativas do governo federal e só poderiam ser feitas mediante prévia e justa indenização em dinheiro (art. 41, parágrafo 16), o que limitava seu uso frente à disponibilidade de recursos por parte do Estado.

### **3.6 A Estrutura Fundiária e o Percurso das Legislações Agrárias no Brasil: da Propriedade Privada Como Um Direito Absoluto à Função Sócio-Ambiental da Propriedade**

Para o desenvolvimento de nossa linha de raciocínio, convém agora discutir, mesmo que de forma breve, a formatação da estrutura fundiária brasileira, cuja história remonta a 1530, quando o Brasil foi dividido em 14 propriedades (capitanias hereditárias) distribuídas a donatários pela Coroa Portuguesa. Esta foi a configuração inicial na qual se assentará o modelo de exploração latifundiária e em monocultura adotado no país. O Nordeste canavieiro se tornaria, por muito tempo, cenário de projeção dos traços mais nítidos da organização agrária brasileira. A lucratividade do açúcar e a abundância de terras férteis pouco desbravadas fazem da grande propriedade rural o padrão das unidades de produção. Podemos inferir que este é o "batismo" do latifúndio no Brasil e da dependência externa brasileira, além da formação do histórico

modelo agro-exportador. As características essenciais deste sistema, fundavam-se no seguinte esquema:

Através do poder de concessão de sesmarias, a Coroa determinava quem teria acesso a terra, ao mesmo tempo em que atrelava esse direito à obrigação de seu aproveitamento econômico. Embora, no geral, nem sempre essa exploração tenha sido realizada, pairava constantemente a ameaça do sesmeiro, o que não só o tornava dependente da Coroa, como indicava que o rei tinha controle sobre o território da colônia. (MARTINS, 2000, *apud* MEDEIROS, 2002, p.13).

Neste Brasil colônia, aspectos fundamentais da sociedade brasileira se constituem, sob o peso do trinômio grande propriedade, monocultura e escravidão. As lógicas desta formação social estimulam o clientelismo (a troca desigual de favores), cultura que ainda hoje guarda raízes profundas no comportamento político e social de alguns brasileiros.

Influenciada pelos ideários iluministas, a Lei de Terras de 1850 é um marco da intervenção estatal sobre a questão da propriedade, consagrando o direito absoluto sobre a propriedade, presente no código civil brasileiro de 1917. Oportuno mencionar neste ponto os estudos de José de Souza Martins (2004) sobre os efeitos desta lei. Ao mesmo tempo que estipula que toda a terra que não fosse registrada em paróquia naquele momento seria considerada devoluta (propriedade do Governo), a lei das Terras tornou a compra a forma pela qual poder-se-ia aceder à propriedade, reforçando ainda mais o latifúndio. Até os dias de hoje, o latifúndio possui um privilégio considerável na estrutura agrária brasileira,<sup>3</sup> apesar de toda a evolução sócio-econômica do país.

A partir de agora, cabe apresentar algumas linhas sobre as principais legislações agrárias no Brasil, começando pelo Estatuto da Terra de 1964. Tal lei regulamenta a função social da propriedade, prevista na Constituição de 1946, como explica Chagas (2004):

O Direito Agrário Brasileiro, tendo como lei básica o Estatuto da Terra, encontra seu embasamento na função social da propriedade, doutrina que tem sua gênese na sociologia. Essa doutrina da “função social da propriedade” não tem outro fim senão o de dar sentido

---

<sup>3</sup> Em conseqüência, as possibilidades de expansão da cidadania no Brasil se tornam limitadas. A propósito, concordamos com Roberto Moreira quando afirma que não se consegue “visualizar uma ascensão dos agricultores familiares ao progresso econômico e social sem significativas e profundas reformas na propriedade da terra, no acesso aos benefícios das políticas governamentais e no reconhecimento da cidadania plena aos trabalhadores e desempregados do espaço rural”. (MOREIRA, 2000, pp.49-50)

mais amplo ao conceito econômico de propriedade, encarando-a como uma riqueza que se destina à produção de bens que satisfaçam as necessidades sociais.

Vale mencionar que este autor sugere que a noção de função social que embasa o “Estatuto da Terra” de 1964 tem sua fonte de inspiração nas doutrinas de São Thomas de Aquino (que resgata Aristóteles) quando prescrevem que a propriedade deve satisfazer o “bem comum”. Com efeito, este autor considera que o Estatuto congrega de forma harmônica a questão dos direitos sociais com a questão da garantia dos direitos fundamentais. Mesmo que tal dispositivo legal, que associa a função social à “produção de bens que satisfaçam as necessidades sociais”, possa legitimar um modelo produtivista, convém apontar a evolução que apresenta em termos de concepções precedentes em torno da elaboração da legislação agrária.

Seja como for, Medeiros (2002, p.24) lembra que “o Estatuto da Terra foi definido pela mensagem presidencial que acompanhou seu encaminhamento ao Congresso Nacional como sendo, mais do que uma lei de reforma agrária, uma lei de desenvolvimento rural”. Contudo, o contexto da ditadura militar e do estímulo oficial ao modelo de modernização conservadora implementado nessa época retirou qualquer possibilidade de eficácia desta legislação.

Convém tecer aqui algumas considerações sobre os episódios que antecederam o Golpe Militar de 1964. Em toda a América Latina havia uma grande mobilização política dos trabalhadores do campo. Até as alas conservadoras da Igreja<sup>4</sup>, num encontro em meados dos anos 50, sugeriram a realização de uma reforma agrária para evitar o “perigo” comunista. Nesta época, em plena guerra fria, foi, contudo, um discurso do presidente João Goulart na Central do Brasil a favor da reforma agrária (Jango tinha levado dois discursos e na última hora leu o mais “agressivo”) que trouxe justificativas decisivas para o golpe.

Mais tarde desde o final dos anos 70 e início dos 80, o processo de redemocratização brasileiro, provoca um debate sobre a forma ideal de democracia. Convém mencionar que, em âmbito mundial, a democracia se tornou algo consensual após o final da Guerra Fria, mas está em aberto a discussão sobre o significado estrutural da democracia (SANTOS; AVRITZER, 2002).

Neste quadro, a Constituição Federal de 1988 (CF/88) constitui um dos maiores avanços do processo de redemocratização do país após a ditadura militar. Porém, em muitos aspectos, pode-se considerar que seu capítulo agrário apresenta retrocessos em relação Estatuto da Terra de

1964, o que evidencia a forte influência dos grandes proprietários rurais durante o processo Constituinte.

Usando o conceito de liberdade-participação de Horta (2004), observa-se que a Constituição Federal de 1988 manteve a dicotomia entre direitos individuais e sociais, tratados em capítulos separados. Esta é mais uma das ambigüidades da nossa Constituição: há um claro estímulo a participação<sup>5</sup> da sociedade civil nas decisões políticas para o resgate de seus direitos (limitando o poder do Estado), mas paradoxalmente são incluídas normas dicotômicas (que vão estar no cerne das discussões sobre, notadamente, o acesso à terra), que reduzem as possibilidades de que práticas participativas consigam operacionalizar as demandas sociais.<sup>6</sup>

De todo modo, examinemos alguns aspectos da Constituição Federal de 1988 no que se refere aos pontos de interesse para nosso estudo. Em seu terceiro capítulo, que trata da Política Agrícola, Fundiária e da Reforma Agrária, o art. 186, cujo espírito encontra-se no Estatuto da Terra de 1964, discorre sobre a função social, cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente (segundo critérios e grau de exigência estabelecidos em lei), aos seguintes requisitos:

- I – aproveitamento racional e adequado;
- II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

---

<sup>4</sup> Porém vale lembrar que a CPT foi criada, em 1975, graças a uma ala progressista da Igreja. Ademais, a Igreja desempenhou papel crucial na organização dos movimentos sociais rurais.

<sup>5</sup> Se um dos intuitos da Constituição Federal de 1988 foi estimular as ações de organização da sociedade civil, de outro lado convém questionar até que ponto uma sociedade desigual e estruturada de forma a reproduzir a concentração da riqueza (e, portanto, da miséria) como é o caso brasileiro, oferece oportunidades de transformação social a partir de processos participativos no campo político. Em todo caso, os efeitos benéficos da democracia são mais percebidos justamente no campo político. Ou seja, as pessoas podem, por exemplo, eleger seus governantes, o que é algo que, atualmente, possa parecer como “natural”, mas que, no contexto da ditadura, foi tolhido da população.

<sup>6</sup> Uma maneira de conceber este acesso às condições dignas de vida de um ser humano se associa à conjunção de direitos em três esferas: ter, poder e ser. O ter está inscrito na ordem econômica da CF/88 (art. 5º), que se constitui em torno de necessidades vitais humanas representadas pelo EVA (Espaço Vital Alimentício) e do EVR (Espaço Vital Radicado), este último dizendo respeito à habitação. O poder se inscreve na ordem política da CF/88 (art. 7º), no capítulo que trata dos direitos sociais. Trata-se de uma perspectiva na qual as pessoas possam se apoderar de seus direitos. Enfim, o ser se refere à idéia de uma consciência da emancipação. Trata-se da percepção do alcance da cidadania em sua plenitude. Esta última perspectiva possui uma interessante abordagem nas reflexões de Amartya Sen (1993) *apud* Bava (1996). O autor utiliza o termo “efetivações” para designar os diferentes modos de ser e de agir. Uma efetivação é uma conquista (ativa) de uma pessoa – é o que ela consegue fazer ou ser, e qualquer efetivação reflete uma parte do estado da pessoa. As efetivações podem variar desde as elementares (vitais), como alimentar-se adequadamente e evitar doenças ou mortalidade precoce, até as mais complexas, como desenvolver o auto-respeito, participar da vida da comunidade ou apresentar-se em público sem se envergonhar. A vida é entendida como a combinação de várias atividades e modos de ser. A capacidade reflete a liberdade pessoal de escolher entre vários modos de ser/viver. O desenvolvimento é, então, a expressão das capacidades humanas de efetivar formas de existência e de atividade. O objeto da ação pública pode ser entendido como a ampliação da capacidade das pessoas de serem responsáveis por atividades e estados valiosos e valorizados.

- III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV- exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

De acordo com a lei 8629/93 que regulamenta o artigo 186, a propriedade é considerada produtiva, atendendo os requisitos do inciso I do art. 186, quando consegue atingir dois índices econômicos simultaneamente: um GUT (Grau de Utilização da Terra) de 80% e um GEE (Grau de Eficiência Econômica) de 100%. Esta normatização preserva, em última análise, o latifúndio por dimensão, diversamente das intenções inscritas no Estatuto da Terra de 64.

Seja como for, a lei 8629/93 fornece elementos para destacar a emergência de funções sócio-ambientais da propriedade rural. Vejamos todos os parágrafos de seu nono artigo:

§ 2º - Considera-se adequada a utilização dos recursos naturais disponíveis quando a exploração se faz respeitando a vocação natural da terra, de modo a manter o potencial produtivo da propriedade.

§ 3º - Considera-se preservação do meio ambiente a manutenção das características próprias do meio natural e da qualidade dos recursos ambientais na medida adequada à manutenção do equilíbrio ecológico da propriedade e da saúde e qualidade de vida das comunidades vizinhas.

§ 4º - A observância das disposições que regulam as relações de trabalho implica tanto o respeito às leis trabalhistas e aos contratos coletivos de trabalho, como às disposições que disciplinam os contratos de arrendamento e parceria rurais.

§ 5º - A exploração que favorece o bem-estar dos proprietários e trabalhadores rurais é a que objetiva o atendimento das necessidades básicas dos que trabalham a terra, observa as normas de segurança do trabalho e não provoca conflitos e tensões sociais no imóvel.

Na prática, é muito difícil a comprovação destes requisitos que são exigidos pela lei 8.629/93 (exceto o inciso I, já que o GUT e o GEE são mensuráveis, o que coloca em evidência tais indicadores). Todavia, a inobservância de qualquer um desses incisos, em tese, comprometeria o cumprimento da função social de uma propriedade, tornando-a passível do processo de desapropriação com fins de reforma agrária. Efetivamente, poucas decisões do campo jurídico<sup>7</sup> acenam nesta direção.

---

<sup>7</sup> A propósito, concebe-se aqui campo jurídico em analogia às construções sociológicas de Pierre Bourdieu (2001). Nesta perspectiva, pode-se considerar que o campo jurídico brasileiro é um campo estruturado com elevado grau de insulamento, de tal forma que só admite interações com quem tem um “saber” constituído, especializado e reconhecido neste campo. Outra característica do campo jurídico é a forte defesa de visões corporativas. Ademais,

O estudo dos textos constitucionais com relação à função sócio-ambiental da propriedade conduz ao destaque do capítulo VI da Constituição Federal de 1988, que trata do Meio Ambiente. Em particular, o artigo 225 discorre sobre o direito intergerações de um meio ambiente ecologicamente equilibrado. O *caput* deste artigo merece ser citado: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Estas idéias inscritas na CF/88 reforçam e legitimam as preocupações com a problemática ambiental. Tal disposição reflete também a influência dos debates mundiais acerca dos problemas ambientais, que tornaram-se vigorosos, principalmente a partir dos anos setenta do século XX. Portanto, o processo constituinte permitiu a agregação da preocupação ambiental à idéia da função social da propriedade. De fato, criou-se um ambiente favorável para a formatação da noção de função sócio-ambiental da propriedade, tratada especificamente no Novo Código Civil Brasileiro, vigente desde 2002.

O Novo Código Civil Brasileiro (NCCB) foi instituído pela lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, em vigor desde o dia 11 de janeiro de 2003. Destaquemos aqui seu artigo 1.228, no capítulo sobre a propriedade: “O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha”. Porém, o § 1º discorre que : “o direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.”

O direito brasileiro tem uma forte herança “civilista”, legado do direito romano, o que confere uma grande importância ao Novo Código Civil. Historicamente, as decisões do judiciário brasileiro têm, de fato, privilegiado o teor de normas infraconstitucionais, como as contidas no

---

não se pode conceber uma eventual imparcialidade dos magistrados e outros membros do judiciário. Assim, no caso da interpretação das funções da propriedade, há uma clara tendência em privilegiar a propriedade privada em relação aos direitos sociais que, contudo, são normas de equivalente valor jurídico. Evidentemente, há exceções, como no caso de algumas decisões favoráveis em relação as ocupações do MST. Anteriormente, todas as decisões se baseavam unicamente na interpretação unilateral do art. 5º da Constituição Federal, que destaca o direito à propriedade. Então, sempre se concedia o direito de reintegração de posse ao “proprietário” da terra. Após sucessivas batalhas jurídicas, conseguiu-se, finalmente, conciliar a leitura deste artigo com o artigo 186 da CF/88. Certamente, é na interpretação do que é “a função social” da propriedade que residem as disputas e as possibilidades de um espaço para os avanços no campo jurídico da reforma agrária.

Código Civil, diante das normas constitucionais. Este fenômeno muitas vezes cria situações paradoxais, nas quais as decisões contrariam os princípios básicos constitucionais. Em países com histórico de democracia mais consolidada, como os Estados Unidos, a Constituição na maioria das vezes tem prevalência em relação às normas infraconstitucionais.

No debate sobre as funções da propriedade, o art. 1.228 do NCCB constitui efetivamente um marco histórico. Note-se que, no artigo 1228, não há uma distinção entre propriedade rural e urbana. Ou seja, mesmo que uma propriedade esteja nos limites administrativos do que seja considerado como “urbano”, deve cumprir os requisitos do disposto neste artigo. A título de exemplo, se uma pessoa tiver em sua propriedade urbana uma árvore ameaçada de extinção, ela não tem direitos privados sobre tal árvore, pois se trata de um bem público. Aqui, podemos também rememorar os debates recentes em torno da questão das águas, que desembocou na idéia segundo a qual a água é considerada como um bem universal e, por conseguinte, um “bem público”.

Portanto, o Novo Código Civil Brasileiro contribui a esta refundação da discussão sobre os limites entre o público e o privado, associados aos direitos em torno da propriedade privada face às funções sócio-ambientais da propriedade. Assim, consolida-se a institucionalização da questão ambiental, avançando além da noção de conservação dos recursos naturais, expressa no Estatuto da Terra de 1964.

### **3.7 Conclusões**

Como se pôde observar no corpo deste capítulo, desde 1530 até 1850 (com o advento da Lei de Terras), persistiu uma forma de se ver a propriedade como uma extensão do poder da Coroa Portuguesa. Em 1850 já sob a influência dos ideários iluministas, absorvidos da Declaração dos Direitos do Homem de 1789, e também da constituição dos EUA de 1776, houve a incorporação da noção da propriedade como direito individual absoluto consubstanciado na Lei de Terras.

A partir do final do Séc XIX e início do século XX começou a emergir a questão dos direitos sociais e também a discussão do absolutismo da propriedade. Estas noções paulatinamente começaram a influenciar as Constituições e Códigos Brasileiros.

No contexto atual a Constituição Federal de 1988 adotou o princípio de que a propriedade agrária deve cumprir uma função social. Também é clara na Carta de 88 a preocupação com o meio ambiente. O Novo Código Civil Brasileiro avançou da concepção de função social para a noção de função sócioambiental.

Foi destacado nesse capítulo uma atenção especial a discussão sobre o Estado. Essa discussão em relação ao Estado se aproxima com a noção de multifuncionalidade visto que um dos mecanismos usados para viabilizar a multifuncionalidade da agricultura na França, os CTE (Contratos Territoriais de Exploração) consistiam basicamente em ser estes um contrato social entre os agricultores e o Estado. Então o que resta para a realidade brasileira seria a questão de se pensar se ainda não seria necessário reivindicar alguns aspectos do Estado de bem estar social, visto que no Brasil este nunca foi efetivamente instaurado e então a transição para um modelo neoliberal será mais agravante do que em países em que o Estado de bem estar social chegou ao seu auge, em outras palavras ainda existem desigualdades sociais no Brasil que para ser minimamente corrigidas necessitam de uma interferência do Estado para se aplacar estas desigualdades. No caso do meio rural ainda é necessário equacionar a questão do acesso a terra como forma de viabilizar muitas famílias rurais.

Em relação a agricultura vimos que desde 1530 há um viés desenvolvimentista no Brasil que privilegia a exportação. Atualmente o modelo exportador ainda é muito privilegiado. Não se questiona aqui os vários pontos positivos do modelo exportador, contudo este é carregado de várias condições ao menos questionáveis. Desta forma a valorização da agricultura familiar nos meados dos anos 90 é um diferencial nesta lógica dominante, porque agora além da necessidade de exportação de produtos agrícolas se estabelece a segurança alimentar como um dos eixos orientadores das atividades dos agricultores familiares. Desta forma o debate sobre a questão da segurança alimentar (discutido mais especificamente no capítulo 5) e sobre a multifuncionalidade da agricultura demonstram capacidade de, senão redirecionar, ao menos descortinar novas possibilidades de pensar o desenvolvimento no Brasil, mais especificamente do “meio rural”.

Também se faz importante lembrar que o Brasil encontra-se numa situação em que ainda não foi equacionada a questão da segurança alimentar, que no caso da Europa foi a principal função que a agricultura teve no período pós-II Guerra. Ao introduzir-se no Brasil o debate sobre a multifuncionalidade da agricultura, a questão da segurança alimentar começa a dar sinais públicos de que começa a fazer parte da pauta das agendas públicas.

Dentro do que era a proposta desse capítulo, pode-se averiguar que talvez a sua principal contribuição é no sentido de ser uma nova forma de associação do debate do direito de acesso a terra com a discussão acerca da noção de multifuncionalidade da agricultura. E como o Brasil tem como uma marca uma elevada desigualdade social, se faz pertinente estudos sobre os problemas de acesso a terra, pois que com a regularização desse direito se estará trabalhando para ajudar a resolver esses históricos problemas sociais que tanto penalizam uma boa parcela da população brasileira.

Nesses aspectos teve como intuito esse presente capítulo chamar a atenção para as representações sociais e oficiais que marcaram esse trajeto de discussão das funções da propriedade fundiária e em alguma medida aproximar o debate sobre as várias funções da agricultura, além daquelas considerações estritamente econômicas e centradas nos produtos.

Outro aspecto de uma contribuição desse capítulo é a questão de se fazer avançar da discussão clássica das funções da agricultura como foi salientado pelo autor Delgado (2001 a) durante a análise do capítulo 2, para a discussão referente à questão das funções sócio-ambientais.

Avançando na dissertação, no capítulo seguinte a análise recairá sobre o conselho de desenvolvimento rural do município de Roca Sales. Essa análise se torna pertinente pois no quinto capítulo se buscará nas falas de interlocutores locais conexões com as dimensões da multifuncionalidade da agricultura e nesse sentido a maioria dos entrevistados tem assento no conselho de desenvolvimento local. Também é oportuno ressaltar a importância dos conselhos de desenvolvimento rural num novo contexto nacional de democratização e também as possibilidades que estes espaços públicos tem de interferir, por exemplo, em relação aos rumos das políticas públicas voltadas ao rural.

## 4 INSTÂNCIAS DE CONCERTAÇÃO LOCAL: UM ESTUDO SOBRE O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE ROCA SALES

### 4.1 Introdução

Este capítulo trata de aspectos relacionados às dinâmicas do conselho municipal de desenvolvimento rural de Roca Sales “CONDER”. Este olhar sobre essa instância local de concertação social e política se faz pertinente no momento em que está em ampla discussão nas esferas públicas a descentralização como forma mais propícia de governar (tanto em vista de perspectivas democratizantes quanto em termos da adaptação das escolhas às situações locais), em substituição aos modelos centralizadores, considerados como obsoletos e pouco adequados às dinâmicas socioeconômicas contemporâneas. Dessa forma, experiências inovadoras no nível do poder descentralizado (como é o caso dos conselhos municipais de desenvolvimento rural) despertam o interesse das ciências sociais enquanto vetor de dinamização de novos processos políticos no jogo democrático. No Brasil, o modelo centralizado é associado ao autoritarismo do regime militar, o que levou o movimento pela democratização a reivindicar a descentralização como medida fundamental. Porém, a contestação da centralização ocorre também na social-democracia:

Os anos 70 foram profundamente marcados por uma crise do paradigma ‘centralizado e intervencionista’ associado à tradição social-democrata e consagrado nos países ocidentais a partir de meados da década de 50. Esse *modus operandi*, nas duas décadas em que funcionou, abriu um amplo espaço para o surgimento de grandes burocracias públicas que planejavam de modo centralizado a economia (...) (SOUZA, 1997, p. 378)

Em contraponto à centralização e à exclusão do período autoritário militar, observa-se, ao longo dos anos 80, uma tendência importante em associar democratização com as propostas de descentralização, em particular com a participação social na gestão pública.

Neste quadro da democratização brasileira, tendo, sobretudo em vista de seu potencial renovador, os conselhos municipais de desenvolvimento rural motivam uma análise mais detalhada. Suas dinâmicas e resultados ainda estão sendo estudados por vários autores, preocupados particularmente com a questão da participação social nesses novos contextos de

interações sociais. Desta forma, o presente estudo se orienta no sentido de colaborar com as análises empíricas sobre os funcionamentos desses espaços públicos de concertação política e de participação social, observando particularmente sua permeabilidade às demandas dos agricultores familiares e aos temas emergentes no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento rural, como é o caso das idéias em torno da multifuncionalidade da agricultura.

#### **4.2 Considerações Sobre Participação, Esfera Pública e Sociedade Civil**

Nos últimos anos da década de 60, como sugere Carole Pateman (1992, p. 9), a palavra participação tornou-se parte do vocabulário político popular. Isso aconteceu na onda de reivindicações, em especial por parte dos estudantes, pela abertura de novas áreas de participação – nesse caso na esfera da educação de nível superior e também, por parte de vários grupos que queriam, na prática, a implementação dos direitos que eram seus na teoria. No caso brasileiro, os estudos em torno da discussão sobre a participação social se articula a uma série de temas correlatos, passando a ocupar um crescente espaço tanto em termos da reflexão teórica quanto da pesquisa empírica, especialmente ao longo dos anos 80 e 90 (SILVA, 2004). Além do interesse teórico, o tema da participação social e política tem sido amplamente incorporado na pauta de vários projetos de intervenção em que questões como desenvolvimento, sociedade civil, esfera pública, democracia e cidadania estão predominantemente presentes. Neste quadro Pretty (1996) *apud* Campanhola (2000, p. 36) em suas reflexões argumenta que há a possibilidade de haverem duas visões sobre a participação:

Uma é a de que ela aumenta a eficiência, pois as pessoas concordam e assumem posição ativa na implementação das decisões. A outra considera que a participação é um direito básico, no qual o principal objetivo é a mobilização para ações coletivas, fortalecimento e construção institucional. Também de acordo com esse autor, há sete tipos de participação: *manipulada*, em que há representantes da sociedade nas comissões oficiais, mas aos mesmos não é delegado nenhum poder; *passiva*, onde há apenas comunicação do que já foi decidido ou do que já aconteceu; *por consulta*, refere-se à situação em que as pessoas são consultadas ou respondem questionários mas os agentes externos é que definem os problemas e os processos de coleta de informações, controlando portanto as análises; *por incentivos materiais*, onde as pessoas contribuem em troca de alimento, dinheiro ou outras formas de incentivo; *funcional*, que se resume a discussões em grupo para atingir objetivos predeterminados e é vista por agências externas como um meio para atingir metas de projetos com custos reduzidos; *iterativa*, na qual as pessoas participam na análise conjunta, no desenvolvimento de planos de ação, na formação ou fortalecimento

de instituições locais, e na disponibilização dos recursos a serem utilizados, por meio de métodos interdisciplinares que buscam perspectivas múltiplas e fazem uso do processo de aprendizado sistêmico e estruturado; e *mobilização própria*, em que a participação das pessoas independe de instituições externas podendo ou não desafiar as distribuições existentes de riqueza e poder.

Em decorrência de sua presença na literatura estudada e mesmo nos documentos oficiais, dois conceitos nos interessam particularmente neste capítulo. O primeiro é o de esfera pública que se refere a “um ‘espaço’ de mediação entre atores sociais e sistema político-administrativo, através do qual, no enfoque normativo, deveria ocorrer a relação democrática da sociedade civil com o Estado (disseminação e publicização das representações e interesses sociais, controle público do Estado, orientação da agenda estatal, etc), preservando, ao mesmo tempo, a autonomia relativa de ambas as esferas” (SILVA, 2004, p.191). Tal conceito é algo mais amplo que a simples conotação física de um espaço e diz respeito a “um campo de práticas e relações sociais através dos quais os mais diversos atores sociais, mas também os atores da esfera político-administrativa e do mercado, discutem, confrontam-se e constroem interesses e reivindicações que se expressam enquanto “opinião pública”. Do ponto de vista democrático, então, a questão que se coloca é analisar em que medida e como os atores da e na “esfera pública” conseguem (ou não) evitar as tentativas de manipulação e controle por parte do mercado e do poder estatal. (COSTA, 2002, *apud* SILVA, 2004, p.191).

Quanto à sociedade civil, existem várias conceituações, dependendo da orientação teórica particular do autor. Contudo, no presente estudo, nos parece pertinente o referencial de Costa (2002) para apresentar certas linhas do debate. Segundo o autor, sociedade civil se refere ao contexto na topografia social, marcado por relações de solidariedade e cooperação e não se restringe assim a um somatório de organizações, trata-se de uma teia de interações. As organizações da sociedade civil devem ser vistas, nessa definição, como condensação institucional, nódulos nesse contexto de interações que se distinguem dos grupos de interesse atuantes na esfera da política (partidos, lobbies etc.) e da economia (sindicatos, associações empresariais etc.).

Convém observar, como propõe Silva (2004, p.192), que “uma sociedade civil fragilizada, heterônoma, na qual os atores sociais encontram-se subordinados aos interesses do mercado e/ou do Estado, torna-se incapaz de desempenhar este papel de mediação e de interlocução, que

fundamenta a existência de uma esfera pública democrática”. Nesta perspectiva a trajetória histórica que molda a configuração da sociedade civil constitui um elemento essencial para uma análise referente à democratização das esferas públicas locais.

Por outro lado, a emergência de espaços públicos de participação social (mesmo que de forma indireta, como o caso dos conselhos de desenvolvimento rural), é em parte favorecida pela idéia proposta por Dagnino (2002) de uma “confluência perversa”. Esta confluência se refere a dois projetos políticos distintos, ligados pelo elo da participação social. De um lado, estaria o projeto neoliberal de encolhimento do Estado e, de outro lado, o projeto participatório associado à descentralização e à democratização. A partir dos anos 80, este fenômeno favoreceu inúmeras experiências participativas em torno do poder local no cenário nacional, como é o caso dos conselhos de desenvolvimento rural. Vale insistir que a confluência perversa residiria no fato de que tanto nos projetos participatórios como nos de ajuste neoliberal do Estado há a necessidade de uma sociedade civil ativa, propositiva e participativa. Mas cabe novamente ressaltar que o projeto participatório e o projeto neoliberal de Estado operam em direções opostas, já que um se orienta para a ampliação da cidadania e da democracia, enquanto outro se inclina progressivamente para uma ofuscação do papel do Estado como garantidor de direitos e das conquistas sociais adquiridas nesse campo.

Assim, nesse campo disputado é que se travam os encontros da participação da sociedade civil com o Estado, ou seja, num campo contraditório, marcado pelo recuo ou avanço dos projetos participatórios e ou do modelo de Estado neoliberal (com os ajustes estruturais que pleiteia).

Outra perspectiva de análise enfoca a relação do mercado com os conselhos de desenvolvimento rural. Favareto e Demarco (2004, p. 123) salientam que “a missão fundamental dos conselhos deveria ser justamente a descoberta e o alavancar dos potenciais de desenvolvimento que os mecanismos convencionais de mercado são incapazes de mobilizar, sobretudo nas regiões menos favorecidas”. Trata-se menos de uma perspectiva de democratização, mas uma idéia segundo a qual o conselho possui uma vocação para despertar potenciais econômicos.

### 4.3 A Relação do Conder Com Seu Ambiente Institucional: a “Invenção” dos Conselhos

No Rio Grande do Sul, a maior parte das prefeituras estabeleceu um conselho de política agrícola no decorrer da primeira metade dos anos 1990. Dados da EMATER/RS, citados por Ricardo Abramovay (2001, p. 130-133), indicam que 97 % dos municípios do estado possuem um conselho de desenvolvimento rural. A maioria dos municípios estabeleceu um conselho de política agrícola no decorrer da primeira metade dos anos 1990. “Este fenômeno foi amplificado por rumores segundo os quais os municípios que não instituíssem um conselho agrícola, uma secretaria de agricultura e um fundo de investimento rural seriam privados de recursos dos governos estadual e federal. Em função deste receio, os prefeitos constituíram, da noite para o dia, conselhos pouco ligados às reivindicações efetivas das organizações sociais” (MORUZZI MARQUES, 2004, p.54).

Essa proliferação e/ou reestruturação dos conselhos de desenvolvimento rural foi em alguma medida favorecida pela linha infra-estrutura do PRONAF. No entanto, o caso estudado não se associa ao referido programa, pois o município de Roca Sales não é beneficiado pelo PRONAF Infra-estrutura. Em todo caso, observa-se uma importante incitação de outros programas estaduais e federais no funcionamento do conselho. A propósito, nos parece pertinente para nosso estudo a análise de Silva e Moruzzi Marques (2004, p.14) quando analisam esta marca dos CMDR, ou seja, a incitação externa para sua criação:

Evidentemente, essa interpretação não significa assumir a tese de um “pecado original” que marcaria a criação de grande parte dos CMDRs, ao contrário, tanto é possível que Conselhos criados como resposta a uma demanda externa se constituam em efetivos espaços de participação social e, por outro lado, que Conselhos nascidos de um processo de mobilização e reivindicação da sociedade civil local sejam espaços pouco atrativos em termos de participação.

Trata-se aqui de discutir aspectos favoráveis à constituição de conselhos mais sólidos e dinâmicos, que se adaptem as novas proposições e continuem sendo um local de discussão não apenas de um programa governamental, mas sim dos rumos do desenvolvimento rural de determinado local, que pode ser o município e/ou território, caso inserido numa articulação infra-regional.

Chama atenção ao se analisar o Conselho de Desenvolvimento Rural de Roca Sales, seu objetivo principal, inscrito no art. 1º da lei de sua criação (29/96 de 17/06/1996):

É criado o Conselho Rocasalense de Desenvolvimento Rural – CONDER, com a finalidade de integrar os esforços das comunidades rurais, do setor público, da iniciativa privada e colaborar com todas as atividades dirigidas ao desenvolvimento agropecuário **com objetivo primordial de fortalecer o setor primário da produção**, em particular, visando:...(grifo meu)

Esse foco primordial na produção de forma geral é percebido em vários discursos dos atores sobre o papel da agricultura, fato esse que se apreendeu nas entrevistas realizadas com alguns membros do conselho e que será discutido no quinto capítulo. Contudo ao se analisar as atas do CONDER, em concordância com os quadros de 2 a 5, verifica-se que as discussões no CONDER não se limitam a questões relativas apenas à produção agrícola, e sim são discutidos vários temas sobre vários eixos, o que nos dá as primeiras pistas sobre a emergência, nas esferas públicas, de questões associadas à noção da multifuncionalidade da agricultura. Mais adiante, quando da análise do conteúdo das atas, esse tema será retomado.

Com relação às atribuições do conselho temos no discurso da gerente do SICREDI local algumas pistas interessantes sobre o papel desempenhado pelo CONDER:

O conselho, o próprio nome já diz, está envolvido em todo e qualquer projeto agrícola do município quanto à agricultura. Hoje nosso trabalho se detém em questões como: avaliação de estiagens, chuvas, os estragos que estes causam no município, fazer alguma reivindicação, buscar uma ajuda aos agricultores e intermediar este processo. A gente fazia até um tempo atrás a análise dos pedidos do Banco da Terra, então se fazia as avaliações das pessoas. Lá no grupo, se eu não conhecia, outros membros do conselho conheciam, para ver se estavam sendo destinado corretamente o recurso. A gente busca junto à administração municipal, vê o que se tem em mãos para fazer projetos, para fazer alguma coisa no município durante o ano. O conselho administra o programa troca-troca de sementes de milho, para trabalhar um pouco de qualidade, o conselho administra um pacote agrícola (...) incentivo ao uso de talão [nota fiscal do produtor] para ganhar adubo, uréia, e alguma coisa tenta se buscar, um projeto de agroindústria, alguma coisa, além de dar algum apoio a essa nova empresa que está se formando, esta nova idéia que está se formando. Nós de repente poderíamos fazer muito mais se tivéssemos um recurso para administrar, um recurso maior, então hoje estamos limitados para fazer este trabalho. (...) (entrevista 6:2004, gerente Sicredi).

Outro discurso eloqüente sobre o papel do CONDER é o do prefeito municipal, que se identifica como produtor rural, tendo sido por duas vezes presidente do sindicato dos trabalhadores rurais. O que podemos apreender em aspectos de sua trajetória é o vínculo muito

estreito com o rural. A visão do prefeito, aparentemente, é favorável ao conselho, como se percebe no trecho abaixo:

Eu vejo com bons olhos, como muita gente pensa que o prefeito faz tudo certo, eu acho que não é por aí. A idéia do prefeito é uma, agora a idéia do conselho são várias cabeças que pensam e com idéias diferentes e dali sai bastante coisa boa que o prefeito pode se beneficiar com isto. Ouvindo eles tu sente a necessidade que eles trazem, porque o nosso conselho é bastante participativo e pessoas de várias localidades do interior, então tu conhece a realidade do teu município é através do teu conselho (entrevista 1:2004, prefeito).

Nesta perspectiva o impacto do conselho em relação à prefeitura se refere à idéia de que a principal virtude do CONDER é a apresentação de várias idéias e sugestões (que muitas vezes podem ir de ou ao encontro dos interesses da prefeitura, leia-se da gestão atual do governo local) e a possibilidade de obter informações privilegiadas sobre as comunidades rurais. De toda evidência, nosso interlocutor concebe antes o conselho como lugar de produção de informação sobre o município, e menos, como lugar de tomada de decisão.

Em nossa perspectiva analítica, quando são assuntos consensuais pode-se dizer que o conselho serve como legitimador social das ações do governo local. Contudo, quando são assuntos conflituosos, o conselho poderia aparecer como ferramenta auxiliar no aprendizado social sobre esses conflitos. De fato, os conflitos colocam aos agricultores o desafio de aprendizado social sobre questões que eram muitas vezes ignoradas. Norbert Elias (1998) lembra que uma das mais difíceis tarefas humanas é o aprendizado social sobre questões até então desconhecidas ou não habituais aos grupos sociais. Ou seja, trata-se de pensar como as sociedades reagem ao ter que lidar com fatos novos, novas tecnologias, novas informações. Parece ser esse um dilema atual das várias associações civis em qualquer recanto do planeta. Procurar-se-á discutir esta função do conselho em outros momentos de nosso trabalho

De outra sorte, também cabe salientar a tensão (mesmo que a princípio velada) da tendência da prefeitura relegar ao conselho o estatuto de um apêndice menor dessa instituição. O fato do presidente do conselho ser também o secretário de agricultura municipal parece reforçar essa tendência. Contudo, as relações de forças com as outras instituições representadas no conselho tornam o jogo pouco previsível. O tensionamento com o sindicato dos trabalhadores rurais ilustra a dimensão do fenômeno.

Com efeito, o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais (STR) postula um papel de liderança municipal de primeira grandeza. Identificando-se como trabalhador rural, enfatiza, em sua formação, a capacidade de assumir cargos e postos de liderança, “eu desde jovem sempre tive certa liderança, tanto nos jovens, nas comunidades, em todas as sociedades que participei sempre fui das diretorias. No sindicato, na diretoria, eu entrei em 1992 como tesoureiro, fiquei quatro anos, depois assumi como presidente, é minha terceira gestão como presidente” (entrevista 2:2004, presidente STR). Efetivamente, seu discurso confere mais peso ao CONDER, notadamente tendo um papel em termos de planejamento:

O conselho tem que ter uma visão de traçar rumos para o futuro, (...) e ter uma integração junto com o poder executivo para saber o que realmente o município quer, por onde nos podemos caminhar e o que nós podemos fazer, o conselho está aí para auxiliar o executivo para que o município consiga se desenvolver, e às vezes não precisa de muitos recursos, às vezes não precisa só de recursos, às vezes existe outras formas de a agricultura se desenvolver nos municípios (entrevista 2:2004, presidente STR).

O acúmulo significativo de capitais durante sua trajetória social e sua posição estratégica à frente do sindicato dos trabalhadores rurais permite realçar o potencial de sua intervenção no conselho. Aliás, convém salientar que esse sindicato possui cinco assentos no CONDER, portanto tem preponderância numérica (ver quadro 1). A propósito, Andrade (2004, p.247) menciona exemplos de conselhos de desenvolvimento rural do Nordeste brasileiro em que os sindicatos rurais ocupam uma posição privilegiada, pois:

(...) diferentemente dos outros tipos de Conselhos, onde o governo local, na maioria das vezes, monopoliza o processo decisório, nos Conselhos de Desenvolvimento Rural isto só acontece quando o sindicato local está atrelado aos grupos no poder ou quando as relações de poder são baseadas na violência e no medo e o sindicato rural não têm legitimidade política. Nas demais situações, o sindicato assume de fato a condição privilegiada de parceiro e consegue ser parte ativa em todo o processo.

No caso do Rio Grande do Sul, o movimento sindical dos trabalhadores rurais sempre foi muito ativo, associado ao seu papel na discussão da política agrícola e à importância da agricultura familiar no estado. Em considerável medida, os sindicatos de trabalhadores rurais gaúchos são dinâmicos e atuantes, como é notório no caso de Roca Sales. A propósito:

No Rio Grande do Sul, a existência de uma agricultura familiar mais autônoma permitiu o desenvolvimento de uma sólida rede sindical dos trabalhadores rurais. De fato, os STRs da região Sul intervêm sensivelmente sobre as questões relativas à política agrícola, distinguindo-se assim do restante do movimento sindical dos trabalhadores rurais (MORUZZI MARQUES, 2004, p.64).

Por fim, cabe salientar que o CONDER fortalece, em alguma proporção, o STR na medida em que suas demandas são mais rapidamente transmitidas para os outros representantes das principais instituições voltadas ao desenvolvimento rural de Roca Sales. O problema a ser destacado se refere à deficitária participação social dos agricultores familiares no processo, traduzindo o pouco esforço do sindicato no sentido de tornar o conselho uma arena de disputa efetiva quanto aos rumos do desenvolvimento local.

Do fato de possuir um trânsito importante no meio rural de Roca Sales, o pastor local da Igreja Luterana foi interrogado sobre o papel do conselho de desenvolvimento rural. Residindo há pouco tempo no município, desconhece as atividades e os componentes do conselho, porém considera que:

A questão partidária ela é muito forte e se você fizer um conselho municipal ligado a área de agricultura para orientar/fomentar essa produção agrícola tu tem que dar um jeito de desatrelar de partido político, isto infelizmente tem que ser assim. (...) agora como desatrelar uma secretaria de agricultura, um conselho de agricultura do poder político do município eu não sei, mas se estiver atrelado demais, alguns vão, a grande maioria não (...) tem que ser técnicos não vinculados a administração municipal (...) teria como ter uma coisa a-partidária, mas como fazer isso eu nem imagino.(entrevista 10: pastor igreja Luterana)

Percebe-se no testemunho do pastor local uma tendência em considerar a despolitização do conselho (tornando-se um órgão técnico) uma condição para seu êxito. Essa visão de neutralidade nos parece contraditória, visto que o CONDER justamente é uma arena de concertação política. Negligenciar esse aspecto político soa um tanto destoante da idéia de fomentar uma maior democracia e cidadania, ou seja, possibilitar que atores sociais, como os agricultores familiares tenham um espaço público onde possam participar para apresentar suas reivindicações. É verdade que, em relação aos partidos políticos, o pastor transmite uma visão comumente admitida, no qual não são os partidos políticos os melhores mediadores entre a sociedade civil e o Estado. A respeito, os partidos políticos no Brasil, como lembra Costa (2002), *apud* Silva e Moruzzi Marques (2004, p. 9):

deixam de exercer a função de intermediários entre a sociedade civil e o Estado e não equacionam a dicotomia entre as duas esferas. Confundidos com o aparato administrativo e ‘desenraizados’ na sociedade civil, eles não se prestam a função de, no plano individual, possibilitar a ‘auto-realização de interesses’ e, no âmbito do Estado, atuar como ordenador da seletividade de temas e demandas.

Quanto à possibilidade de se criarem novas configurações sociais, com mais peso para as associações civis em que os partidos políticos não tenham centralidade, como pode sugerir o discurso do pastor local, oportuno examinar as idéias de Silva (2004, p.189), a partir de um ponto comum de diferentes abordagens sobre a democracia. Trata-se do:

destaque à importância dos processos organizativos e da atuação dos atores sociais para a implantação, sustentação e/ou qualificação da democracia. Funcionando como “escolas” de cidadania, possibilitando a expressão pública de representações e interesses sociais, controlando e orientando a ação estatal, desenvolvendo relações de confiança e envolvimento coletivo, entre outras potencialidades, as organizações sociais desempenhariam um papel fundamental para a efetivação da democracia, incorporando outros atores relevantes ao “jogo político” além dos tradicionais partidos políticos.

Por outro lado, os conselhos municipais de desenvolvimento rural (CMDR) poderiam ser classificados como espaços públicos híbridos, pois conjugam tanto a participação de representantes do Estado como da sociedade civil. No caso da linha infraestrutura do PRONAF, previa-se que 50% dos componentes dos conselhos beneficiados pelo programa fossem agricultores familiares para atender um quesito de paridade. Em Roca Sales, o quesito paridade, enquanto questão numérica, não constitui uma exigência. Na composição do conselho local, como mostra o quadro 1, mesmo se a paridade não seja observada, vale salientar a importante presença de conselheiros do STR.

**Quadro 1 : Composição do conselho de desenvolvimento rural em Roca Sales.**

Organizações	Nº de representantes
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	5
Secretaria Municipal de Agricultura	1
EMATER	1
SICREDI	1
Inspetoria Veterinária	1
Banrisul	1
Câmara Municipal	1

No entanto, a importante presença no CONDER de membros do STR, representantes dos agricultores familiares de Roca Sales, não corresponde a uma maior participação destes agricultores no debate sobre o desenvolvimento rural no município.

Em função de informações coletadas junto a 20 famílias de agricultores familiares na comunidade de fazenda Lohmann<sup>1</sup>, em Roca Sales, pode-se afirmar que o processo de participação desses agricultores é pouco desenvolvido. Utilizando-se do sistema classificatório de Pretty, apresentado anteriormente, poder-se-ia dizer que trata-se, quando muito, de uma participação manipulada ou passiva. Assim, se na escala desse sistema classificatório, a participação é mais efetiva quando ela se situa nos últimos tipos, pode-se sugerir que o processo estudado em Roca Sales tende fortemente para a não-participação. Pode-se inferir que esse fenômeno se estende à maioria dos agricultores familiares deste município. Pois bem, quando interrogadas sobre se já participaram de atividades organizadas pelos conselhos locais, a grande maioria das famílias (17) respondeu que não. O mesmo número de interlocutores respondeu que desconhece as atividades/planos/prioridades do conselho de desenvolvimento rural.

Contudo, quando perguntadas se gostariam de participar mais das atividades dos conselhos e de debates sobre políticas públicas, as famílias ficaram divididas nas suas respostas, sendo que 7 afirmaram querer participar mais, 10 que não gostariam de participar mais e 3 não responderam. Partindo da perspectiva do desconhecimento do CONDER e de suas atribuições, o número de respostas favoráveis a uma maior participação pode ser considerado expressivo. Mesmo que a maioria, a princípio, optasse por não querer um maior envolvimento, isso pode ser um reflexo do desconhecimento por parte das famílias rurais desse espaço público de participação social. De todo modo, quando se perguntou quais iniciativas/questões deveriam ser tratadas pelo conselho, surgiram várias propostas vindas de nove entrevistados, entre elas: aquisição de secador de grãos comunitário, aquisição de secador de milho, melhora da condição das estradas, turismo rural, mais assistência técnica, programa para manter jovens na agricultura, questão da saúde, recolhimento de lixo, dar ênfase na importância da agricultura e, inclusive, mais possibilidade de participação dos agricultores.

---

<sup>1</sup> Dados referentes à primeira etapa da pesquisa nacional sobre a multifuncionalidade da agricultura referida na introdução geral desta dissertação.

A situação que encontramos é então, de uma população rural minimamente informada sobre as atribuições do conselho, apresentando um desconhecimento notável, mesmo da existência deste organismo colegiado de tomada de decisão. Esse desconhecimento do conselho e de suas atividades demonstra que há um problema de comunicação entre o CONDER e seu público-alvo, qual seja, os agricultores familiares. Portanto, o conselho funciona de modo restrito e atendendo apenas a necessidades pontuais apresentadas por seus membros. Canais de comunicação não faltam em Roca Sales, visto que há programas radiofônicos locais que poderiam transmitir informações sobre as atividades do conselho, sobretudo o programa do próprio STR. Aqui, resta destacar o papel reduzido que cumpre o sindicato dos trabalhadores rurais nesse aspecto da circulação de informações sobre o conselho. Este poderia ser um interlocutor privilegiado entre o conselho e os agricultores familiares, sendo que o STR é citado em 12 oportunidades quando perguntou-se aos entrevistados da primeira fase da pesquisa quais seriam as entidades mais importantes na comunidade e no município. Então, há um sentimento por parte dos agricultores familiares de que o STR é uma entidade que tem estreitos vínculos com os mesmos, até porque das vinte famílias entrevistadas dezoito afirmaram que são associadas ao STR<sup>2</sup>.

Para uma melhor apreensão das dinâmicas deste conselho, analisa-se, a seguir, as atas das reuniões do CONDER. Trata-se de discutir suas lógicas, interrogando sempre sobre sua capacidade de mobilização e animação em torno das políticas locais de desenvolvimento rural. Concomitantemente também se analisa, a partir das visões de atores sociais, falas que ajudem a entender essas dinâmicas.

Para se formular os quadros de 2 ao 5, examinou-se o conteúdo das atas do CONDER. A partir disso, destacou-se em cada reunião os assuntos que se revelaram mais relevantes. Ademais, considerou-se: a) periodicidade; b) foco; c) repetição dos temas; d) conexão dos assuntos com programas municipais, regionais, estaduais ou federais.

---

<sup>2</sup> Na mesma pesquisa, observa-se que há um número considerável de associações das quais essas famílias fazem parte. Além das 18 famílias associadas ao STR alguns dos membros são associados nas seguintes entidades: 18 na associação da igreja, 10 na Cooperativa, 8 na associação de mulheres, 4 em partido político, 3 em associação

**QUADRO Nº 2: ATAS DO CONDER ENTRE 1996 -2000.**

<b>ANO</b>	<b>Nº REUNIÕES E MESES</b>	<b>TEMAS MAIS IMPORTANTES DISCUTIDOS</b>	<b>ÂMBITO DO TEMA</b>
1996	2 (Junho e dezembro)	Normas internas/ funcionamento	-----
1997	2 (maio e setembro)	Pró Rural	Programa estadual
1998	1 (agosto)	Agroindústria e piscicultura	Municipal
1999	1 (agosto)	Seminário sobre conselhos agropecuários	Regional
2000	1 (dezembro)	Banco da Terra	Programa federal

Em última análise, verifica-se que há dois períodos bem distintos no CONDER de Roca Sales/RS. O primeiro vai de junho de 1996 (quando da criação do conselho) até dezembro de 2000, portanto um período de quatro anos e meio de marasmo ou apatia. Em todo esse período, houve apenas 5 reuniões conforme é possível averiguar no quadro 2. O segundo período começa em janeiro de 2001, quando já houveram sete reuniões no decorrer do ano. Porque essa mudança?

A primeira hipótese se associa a uma mudança na política local. No final de 2000, houve eleições municipais e o novo prefeito tomou posse no início de 2001. O novo prefeito teria priorizado o conselho? A análise dos discursos de nossos entrevistados não permite tal suposição. Então, pode-se inferir que outra autoridade tenha liderado essa nova fase do conselho. Dentre os nomes possíveis, surge de pronto a do novo secretário municipal de agricultura que também é o presidente do conselho. Por outro lado, é completamente inadequada a suposição de que houve uma mobilização inesperada de grupos sociais, exigindo uma nova configuração do poder local, na qual o conselho tivesse um papel de catalisador das demandas sociais, imprimindo um novo dinamismo em torno da participação local. Enfim, o agravamento dos problemas ambientais seria eventualmente a causa de uma ebulição dos debates no conselho. Nenhuma dessas suposições parece verdadeiramente apropriada.

**QUADRO Nº 3 ATAS DO CONDER EM 2001.**

<b>TEMA DISCUTIDO</b>	<b>RECORRÊNCIA/MÊS</b>	<b>ÂMBITO DO TEMA</b>
Banco da Terra	3 (janeiro, junho e novembro)	Programa federal
Seminário Desenvolvimento Sustentável	2 (agosto e outubro)	Municipal
Orçamento participativo	1 (maio)	Estadual
RS rural	1 (maio)	Programa Estadual
Febre aftosa	1 (maio)	Estadual
Fundo/recursos para o CONDER	1 (maio)	Municipal
Pró Guaíba	1 (julho)	Programa Estadual
Enchente	1 (outubro)	Municipal
Jornada da água	1 (outubro)	Municipal
Fecarpa	1 (outubro)	Municipal
Seminário de Agroecologia	1 (novembro)	Estadual
Fossas para suinocultura	1 (novembro)	Municipal
Reposição florestal	1 (novembro)	Municipal

Antes de procurar responder ao porquê desta relativa dinamização do conselho, pode-se observar que muitos discursos dos atores sociais demonstram uma insatisfação com o conselho, o que reforça uma interpretação segundo a qual este espaço público é pouco privilegiado pelo poder executivo local.

Vejamos então os discursos das autoridades locais, iniciando-se por aquele do secretário de agricultura, que também acumula a função de presidente:

O conselho, eu penso, ele participando da sociedade, tendo atores de vários segmentos da área agrícola, talvez poderia ter uma participação maior, mais ativa, mas devido a agitação que cada um tem na sua atividade, para começar é difícil até marcar um horário onde se tenha um grande número de participantes (...). A noite um não pode, outro trabalha, então é difícil, se tivesse uma maior participação então seria melhor. Mas dentro do possível procuramos passar para o conselho, ele toma conhecimento de várias iniciativas que o poder público tem, ou nós do conselho levantamos algumas idéias e que depois são aperfeiçoadas e passada ao poder executivo. (entrevista 3:2004, secretário municipal agricultura).

A pouca participação é interpretada de outra forma por outros atores, como é o caso do representante do Escritório da Inspeção Veterinária de Roca Sales:

Como o conselho não tem fundo, nós só damos opinião. Nós opinamos, às vezes a gente resolve, quer dizer toma decisões. Mas certas situações não se resolvem porque não temos o poder de obrigar ninguém. Então o conselho poderia ser mais dinâmico, como nós poderíamos ser mais dinâmicos, mas às vezes a gente é tomado pelo pessimismo e é coisa nossa deixar como está que é mais fácil. Não é assim que se resolve, é preciso por em questão as coisas e o conselho poderia ser mais agressivo em cima disto, mas acho, por enquanto vamos com calma, não vamos entrar com o pé cheio que nós vamos nos dar mal. Essas questões envolvem tradição, costumes e uma série de fatores que para tu mudar, não é de uma hora para outra, nem nós não mudamos. (entrevista 8: 2004, inspeção veterinária)

Nesse testemunho chama a atenção a insatisfação pela falta de fundos financeiros do conselho, queixa esta apresentada por vários conselheiros. De todo modo, há uma vontade manifesta dos conselheiros favorável a uma maior atuação, a maiores poderes. Cabe mesmo pensar que os conselheiros aspirem não apenas um papel consultivo, mas também deliberativo. Esse avanço dos poderes do conselho necessariamente deveria passar por uma nova partilha de poder com o executivo e legislativo locais, fato que geraria tensão e conflito. De fato, nos pequenos municípios, vale considerar que o prefeito exerce, sem maiores constrangimentos, o que já foi definido como “mandonismo”. Se os conselhos refletem intenções de mudanças, o estudo dos novos arranjos institucionais deve observar, notadamente, os bloqueios consideráveis para uma nova distribuição de papéis (MORUZZI MARQUES, 2002).

A falta de um fundo de investimento é também um motivo de descontentamento para o extensionista da EMATER (técnico em agropecuária trabalhando há 19 anos na empresa em Roca Sales e membro de vários conselhos, entre eles, saúde, educação e merenda escolar):

O nosso conselho tem estatuto, todo conselho tem estatuto, então nossa missão é discutir a agricultura, mas uma discussão feita há muito tempo, a longa data é para criar aqui no município um fundo, um fundo municipal de agricultura, pois nós temos duas situações, uma delas é que esta ocorrendo agora é a seca, e nos poderíamos estar auxiliando os agricultores, e a outra, muitas linhas de crédito não financiam máquinas usadas, eles financiam máquinas novas, o que é um absurdo pelo valor e utilização dele. Então os bancos não financiam máquinas usadas e o conselho poderia fazer isto (...), nós temos um conselho há não sei há quanto tempo, e ainda não temos um fundo. Esta seria uma das principais questões, nós vamos continuar brigando por isto (entrevista 5:2004, técnico da Emater).

A penúria de recursos nos fundos municipais agrícolas permite propor uma interpretação segundo a qual esse conselho não é concebido como lugar onde uma estratégia de desenvolvimento deva ser elaborada. Trata-se antes de uma instância concebida para captar recursos de programas estaduais e federais cujo repasse necessita do aval de um conselho. É assim que se explica a relativa revitalização do CONDER a partir de 2001. Neste período, o conselho aprovou projetos do programa federal Banco da Terra e de vários programas estaduais (RS rural, programa troca-troca sementes, Programa RS biodiversidade, Pró Guaíba) (ver quadro 3, 4 e 5).

Por outro lado, o conselho de saúde é o único a ser freqüentemente lembrado pelas famílias entrevistadas na primeira fase da pesquisa. Assim, considerou-se oportuno conhecer o ponto de vista sobre os conselhos do secretário municipal de saúde, mesmo não pertencendo ao CONDER. Suas palavras permitem lembrar da idéia segundo a qual a participação exige um importante acúmulo de capital simbólico, cultural e político:

Primeira coisa o conselho tinha que ser respeitado. Se tem que ter conselho, ele não está ali para “vaquinha de presépio” eu acho. Ele tem que ter condições para atuar. Segundo coisa, as pessoas que fazem parte tem que ser, tem que ter condições de representar. Não adianta colocar ali alguém que não abre a boca, que não fala, não tem opinião própria, não tem luz própria, que não tenha representatividade nenhuma, ou seja, a pessoa está ali tem que realmente ter sua representatividade, ter o conhecimento, porque senão vai sair um conselho perneta, vai faltar. (entrevista 4:2004, secretário municipal de saúde)

Este discurso nos parece chave para pensar em qualidades para a participação e em lógicas de exclusão. Ele reforça distinções que reservam a participação no processo de tomada de decisão àqueles que detêm atributos, como o conhecimento técnico. Caberia perguntar, e aqui seria uma pista para as próximas fases da pesquisa no Vale do Taquari, se os agricultores que fazem parte deste grupo “seleto” não são aqueles mais modernizados, integrados aos mercados e

que possuem trânsito entre os técnicos, agentes econômicos, autoridades locais, trânsito que lhes dota destas capacidades reconhecidas para a participação. Por consequência, poder-se-ia supor que os agricultores com raízes em práticas mais tradicionais, o que, aos nossos propósitos, seriam mais favoráveis à multifuncionalidade da agricultura, são excluídos da participação.

Participando simultaneamente do conselho de saúde e do CONDER, um jovem representante da câmara de vereadores no CONDER tem na atividade agrícola sua atividade principal (mais especificamente na área de reflorestamento). Ele estima que falta uma maior sintonia deste conselho com o executivo, conforme descrito no testemunho abaixo:

O que deveria ser eu acredito, mas é uma coisa que não depende exclusivamente do conselho, e seria um ponto muito positivo, que o conselho da agricultura especialmente em municípios agrícolas, ao citar do exemplo de Roca Sales, que o prefeito desse um relacionamento melhor e valorizasse mais o conselho, (...). os órgãos tem que tentar trabalhar com mais união, visando o bem-estar da comunidade. (entrevista 7:2004, vereador).

O fato de ser representante do legislativo local cria mais uma importante interface política entre câmara municipal, CONDER e poder executivo (com dois representantes: secretário agricultura e prefeito, como mostra o quadro 1). Com algumas evidências, seu discurso concebe o CONDER como órgão auxiliar de ligação entre legislativo e executivo, sem representar um fator de conflito com a câmara municipal.

Enquanto programa mais freqüentemente debatido no CONDER (ver quadro 3, 4 e 5), o Banco da Terra merece ser discutido em particular e mais detalhadamente. Assim vale traçar alguns comentários sobre este programa que foi criado pela Lei Complementar nº 93 de 4 de fevereiro de 1998 e regulamentado em 2000, quando ele começa a ser aplicado em vários municípios brasileiros, inclusive em Roca Sales. Esse programa fornece, sem dúvida, uma função importante para o CONDER. Justamente, a partir do final de 2000, começam a se realizar reuniões de forma mais freqüente. Muitas delas, em 2001, foram realizadas apenas para discutir a seleção de famílias, escolha dos seus beneficiários e aprovação de projetos no âmbito do Banco da Terra.

O Banco da Terra poderia ser classificado, nos termos de Medeiros (2002), como um projeto de “Reforma Agrária de Mercado”. “Recorrer ao mercado para obtenção de terras foi uma prática utilizada por alguns governos estaduais (entre outros, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo) no final do regime militar e mesmo na Nova República” (MEDEIROS, 2002,

p.70). Foram mudando-se os expedientes até que o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso gestou um programa nos moldes do que o Banco Mundial chamava de “reformas agrárias conduzidas pelo mercado”. Esse modelo propunha a descentralização em oposição ao modelo centralizador que conduzia a Reforma Agrária tradicional no país. Outro caráter dessa reforma de mercado seria a idéia de ser voluntária.

No Brasil, a primeira experiência mais concreta nesse novo modelo foi no estado do Ceará, em 1996 (Programa Cédula da Terra). “Além do empréstimo para a compra de terras, o programa previa recursos para investimentos comunitários definidos pelo próprio grupo de beneficiários em três áreas básicas: infra-estrutura, produtiva e social” (MEDEIROS, 2002, p.75).

#### QUADRO Nº 4 ATAS CONDER 2002.

<b>TEMA DISCUTIDO</b>	<b>RECORRÊNCIA</b>	<b>ÂMBITO DO TEMA</b>
Orçamento municipal	2 (agosto e novembro)	Municipal
Banco da Terra	1 (junho)	Programa federal
Orçamento participativo	1 (maio)	Estadual
Contratação veterinário	1 (abril)	Municipal
Visita técnica suinocultores	1 (maio)	Municipal
Assistência técnica e extensão rural	1 (maio)	Federal
Seminário sobre matas ciliares	1 (junho)	Regional
Embalagens agrotóxicos	1 (junho)	Estadual
Renovação conselho	1 (junho)	Municipal
Jornada da água	1 (agosto)	Municipal
Lei incentivo produção primária	1 (agosto)	Municipal
Reposição florestal	1 (setembro)	Municipal
Multas ambientais	1 (setembro)	Municipal

**QUADRO Nº 5 ATAS CONDER 2003.**

<b>TEMA DISCUTIDO</b>	<b>RECORRÊNCIA</b>	<b>ÂMBITO DO TEMA</b>
RS rural	4 (agosto, setembro, outubro e dezembro)	Programa estadual
Troca-troca sementes	2 (março e abril)	Programa estadual
Subsídios municipais	2 (março e abril)	Programa municipal
Telefonia rural	2 (novembro e dezembro)	Estadual
Suspensão Banco da Terra	1 (março)	Programa federal
Reflorestamento	1 (março)	Municipal
Incentivo à emissão de notas fiscais de produtor	1 (abril)	Municipal
Febre aftosa	1 (abril)	Estadual
Renovação conselho	1 (junho)	Municipal
Programa RS – biodiversidade	1 (julho)	Programa Estadual
Fruticultura	1 (setembro)	Municipal
Aumento produção milho	1 (setembro)	Municipal
Licenciamento ambiental	1 (outubro)	Estadual
Poços artesianos	1 (outubro)	Municipal
Pronaf	1 (outubro)	Programa federal
Pró rural 2000	1 (novembro)	Programa Estadual
Pró Guaíba	1 (novembro)	Programa Estadual
Programa mais alimento	1 (novembro)	Programa Federal
Orçamento municipal	1 (dezembro)	Municipal

Em função do seu caráter descentralizado, o modelo do programa Banco da Terra tinha espaço para adaptações às regras e peculiaridades de cada estado da federação brasileira, com participação considerável dos municípios através dos CMDR.

Seja como for, esta forma de reforma agrária se orienta por valores de mercado (com uma racionalidade estritamente econômica), o que na prática nem sempre é possível já que os agricultores muitas vezes querem comprar a terra por valores afetivos, como discorre Medeiros

(2002, p.76). Para a autora, esse conflito de valores demonstra um desequilíbrio na relação entre a sociedade civil e o mercado, e o programa Banco da Terra sempre privilegiou o mercado em detrimento da sociedade civil. O Banco da Terra foi suspenso em 2003, no início do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Essa suspensão pode ser atribuída ao seguinte:

As reações à proposta de uma reforma agrária com base em mecanismos de mercado foram diversificadas e partiram quer das diferentes entidades de representação envolvidas, quer, e principalmente, do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, espaço de debate e intervenção em esferas diversas, que congrega um amplo leque de organizações não governamentais, organismos religiosos, entidades de representação e a Secretaria Agrária do Partido dos Trabalhadores<sup>3</sup>(MEDEIROS, 2002, p.81).

A suspensão do programa federal Banco da Terra causou um descontentamento entre a maioria dos conselheiros do CONDER, como foi possível apreender numa reunião em que nos fizemos presentes. A fala dos conselheiros converge na direção de uma crítica à descontinuidade: “cada novo governo muda as regras do jogo”. Os conselheiros percebiam como positivos os resultados preliminares do Banco da Terra, considerando como um dispositivo de acesso à terra dentro de uma ótica de valorização do local. Essa disposição fica clara na fala do secretário de agricultura do município:

Nós tínhamos o banco da terra que era um programa lançado pelo governo anterior, mas que infelizmente o governo atual praticamente extinguiu, que era um programa para os agricultores. Para os gestores municipais era um plano que estava dando certo. Isso até é um problema do serviço público porque se um administrador lança uma idéia boa o outro ao invés de aperfeiçoá-la, extingue-a, então é um dos pontos que deveriam ser aperfeiçoados e não extinto. (entrevista 3:2004, secretário municipal de agricultura)

Aqui, convém mencionar outro programa relevante financiado pelo Banco Mundial, o RS Rural. Em torno desse programa ocorreram vários debates no CONDER, sobretudo, no ano de 2003 (ver quadro nº 5). Tal programa exige a parceria entre municípios e estado, esse último financiando grande parte dos investimentos cuja escolha deve ser realizada com o aval dos conselheiros em desenvolvimento rural.

---

<sup>3</sup> Fazem parte do fórum 32 entidades, entre as quais a CPT (que ocupa o secretariado), a Contag, o MST, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Federação dos Órgãos Assistenciais e Educacionais de Base (Fase), Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), Confederação Nacional dos Servidores do Incra (Cnasi), Instituto Brasileiro de Análise socioeconômicas (Ibase), Departamento de Estudos e Serviços Rurais (Deser), Central Única dos Trabalhadores (CUT), etc.

Outro aspecto que contribui com a relativa revitalização do CONDER a partir de 2001, se refere à efervescência do debate sobre os problemas ambientais no município (quadros 3, 4 e 5), em torno dos seguintes pontos: a) o agravamento dos problemas ambientais gerados pela suinocultura e avicultura e seu reconhecimento social, como no caso da poluição do rio Taquari; b) uma maior ação de órgãos ambientais oficiais, notadamente a FEPAM; c) A formação do presidente do conselho (secretário da agricultura municipal) voltada ao campo ambiental; d) a implantação de diversos programas estaduais orientados para a preservação ambiental.

Efetivamente, a valorização do planejamento local/regional constitui um aspecto importante em certas óticas sobre a sustentabilidade, em particular, aquelas fundadas sobre os princípios do eco-desenvolvimento<sup>4</sup>.

De acordo com Moreira (2000, p. 41) são seis os requisitos do ecodesenvolvimento: “ a) satisfação das necessidades básicas; b) solidariedade com as gerações futuras; c) a participação da população envolvida; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito com outras culturas; f) programas de educação”.

O ecodesenvolvimento, como lembra Godard (1998), trata mais do desenvolvimento que do meio-ambiente. Sua abordagem surge no contexto dos debates sobre os limites ambientais do crescimento. Os defensores do eco-desenvolvimento sugerem a procura de modalidades de crescimento que tornem compatíveis o progresso social e a gestão saudável dos recursos naturais. Nesta perspectiva, o ecodesenvolvimento se opõe tanto ao conservadorismo ecológico quanto ao crescimento selvagem.

Num quadro conflituoso, para harmonizar crescimento econômico e preservação ambiental (tomando-se em conta de uma harmonia entre os homens, assim combatendo a desigualdade social), dois mecanismos são centrais para o eco-desenvolvimento: o planejamento e a participação. O primeiro deve articular e integrar múltiplas ações em vista dos objetivos ambientais e desenvolvimentistas em escalas locais e regionais (há uma lacuna aqui em relação à escala macroeconômica). A idéia de participação ambiciona um re-ordenamento das relações Estado, mercado e sociedade civil, fortalecendo esta última.

---

<sup>4</sup> O ecodesenvolvimento antecede a noção de desenvolvimento sustentável. Aliás, este último não é um conceito estático e derradeiro. Ao contrário, encontra-se em meio a um confronto entre diferentes visões desde que o tema ambiental passou a ser mais profundamente discutido, particularmente na Conferência de Estocolmo, em 1972.

Até que ponto as idéias sobre a valorização do planejamento participativo local, vindas das elaborações sobre a sustentabilidade, repercutem de alguma maneira no CONDER? Aparentemente, há uma nova disposição em lidar com os problemas ambientais, associados a um processo de desenvolvimento local que os tem agravado.

Neste sentido, o discurso do biólogo da prefeitura de Roca Sales sobre o conflito entre desenvolvimento e ambiente nos parece oportuno em termos de perspectivas de conjugar harmoniosamente progresso social e gestão saudável dos recursos naturais e, assim, contribuir em mudanças nas representações sociais sobre agricultura e meio ambiente:

Nós temos um projeto de conservação de ambientes (...). Projeto este de parceria com a UFRGS, UNIVATES e a FEPAGRO(...) este projeto, é um trabalho não muito desenvolvido no Brasil, e nosso município está se tornando uma referência na monitoração ambiental dessas áreas por quê? Nós temos áreas, a maioria das plantações do Vale do Taquari estão inseridas dentro destes ambientes (...), no caso o rio Taquari, só que se formos aplicar a lei, o código florestal federal de 1965 que exigiria 100 metros de vegetação nativa, nos teríamos um impacto social muito grande, porque as várzeas estão cultivadas por milho e soja, e aí? A teoria é muita coisa, a prática é outra, vamos encontrar um meio termo! Eu acho que ninguém tem o direito de tirar o pão da mesa de ninguém e não adianta querermos aplicar a lei na íntegra na zona rural e daí aumentarmos o cinturão de miséria na cidade que vão carecer de saneamento básico. (entrevista 9:2004, biólogo prefeitura)

Mas o conselho parece ainda pouco preocupado com esta discussão:

Da atuação do conselho, na minha opinião o conselho deve buscar um pouco mais da legislação e ter conhecimento da legislação ambiental no que se refere a produção e manejo da propriedade rural, que leia, que ele estuda um pouco mais da legislação ambiental antes de querer criticar os órgãos ambientais (entrevista 9: 2004, biólogo prefeitura).

De fato, muitos conflitos em torno da atuação dos órgãos ambientais eclodem freqüentemente em Roca Sales, notadamente no que se refere à suinocultura. De toda forma, a análise dos discursos de nossos interlocutores permite concluir que o conselho de desenvolvimento rural Roca Sales está longe de corresponder a um espaço apropriado de planejamento codesenvolvimentista. Praticamente, o conselho não desenvolve seu papel de planejamento e abriga uma participação restrita. De toda evidência, esta lógica pouco favorece a manifestação dos agricultores cujas atividades se associem mais estreitamente às funções não produtivas da agricultura.

#### 4.4 Conclusões

Este capítulo trata essencialmente de analisar questões referentes ao Conselho de Desenvolvimento Rural de Roca Sales (CONDER). Nesse sentido foram utilizadas várias ferramentas de análise que facilitaram esse processo de construção do conhecimento sobre essa instância de poder descentralizado, como a análise das atas do conselho e a análise das entrevistas de conselheiros, ou pessoas que tenham alguma forma de relação com o conselho por se vincularem as discussões dos problemas do desenvolvimento rural de Roca Sales.

A primeira evidência que ficou atestada é que nas discussões do CONDER não aparece nenhuma menção a discussão direta sobre a questão da multifuncionalidade da agricultura. Tal fato é algo visto como normal, pois que essa discussão ainda é inicial nas diversas esferas públicas brasileiras e pode-se dizer que ainda está mais restrito ao campo acadêmico e a alguns órgãos governamentais, e dessa forma a propagação dessa noção está se realizando de forma gradual e não consensual.

Quanto especificamente aos temas tratados nas discussões desse conselho local se pode verificar que muitos dos assuntos são relacionados a programas externos, ou seja, o conselho procura se adaptar as condições externas das políticas públicas e se furta de pensar o desenvolvimento rural de uma forma mais ampliada.

Esse aspecto da vinculação a programas externos torna o conselho com bastantes limites e esses se expressam inclusive em quando se poderia pensar num conselho com perfil de planejamento de políticas próprias e que não tivesse apenas o caráter de apêndice de programas governamentais externos.

Outro ponto que se deve enfatizar novamente é a pouca participação dos agricultores familiares nas discussões do CONDER. Mesmo que estes agricultores manifestem interesse na participação, os meios objetivos não são propícios a uma maior participação desses atores sociais. Esse contexto de pouca participação social prejudica principalmente estes agricultores familiares pois são estes os principais interessados nas políticas que digam respeito ao rural, e é difícil se pensar em um desenvolvimento rural mais abrangente sem que se sane essa dificuldade de participação nas instâncias de poder específicas como é o caso do CONDER.

Outra questão a ser enfatizada em relação a participação é em função da importância de uma participação social e política mais significativa juntos as instâncias de poder (como no caso dos conselhos de desenvolvimento rural) para uma maior eficácia de políticas públicas. Pois

quando se imagina que com a discussão da noção de multifuncionalidade da agricultura se possa colaborar para mudar os rumos das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural nunca podemos esquecer de um ator social privilegiado na construção social desse novo saber, ou seja, os agricultores familiares, e neste sentido seria oportuno dizer que a participação desses atores sociais é prioritária. Nestes aspectos se percebe uma configuração local que é contrária a essa disposição e apenas de maneira parcial estimula a uma participação mais efetiva.

Retomando um pouco as discussões sobre o Estado realizado no capítulo 3, o que se procurou nesse capítulo é contextualizar a questão da participação num cenário de ajustes neoliberais do Estado aonde existe conforme a autora Dagnino (2002) uma confluência perversa. No capítulo 3 demonstramos essa transição para um Estado num modelo neoliberal e nesse capítulo mostramos um exemplo prático de uma situação em que esse estado se furta das suas responsabilidades tentando repassar a sociedade civil responsabilidades que são suas e como esse estado se beneficia de um projeto participatório que busca a democratização e a descentralização, configurando assim essa confluência perversa. Contudo novamente pode-se tecer uma crítica a adesão ao projeto neoliberal se o Brasil ainda não conseguiu se beneficiar de um Estado de bem estar social pleno.

Contudo num novo contexto em que se procura verificar a construção social de novas funções atribuídas à agricultura e o surgimento de uma nova ruralidade brasileira, nos parece que o CONDER pode vir a cumprir um papel importante, (desde que engajado de uma forma renovada) para se pensar as questões que as políticas públicas devam abranger. Considera-se assim que o local seja o ambiente mais propício para se pensar políticas públicas adaptadas as realidades específicas de diferentes territórios brasileiros, e então os conselhos de desenvolvimento podem realizar esse papel de articuladores, planejadores e principalmente de mobilizadores.

Após essas considerações sobre o CONDER, no capítulo seguinte se fará a aproximação entre as visões dos atores locais (na maioria com assento no conselho ou de alguma forma ligado a ele) sobre os temas da agricultura e do rural com a noção de multifuncionalidade, ou seja, procura-se encontrar elementos que possibilitem essa primeira verificação para colaborar no avanço da construção social de um conceito sobre a noção de multifuncionalidade da agricultura adaptada a realidade brasileira.

## **5 A NOÇÃO DE MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO EM ROCA SALES: VISÕES DE ATORES LOCAIS SOBRE O RURAL E A AGRICULTURA**

### **5.1 Introdução**

Este capítulo discute primordialmente as representações sociais sobre a agricultura e o desenvolvimento rural obtidas a partir de entrevistas junto a atores locais do município de Roca Sales, conforme visto na introdução geral. Num primeiro momento, aborda-se questões conceituais referentes aos temas do desenvolvimento territorial e dos sistemas agroalimentares localizados, no contexto da globalização, visto que são temas, de uma maneira ou de outra, associados às perspectivas manifestadas pelos atores locais, principalmente referente às agroindústrias familiares.

O discurso de atores locais, notadamente os conselheiros em desenvolvimento rural foram analisados a fim de explorar as possíveis expressões de idéias cujos contornos compartilham ou esboçam preocupações assinaladas nos debates em torno da multifuncionalidade da agricultura. Sob esta ótica, procura-se discutir as construções e conflitos em torno das representações sobre a agricultura e o rural, com vistas a assinalar os elementos que possam despertar novas energias sociais.

Na próxima seção, abordar-se-á aspectos teóricos sobre temas que são pertinentes para as análises deste capítulo, notadamente, em torno da questão sobre o desenvolvimento territorial e os sistemas agroalimentares localizados. Na seção 5.3, examina-se as perspectivas sobre a importância da agricultura para o município de Roca Sales e, na seção 5.4, interpreta-se detidamente as visões dos atores locais sobre o desenvolvimento rural, associando-as às dimensões da multifuncionalidade da agricultura, estabelecendo-se correlações, paralelos e ambigüidades, na medida do possível.

## **5.2. Questões Conceituais Sobre Temas Com Destaque nos Discursos de Atores Locais: Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroalimentares Localizados na Perspectiva das Agroindústrias Familiares**

Uma das grandes ambições do uso do enfoque da multifuncionalidade da agricultura é romper com a perspectiva setorial, partindo-se para uma análise espacial territorial. Ou seja, abandona-se as análises parciais para se passar a um processo de análise mais holística. Neste sentido, a noção de território está relacionada com a noção de multifuncionalidade, o que nos motiva a redigir algumas idéias sobre a questão do desenvolvimento territorial.

A proposta aqui é apenas apresentar brevemente alguns conceitos e idéias a respeito do desenvolvimento territorial e não aprofundar o debate de tão importante tema. Algumas passagens dos discursos dos atores sociais entrevistados em Roca Sales e que tenham alguma correlação com o tema do desenvolvimento territorial contribuem com nossa elaboração. “Mas, como definir o território? O território é um espaço delimitado, cujos contornos são recortados por um certo grau de homogeneidade e de integração no que se refere, tanto aos aspectos físicos e as atividades econômicas, quanto a dimensão sociocultural da população local. É precisamente, o fato de levar em conta a densidade social e cultural que concede aos espaços locais os atributos de um território, do ponto de vista sociológico” (WANDERLEY, 2000, p.116)

Sobre o enfoque territorial nos lembra Schneider (2003) que as diferentes perspectivas analíticas que trabalham com o tema do desenvolvimento rural, parecem atribuir um significado cada vez mais relevante ao enfoque territorial, que começa a figurar como uma importante unidade de análise conceitual e de referência normativa entre os estudiosos do tema.

Já os autores Schejtman e Berdegú (2003, p.4) definem o desenvolvimento territorial como sendo:

Um proceso de transformacion productiva e institucional em un espacio rural determinado, cuyo fin es reducir la pobreza rural. La transformación productiva tiene el propósito de articular competitiva e sustentablemente a la economía do territorio a mercados dinamicos. El desarrollo institucional tiene los propósitos de estimular e facilitar la interacción e la concertación de los actores locales entre si y entre ellos y los agentes externos relevantes y de incrementar las oportunidades para que la población pobre participe del procesos y de sus beneficios.

Várias falas dos atores sociais de Roca Sales ressaltam a importância da idéia de que certos problemas podem ser melhor tratados quando inseridos numa discussão a nível regional. A

primeira vista esse enfoque se aproxima das proposições sobre o desenvolvimento territorial, porém, parece se restringir a um melhor uso de máquinas, equipamentos e infra-estrutura das prefeituras. Assim na visão do secretário municipal de agricultura problemas relativos a maquinário agrícola poderiam ser melhor resolvidos dentro de uma abrangência regional, ou seja, vários municípios se unindo para suprir demandas de maquinários que no âmbito de uma prefeitura seriam impossíveis de ser supridas.

Isso é interessante, máquinas de maior porte até concordo ter essa participação a nível regional, tanto é que nós aqui no Vale do Taquari, eu faço parte da Asmvat (associação dos secretários da agricultura do Vale do Taquari), nós já temos uma entidade juridicamente constituída, aliás, é a primeira do Brasil, primeira associação dos secretários, e o intuito principal da legalização da nossa entidade é firmar convênios com órgãos estaduais, já tem aceno positivo neste aspecto para que tenhamos máquinas de maior porte aqui, tratores de esteira, escavadeiras hidráulicas de maior porte, que num esquema de revezamento poderiam trabalhar digamos em Roca Sales 50 dias, 60 dias ou 200-300 horas (máquina) e depois atender o município de Encantado, após Vespaziano, após Muçum, seguindo um roteiro previamente estabelecido, eu concordo com isso, pois seria uma forma de termos no município não todo ano, mas parcialmente, máquinas que custam 400-500 mil reais, que o município com condições próprias dificilmente vai conseguir adquirir e estas máquinas desempenham um grande papel. Poderiam trabalhar bastante no município, é o caso dessa escavadeira hidráulica que nós tivemos ano passado e atendeu 65 agricultores (entrevista 3:2004, secretário agricultura).

Por outro lado, a grande diversidade e conflitos entre os municípios podem trazer dificuldades de operacionalizar iniciativas envolvendo um grupo de municípios, como menciona o presidente do STR:

Primeiro lugar seria a nossa região, mas nem os prefeitos de nossa região conseguem se entender e aí começa uma grande dificuldade, porque cada um quer puxar a brasa para seu assado e acho que o crescimento regional ele também começa a acontecer se existe esta integração dos municípios, às vezes a gente tem que discutir muita a questão regional, pois certas coisas aqui para nós pode ser boa, mas lá para o sul do Estado não serve e vice-versa (entrevista 2:2004, presidente STR)

De todo modo, os consórcios intermunicipais tem sido vistos como modelo para possibilitar que a população tenha acesso, por exemplo, a profissionais da saúde. No âmbito do município, não seria possível o atendimento dessas demandas, segundo o prefeito municipal:

E, além disso, convênios com outros municípios, pois quando toca em especialistas aqui em Roca nós somos carentes, então temos convênios com os municípios de Encantado e

Lajeado, e também temos convênio com o hospital de Muçum para atender a população próxima à divisa com Muçum, que são atendidos lá para que não precisem se deslocar 30 Km para vir procurar assistência médica aqui no município de Roca Sales (Entrevista 1:2004 prefeito).

Efetivamente, certos problemas ambientais ou de saneamento, notadamente o controle de insetos, dependem de uma ação intermunicipal. É assim que para obter sucesso nesses controles sanitários que o secretário municipal de saúde concebe ações articuladas de vários municípios:

Sobre a água, o lençol freático, se nós aqui em Roca Sales fizer o manuseio adequado dos dejetos e os municípios vizinhos não fizerem, tranqüilamente vai afetar a nós também, nisso não resta a menor dúvida. Na área do borrachudo também, não 100%, mas a área que margeia a área da divisa, porque ele é um inseto que se desloca até 7 Km, depende do vento, da situação, ele vai longe, então se no vizinho não fizer. No ano passado a gente começou um trabalho preventivo em setembro e procuramos fazer um trabalho preventivo em conjunto com os municípios vizinhos. Nós procuramos fazer um trabalho em conjunto para ter mais eficiência e atingir uma melhor qualidade do trabalho, porque senão nós vamos combater [o borrachudo] e logo se do lado não combate, logo vai reincidir o ataque desta praga. Sem dúvida se eu fizer e outro não fizer, vai comprometer o bom trabalho. (entrevista 4: 2004, secretário de saúde).

Nos discursos anteriores pode-se salientar a idéia de eficácia de ações intermunicipais. A vinculação com o debate sobre desenvolvimento territorial se refere à possibilidade de se abandonar alguns registros, como o caso dos limites da abrangência municipal da intervenção pública. Todavia não se pode perder de vista que o debate sobre o território é bem mais amplo que as concepções mencionadas aqui por nossos interlocutores.

A partir deste ponto, aborda-se o campo de reflexão em torno dos Sistemas agroalimentares localizados (SIAL). Em particular nos interessa o debate sobre as agroindústrias familiares, que conjuga, aliás, atividades agrícolas com para-agrícolas. Entre nossos entrevistados, a prescrição de diversificar, notadamente com vistas à instalação de agroindústrias familiares, justifica esta apresentação teórica dos SIAL. No Vale do Taquari, estas intenções parecem apontar para uma descoberta e valorização de produtos ou serviços diferenciados em torno da dinâmica produtiva dos agricultores familiares. Como aponta Maluf (2002 a, p.241):

Uma estratégia de desenvolvimento econômico que promova as atividades agroalimentares realizadas por pequenos e médios produtores rurais e urbanos combina o apoio a atividades econômicas equitativas e sustentáveis com a ampliação da oferta de alimentos de qualidade de um modo mais favorável à expressão da diversidade dos hábitos de consumo (ótica da segurança alimentar). No que se refere às famílias rurais, as

atividades agroalimentares constituem, ainda, importante fonte de renda, além de serem a base da maior parte das atividades rurais não agrícolas que desempenham. Supõe-se, aqui, que o caminho mais apropriado para desenvolver as atividades agroalimentares pelas unidades familiares rurais seria adotar a perspectiva da agregação de valor às matérias-primas agrícolas por seus próprios produtores, caso em que as questões de mercado sobressaem entre os principais determinantes do êxito deste tipo de empreendimento.

Para muitos agricultores familiares de Roca Sales, a integração às agroindústrias constitui um meio seguro para a geração de seus rendimentos. Para outros, a industrialização de sua própria produção é uma excelente alternativa econômica. Outros setores da sociedade consideram muito importante a contribuição das agroindústrias integradoras no retorno de ICMs para a prefeitura municipal, já que há uma forte aumento da proporção do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), e na oferta de empregos urbanos

Quando se pensa em SIAL, trata-se de considerar dinâmicas de desenvolvimento onde se busca identificar possíveis “locais” com recursos que possam se tornar ativos específicos, que possam significar vantagens econômicas de um dado local. Porém, a qualidade dos recursos e a presença de mão de obra barata são menos importantes do que a presença de um capital social que propicie a formação de redes que viabilizem a dinamização de processos de desenvolvimento. A capacidade de inovação dos recursos humanos também é fundamental nesta abordagem das dinâmicas locais.

Não se deve negligenciar que qualidade, eficiência, competitividade, homogeneidade, competência são princípios norteadores da economia globalizada, sendo considerados nos estudos em torno dos SIAL sobre as dinâmicas locais. O modelo de análise dos Sistemas Produtivos Locais (SPL), que abarcam as construções em torno dos SIAL, se baseou, a princípio, em interpretações de modelos cuja configuração se assemelha àquela dos Distritos Industriais, ou seja, pequenas produções em série localizadas em determinados espaços geográficos. Posteriormente, estas aglomerações, devido a suas especificidades, passaram a ser denominadas “clusters” e a noção de grupamento se mostrou mais eficaz do que a dos Distritos Industriais.

Nesta linha, desde o início dos anos oitenta, estudos sobre as dinâmicas das agroindústrias rurais dos países em desenvolvimento destacam semelhanças com outras atividades industriais realizadas por pequenas empresas em diferentes setores, geralmente formando aglomerações localizadas. Em síntese, a idéia de reproduzir esta forma organizativa e operacional às Agroindústrias Rurais (AIRs) ganha terreno em países em desenvolvimento, incorporando os

princípios da qualidade, competência, eficiência, competitividade numa perspectiva de inserção na economia globalizada.

A capacitação destas AIRs, aliada a implementação de medidas que melhorem a capacidade organizativa (capital social) dos atores implicados na cadeia produtiva visa também o alcance de uma melhor qualidade de vida na localidade ou território. Trata-se, em fim de conta, de aumentar os valores agregados dos produtos e favorecer sua comercialização. Sobre essa temática, Maluf (2002 a, p. 247) auxilia a aproximar tais idéias com a abordagem do desenvolvimento territorial:

Ao inserir os projetos produtivos dos agricultores numa dada dinâmica regional, a abordagem espacial-territorial amplia as possibilidades de aproveitamento de eventuais vantagens de aglomeração (clustering). A aglomeração de micros e pequenas empresas pode dar origem, entre outros, a efeitos benéficos na geração e difusão de inovações adequadas, a ganhos de escala (transporte, comercialização, etc.) e à apropriação de competências regionais (qualificação do trabalho, recursos naturais específicos, etc.). Para tanto, são necessárias relações horizontais de cooperação, reciprocidade e ação coletiva, no caso, construídas com base em estratégias autônomas dos pequenos agricultores, que podem ser facilitadas pela existência do chamado “capital social”.

Para Boucher e Desjardins (2002), os conceitos de proximidade e território são um avanço em termos de análise, pois não abarcam apenas as questões econômicas, mas associam outras dimensões, o que favorece, de nosso ponto de vista, o olhar multifuncional sobre a agricultura.

A partir destas perspectivas, cabe insistir que o debate sobre agroindustrialização é muito recorrente nos discursos de nossos entrevistados em Roca Sales. Com algumas evidências, contribui neste sentido o programa de Agroindústria Familiar lançado em julho de 1999 pelo então governo estadual do Rio Grande do Sul. O Programa da Agroindústria Familiar (PAF), da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Rio Grande do Sul, apostava em três campos de possibilidades: distribuição de renda, na medida em que os pequenos e médios estabelecimentos multiplicam postos de trabalho de forma descentralizada; valorização dos produtos tradicionais e artesanais das diversas regiões gaúchas e generalização de lógicas ecológicas de produção. Mais ajustadas às práticas agro-ecológicas, as agroindústrias familiares, próximas das áreas de produção, dependem menos de transporte e favorecem a utilização dos resíduos como fertilizante ou ração animal. Nesta perspectiva, o lançamento do selo Sabor Gaúcho integra uma estratégia de criação de referências quanto à qualidade (tendendo vincular-se à produção ecológica) e à

procedência dos produtos transformados no seio da agricultura familiar (RIO GRANDE DO SUL, 2001).

Em Roca Sales, o prefeito municipal salienta a importância das agroindústrias familiares como alternativa para o meio rural. Não obstante, os problemas com a legislação freiam o processo de instalação dessas agroindústrias.

(...) e tem um detalhe muito importante em nosso país aqui que eu tive chance de ver e que fosse resolver para muitas famílias: a agroindústria familiar. Só que a legislação que existe em nível de município, de estado e federal, ela é tão burocrática, que quando tiver alguém interessado em produzir determinado produto e industrializar, quando ele começa a ver a legislação, o que exige e o custo daquilo e o custo e burocracia, eles fazem o que muitos aqui em Roca já fizeram, desistir da atividade (entrevista 1:2004, prefeito).

Agroindústrias de economia familiar são destacadas pelo secretário municipal de saúde como uma boa opção para diversificar a agricultura local. Comenta a respeito da idéia da busca de *nichos* de mercado para os produtos agroindustrializados específicos de Roca Sales, ou seja, imbricados na sua territorialidade.

Basicamente como a formação, por exemplo, o Vale aqui hoje nós estamos baseados praticamente em cima do frango, do porco, do leite, os grãos não podem ser considerados muito porque aqui a maioria são minifúndios. Hortifrutigranjeiros não são muito expressivos, é comprado muito de fora, teria uma chance de explorar isso aí, agroindústrias de economia familiar buscando nichos de mercado, na parte de fruticultura eu vejo que é um setor que pode ser incentivado, inclusive nós temos experiências disto em Roca Sales (entrevista 4:2004, secretário municipal saúde).

Vantagens de uma produção diversificada são mencionadas pelo secretário municipal da agricultura, que destaca as iniciativas de vários jovens para a constituição de agroindústrias para beneficiar produtos artesanais o que nos remete para as perspectivas em torno dos SIAL em Roca Sales a partir de ativos específicos.

É isso mudou bastante, nossos avós tinham conhecimento, eles trouxeram isto dos seus antepassados de produzir vários produtos e os mais jovens não aprenderam a produzir tudo isso, é claro que eram escalas pequenas para consumo doméstico, mas alguns se “antennaram” para isso e em cima desses produtos artesanais agregaram valores e partiram para as agroindústrias e estão produzindo bem, produtos diferentes, mas que agradam a população. A agroindústria agregando valor é uma forma de sair do convencional, uma forma de arriscar (entrevista 3: 2004, secretário municipal agricultura).

Nesta mesma linha, o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais (STR) evoca a possibilidade das agroindústrias serem uma alternativa para os agricultores agregarem valor ao seu produto. Assim como o prefeito municipal, esse ator queixou-se da legislação pouco favorável a instalação de agroindústrias, notadamente no que se refere aos limites de abrangência da inspeção municipal:

o movimento sindical lutando para isso ocorrer, implementando principalmente essa questão das agroindústrias, que o agricultor venha agregar valor para o seu produto, discutindo a questão da diminuição da burocracia que existe hoje para o agricultor ter uma agroindústria. Estamos discutindo também o SIM (Sistema de Inspeção Municipal), para que isto venha abranger um alcance mais longo (...), porque se a inspeção dá o direito ao produtor de produzir e vender seu produto no município, porque não dá o direito de vender no município vizinho? (entrevista 2: 2004, presidente STR).

O abastecimento local destas agroindústrias familiares constitui um problema abordado pelo técnico da Emater. Faltaria uma melhor relação entre os agricultores para que localmente se conseguisse matéria-prima como a cana-de-açúcar. Portanto trata-se de uma concepção de desenvolvimento local que considera importante a organização e associação dos agricultores familiares. Novamente, os problemas relativos à legislação sanitária são motivos de reclamação.

Hoje a gente tem opções na agricultura para viver com dignidade no interior . Há dois anos foi realizado um trabalho (...) sobre agroindústrias. Foram inauguradas quatro agroindústrias, uma de massas, uma de açúcar mascavo, uma de embutidos –salame, e uma de conservas (...). Isso poderia dar certo. Por outro lado quando se falar em produtores se organizarem para produzirem para agroindústria, a gente acha resistência. A agroindústria de conservas compra o pepino da Ceasa. A agroindústria de açúcar mascavo na própria comunidade tem dificuldade de comprar cana ou melado. Então hoje a agricultura está disputada entre as comunidades vizinhas. (...) hoje o produtor não pode mais depender da própria vizinhança dele. Então este fator afeta muita a matriz produtiva (...) Uma questão em cima disto, seria a questão da inspeção municipal, temos um produtor querendo fazer uma Agroindústria de leite, a pasteurização do leite, e já foi feito mais ou menos pesquisa de mercado e o leite seria vendido para fábrica de sorvete. Teria Encantado o interesse no leite integral, teria Estrela e Lajeado. Então teria colocação com venda garantida, mas não pode, só pode ser vendido no município esse leite. No município temos uma fabrica de sorvete que não vai consumir metade deste leite. Então uma pergunta se o leite serve para mim porque não serve para o município vizinho? Então essa questão da inspeção municipal é complicado (entrevista 5: técnico Emater).

Este recorrente tema das agroindústrias familiares é um tema associado à geração de renda a partir da agregação de valor dos produtos agrícolas e se combina com o tema da diversificação na agricultura familiar, que será examinado na seção 5.4.1.1.

### **5.3 Visões dos Atores Sobre a Importância da Agricultura: em Perspectiva as Dimensões da Noção de Multifuncionalidade da Agricultura**

Pode-se afirmar que a agricultura continua sendo o principal fator que define a identidade social das famílias rurais brasileiras. Assim, esta condição fornece um sentido a partir do qual ocorre a inserção social destas famílias, definindo-se aqui, em grande medida, seus padrões de sociabilidade (MALUF, 2003).

Dessa forma, a agricultura é o fundamento da identidade de categorias sociais que são apresentados, muitas vezes, como agricultores familiares, mas outras vezes como pequenos produtores, assentados, produtores rurais ou, simplesmente, como famílias rurais. Refletindo sobre o lugar idealizado para estes agricultores, o exercício aqui consiste em descortinar a visão dos diversos atores sociais sobre o papel/importância da agricultura. Nossa escolha consistiu em organizar esta seção de maneira a destacar as particularidades das diversas instituições implicadas no debate local sobre o desenvolvimento rural.

Nossa perspectiva analítica se relaciona com a discussão sobre a multifuncionalidade da agricultura, embasada nas dimensões propostas por Carneiro e Maluf (2003, p. 22) para o estudo de casos brasileiros, já referidos anteriormente. Estas dimensões serão retomadas na próxima seção. Aqui, trata-se de analisar as concepções em torno da importância da agricultura para o município de Roca Sales.

Convém insistir que o recorte espacial se refere ao município cuja definição ocorreu no âmbito da equipe nacional da pesquisa apresentada na introdução geral dessa dissertação.

#### **5.3.1 Representações Sobre Agricultura das Autoridades Locais**

“Historicamente, as prefeituras de pequenas e médias cidades são instituições opacas, pouco afeitas ao controle público. O executivo local possui, tradicionalmente, um poder desmedido em relação à câmara municipal, subordinada aos interesses do prefeito” (MORUZZI MARQUES, 2004, p.76). Ainda segundo Moruzzi Marques (2004, p.74) “a constituição de 1988 representou uma certa transformação destas tendências, exprimindo a vontade de ruptura com o poder excessivo do prefeito municipal”.

É sempre prudente considerar esse papel dominador que freqüentemente tem o prefeito na órbita municipal dos pequenos e médios municípios, antes de se esboçar qualquer análise das representações sociais dos representantes do executivo e do legislativo.

Em relação ao tema da agricultura o depoimento do prefeito constitui um primeiro material para nossa reflexão, no qual podemos salientar a seguinte passagem:

A agricultura significa – a agricultura e a pecuária significam – mais ou menos 30% de retorno [de ICMS] do município de origem na atividade agropecuária, sendo que Roca Sales é um dos cinco maiores criadores de frango, está também entre os maiores criadores de suíno, produtor de leite e também tem uma expressiva produção de grãos, que em decorrência da fuga do homem do meio rural, a produção de grãos caiu, mas nós estamos vendo outras atividades novas, a região montanhosa de Roca, que é grande, com novas alternativas, o plantio de citrus, pêssegos, goiaba e agora muito incentivado por nós e pelo pessoal da secretaria de agricultura o plantio de uvas. (entrevista 1:2004, prefeito)

Prontamente chama a atenção a visão positiva de nosso interlocutor sobre a agricultura, apesar de destacar alguns problemas como o êxodo rural. Este fator da “fuga” influencia na dimensão da manutenção de um tecido cultural e social, visto que esse fenômeno incorreria em desagregar um dito tecido social, o que pode gerar inúmeras novas formas de arranjos sociais vistos como negativos, como, por exemplo, o esvaziamento do meio rural.

Apesar de destacar a especialização produtiva no município, em razão sobretudo da suinocultura e avicultura, o discurso de nosso interlocutor também revela um interesse pelo tema da diversificação. Para o prefeito, a questão da diversificação, central em seu discurso, parece constituir uma alternativa visando à reprodução socioeconômica das famílias rurais.

Cabe lembrar que na estrutura das prefeituras brasileiras, as secretarias municipais de agricultura constituem, em geral, uma novidade. Efetivamente, a intervenção na agricultura, até pouco tempo atrás, não fazia parte das atribuições do poder municipal. Portanto, trata-se de uma reorganização recente da máquina administrativa municipal que, em via de regra, ainda pouco potencializou a capacidade de ação das secretarias de agricultura, cujos orçamentos são considerados muito reduzidos pelas próprias autoridades municipais. O diminuto poder de intervenção, aliás, restringe a visibilidade política dos ocupantes do posto de secretário de agricultura.

Neste contexto a visão do secretário municipal de agricultura, que também é presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Roca Sales, gira em torno basicamente de dois eixos, por vezes em oposição: a diversificação e a modernização. Segundo suas palavras:

Hoje o meio rural, o setor primário participa com 32% do valor adicionado fiscal do município, então um terço da renda do município provem destes 50% da população que são 4 mil e 700 habitantes, que são verdadeiros heróis para produzir tudo isso e eu gostaria assim que a área rural partisse para um trabalho mais técnico, agregando mais valor, agregando culturas mais rentáveis e que o pequeno produtor vai ter que sair da atividade de milho, soja, pensando em venda desses produtos. Produzindo milho sim dentro da propriedade como subproduto, como insumo de sua atividade leiteira ou como silagem, mas dedicasse um bom percentual de sua propriedade para outras atividades, diversificação dentro da propriedade. Não sei se eu sou um grande entusiasta nesta área, mas eu vejo a fruticultura como um dos horizontes aqui no Vale do Taquari. Roca ainda vai ser um dos grandes pólos de produção de frutas no Rio Grande do Sul. (entrevista 3: 2004, secretário municipal agricultura).

A idéia de diversificação aparece de forma recorrente nos discursos de nossos interlocutores, como uma maneira de re-dinamizar a economia e a agricultura local. As ambigüidades em torno deste debate serão examinadas na próxima seção.

O discurso do secretário de saúde do município transmite uma visão mais holística dos fenômenos que envolvem a agricultura, conforme pode ser claramente verificado abaixo:

Agricultura para mim –e não só para Roca Sales- num país continental como o Brasil, que [não] prioriza a agricultura, ele compromete o desenvolvimento do país, e Roca Sales não foge a regra, pois nós aqui embora hoje dependemos 80% da renda da cidade, 50% da população ainda mora no rural, embora tenhamos uma quantia de idosos considerável (...),e quando tu vai ver 30% da arrecadação do município vem do meio rural. Errado! Eu acredito que isso seja 90%, porque eu acho que essa leitura é feita errada, porque se hoje nós temos uma Penasul em Roca, é porque tem quem produz grão, e quem engorda o frango. Se temos um curtume Bom Retiro em Roca é porque temos alguém que planta pasto e engorda gado (...), se tu entra num supermercado hoje, mais de 50% dos produtos/itens são do setor agropecuário. Se tu entra num bazar de roupa o que tem ali do setor têxtil, que dependem do setor da agricultura. Se tu vai ver o setor moveleiro de onde vem a madeira? Até a poeira que nós engolimos aqui vem da roça. Então se tu faz essa leitura tanto em nível de município, quanto de estado, como de país, de que 30-40% está errado, não estamos falando a verdade, e isso eu posso citar um monte de coisas mais, como pequenos negócios, como as farmácias veterinárias, o posto de combustível, a borracharia, a parte metalúrgica que tem muito a ver com o setor agropecuário, e um outro dado que não deixa sombra de dúvida nenhuma é a balança comercial deste país – senão fosse o setor agropecuário eu não sei não... Então... o setor agropecuário... ele exige muito porque ele é um setor muito extenso, complexo, ele envolve muita coisa, tu começa lá na pesquisa, o que é melhor para produzir, o insumo, daí tu entra para dentro da propriedade, ela tem que ser bem administrada, tu tem que ter o conhecimento do todo, aí vai para a indústria, vai industrializar, é o transporte, tem o mercado, tem as concorrências, tem que competir, e às vezes a competição é “madastra” quando por exemplo tu é capitalizado e eu não sou...(entrevista 4:2004, secretário municipal saúde).

Esse testemunho expressa, de certa forma, várias funções da agricultura, não só enquanto dimensão de reprodução socioeconômica das famílias rurais, como de manutenção do tecido social e cultural, pois enumera muitas atividades e empreendimentos (borracharia, farmácias...) que se viabilizam em função da agricultura. De certa forma, a agricultura serve como uma espécie de “cimento” que une vários setores produtivos e sociais e colabora para a sua reprodução e manutenção. Apesar de não aparecer no primeiro plano, o papel da agricultura familiar como motor destas dinâmicas parece estar subentendido neste discurso.

O vereador local entrevistado (aquele com assento no CONDER) ressalta que desconhece os valores da produção local da agricultura, mesmo que essa pergunta não tenha sido formulada. Essa disposição reforça a interpretação de que quando se fala em agricultura a primeira idéia, bem ilustrada pela fala de nosso entrevistado, transmitida se refere à questão da produção e produtividade. Assim, vale lembrar que mesmo havendo uma valorização subentendida de funções não produtivas atribuídas à agricultura, o aspecto da produção pouco perde de sua centralidade no imaginário social. O nosso entrevistado também dá ênfase na questão de uma relação econômica desfavorável aos agricultores familiares, quando da negociação de seus produtos junto às integradoras:

Eu acredito (...) e se tu fosse perguntar quanto se planta disso, quanto se planta daquilo eu ia sair simplesmente zerado desta entrevista. A minha camisa, o meu trabalho sempre visa o bem-estar da agricultura até porque nesta questão a agricultura é de “fundamental” importância para o município (...) uma das coisas que me deixa muito frustrado, principalmente ligado ao setor da avicultura é a forma como está sendo feito os acordos com os agricultores, porque na realidade o setor está passando uma crise muito grande e eu vejo que está pagando o preço por isso [os agricultores] eles estão achando uma forma através dos acordos por média semanal, aonde o agricultor perde a autonomia sobre sua própria produção, sobre o seu próprio lote, é feita uma média semanal e é embutido naquele lote, ele já perdeu a autonomia (...) para fazer a base do cálculo da média, e se o setor continuar a ir para trás como está indo, vai causar uma grande crise aqui em Roca Sales, até mesmo porque o aviário de 100 metros traz de retorno em torno de 2.500 a 4.500 reais limpo por ano para a prefeitura. Na realidade sobra mais do que para os agricultores em retorno de ICMs...(entrevista 7:2004, vereador).

Na visão desta autoridade local a perda de autonomia dos agricultores é muito parcial, pois a integração por si pode ser interpretada como uma grande perda de autonomia. Efetivamente, o agricultor torna-se dependente da orientação técnica, dos insumos, da comercialização fornecida ou realizada pela integradora.

### 5.3.2 Representação Sobre a Agricultura dos Membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR)

Um fato importante na história do sindicalismo que podemos assinalar foi que “a regulamentação do sindicalismo rural pelo Estado brasileiro e a conseqüente criação e/ou transformação das entidades organizativas pré-existentes em sindicatos culminaram na constituição, no final de 1963, de uma Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)<sup>1</sup> que unificava a enorme diversidade de segmentos no campo e centralizava as organizações sindicais até então existentes” (MEDEIROS, 2002 a, p. 104).

Assim, “o sistema sindical dos trabalhadores rurais é marcado por uma forte heterogeneidade. A representação simultânea de assalariados agrícola e de pequenos agricultores, identificados progressivamente à agricultura familiar, implica na construção de objetivos distintos, dependendo da categoria predominante em uma certa região. De toda maneira, a emergência do tema da agricultura familiar no debate político reorienta nacionalmente o movimento sindical dos trabalhadores rurais para esta questão” (MORUZZI MARQUES, 2004, p. 63).

É por esta razão que Schneider (2003a, p.31) considera que o advento da categoria social de agricultores familiares provoca grandes transformações no sindicalismo rural brasileiro.

Assim, a adoção da expressão “agricultor familiar” parece ter sido encaminhada como uma nova categoria-síntese pelos movimentos sociais do campo, capitaneados pelo sindicalismo rural ligado à Confederação Nacional do Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), cuja expressão política havia se fragilizado ao longo da década de 1980. Em meados dos anos noventa assistiu-se a uma verdadeira efervescência desses movimentos, que produziram, inclusive, formas de manifestação política que perduram até hoje, como é o caso dos eventos anuais em torno do “Grito da Terra”. Em face dos desafios que o sindicalismo rural enfrentava nessa época, tais como os impactos da abertura comercial, a falta de crédito agrícola e a queda dos preços dos principais produtos agrícolas de exportação, a incorporação e afirmação da noção de agricultura familiar mostrou-se capaz de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais, como os assentados, arrendatários, parceiros, integrados à agroindústrias, entre outros, que não mais podiam

---

<sup>1</sup> Desde sua criação até os dias atuais a CONTAG sofreu muitas mudanças, notadamente no que se refere ao crescimento das “oposições sindicais”, e hoje a “CONTAG deixou de ter o monopólio de falar pelos trabalhadores do campo, passando a disputar sua representação e bandeiras com outras formas organizativas, sindicais (como é o caso da Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo, FERAESP, e da Federação de Trabalhadores na Agricultura Familiar de Santa Catarina, FETRAFESC, no plano estadual), não sindicais (MST, Conselho Nacional dos Seringueiros), além da CUT” (MEDEIROS, 2002 a, p. 109).

ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores ou simplesmente trabalhadores rurais.

Na defesa da agricultura familiar local o representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Roca Sales estima que às dificuldades da agricultura se relacionam a um apoio desproporcional em favor da indústria, como segue na passagem abaixo:

Bom, nosso município sempre foi essencialmente agrícola, agora, nos últimos anos, claro, se olharmos o retorno do ICM, estamos perdendo espaço na questão para várias indústrias que se instalaram em Roca Sales, a gente percebe assim que o retorno hoje não é mais como era. As indústrias que se colocaram aqui, e estão cada vez aumentando mais, mas mesmo assim eu acho que a agricultura tem um grande percentual. E, por outro lado, o município nunca investiu na agricultura. Se tivessem investido o que investiram nas indústrias, nos teríamos outra agricultura aqui em Roca Sales (entrevista 2: 2004, presidente STR).

Salienta-se que muitas das indústrias instaladas no município são abatedouros de aves e suínos, com forte vocação para exportação, como visto no capítulo 2, e também curtumes e fábricas de sapatos. Ou seja, a incipiente indústria local, em grande parte, é relacionada com o processamento de produtos agrícolas produzidos na região, o que demonstra a existência de uma cadeia produtiva local organizada em função das particularidades sócioprodutivas do Vale do Taquari.

Também cabe ressaltar que as possibilidades de emprego de pessoas da família rural nas indústrias localizados no perímetro urbano abrem oportunidades pluriativas, assim contribuindo para a própria manutenção e reprodução social de famílias rurais. Em outras palavras, esse aspecto negativo observado pelo representante do STR recria, em certa medida, a velha questão das dicotomias simplificadoras, nesse caso da indústria urbana *versus* a agricultura.

### 5.3.3 Representações Sobre Agricultura dos Técnicos de Extensão Rural, de Apoio e de Fiscalização

Num instigante artigo Delma Pessanha Neves (2004) nos apresenta um breve histórico da extensão rural e suas relações com as demandas de uma nova categoria social emergente, os agricultores familiares. Trata-se de discutir as reivindicações de uma nova extensão rural

adaptada a sua realidade. Algumas citações do trabalho da autora se fazem oportunas para entender o estado atual da extensão rural no Brasil:

No Brasil, como em outros países do mundo, a assistência técnica enfrenta críticas porque seus modelos de atuação estão esgotados e não correspondem às necessidades de agricultores que enfrentam o desafio da sustentabilidade. Esta situação agrava-se pela separação e ausência de interação sistemática entre a pesquisa e a assistência técnica, que se reflete no baixo nível de desenvolvimento de tecnologias apropriadas para a agricultura familiar no seu contexto ambiental e sócio-econômico.

Até o início dos anos 90, desenvolveram-se modelos calcados na concepção difusionista, em que os agricultores eram receptores de conhecimentos e tecnologias considerados indispensáveis ao seu desenvolvimento. O modelo era simplesmente de transferência uniforme do progresso técnico. Os centros de pesquisa agrônoma trabalhavam quase que exclusivamente para aumentar a produtividade do trabalho na agricultura dita “moderna”, cujo paradigma era a agricultura norte americana, altamente mecanizada. O papel dos agentes de extensão se limitava em fazer conhecer as tecnologias aos agricultores interessados, não havendo qualquer participação dos agricultores. A estes cabia apenas aceitar ou rejeitar a tecnologia. (NEVES, 2004, p. 13-14).

No contexto anterior sobre o estado da extensão rural, o que podemos apreender é que em muitos casos as representações sociais dos técnicos atuais da extensão rural em muito ainda retratam esse modelo de modernização citado por Neves (2004). Diante disso podemos salientar que a visão do representante do órgão oficial de assistência técnica estadual (EMATER) em Roca Sales, em muitas situações, assenta-se nas próprias idéias norteadoras da instituição ancoradas no modelo produtivista de modernização da agricultura brasileira, mesmo que tal modelo seja crescentemente contestado. Ter em mente as representações sociais dos técnicos de extensão rural é importante, pois “a racionalidade burocrática e o saber técnico-científico outorgam aos técnicos das empresas de assistência técnica e extensão rural uma forte legitimidade” (MORUZZI MARQUES, 2004, p.68).

Quanto à ênfase do discurso deste ator local, pode-se destacar a questão da desvalorização dos preços agrícolas e a instabilidade estrutural da agricultura. Também chama a atenção sua idéia referente à conexão da agricultura e, por conseguinte das atividades produtivas das famílias rurais, com a questão do comércio exterior. Neste caso, o fato de que muito dos produtos agrícolas de Roca Sales, após sofrerem processamento industrial são exportados, como é o caso da carne de frangos e suínos, explica, em grande medida, tal interesse pelo comércio internacional:

Aquí, a agricultura é praticamente a base do município. Uma das debilidades que temos é a questão do talão produtor, (...). A agricultura é forte em questões de suínos, em questão de aves. Só que a rentabilidade, hoje, o produtor tem que trabalhar em mais quantidade para conseguir um, lucro pequeno. Um exemplo é que um produtor em 1981 vendeu 40 porcos e comprou um fusca zero e hoje tu vende 40 porcos e não sei se tu compra (...), então mudou muito, a própria integração. Ficou muito complicado. E também a agricultura tem altos e baixos, pois o produtor nunca faz preço pelos produtos dele, quem faz preço são os outros. Ele não tem esse direito [ênfase] de fazer o preço. Se tem uma galinha quem faz preço é a empresa (...) e a empresa trabalha com mercados interno e externo, e existe muita variação e então é uma coisa muito arriscada (entrevista 5: técnico Emater).

A visão do biólogo da prefeitura, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, além de enfatizar a idéia da diversificação, prescrição muito propalada por vários dos nossos entrevistados, como se discutirá mais adiante, também chama a atenção para o desenvolvimento de uma possível agricultura agroecológica no município, o que pode apontar para a dimensão da preservação dos recursos naturais e da paisagem rural, conforme podemos observar no seu discurso sobre a importância da agricultura:

A agricultura é a mola mestra deste município. Roca Sales tem suas raízes na agricultura. A indústria é forte, o comércio é forte? É. Mas a agricultura é a mãe, e são as duas pernas deste município, é o alicerce. Por que? Nosso agricultor, em função das influências ítalo-germânicas que temos, produz (...): milho, soja, produção leiteira, suínos e aves numa mesma propriedade, e mais uma agricultura diversificada, é amendoim, de tudo um pouco certo, feijão, arroz, então nos temos uma agricultura comercial auto-sustentável e o próximo passo é estar voltado às técnicas agroecológicas.(entrevista 9: 2004, biólogo prefeitura).

Outro elemento que se pode apreender da fala do biólogo se refere à dimensão da promoção da segurança alimentar da sociedade já que nosso interlocutor chama a atenção para a permanência de uma produção de autoconsumo, valorizada por sua perspectiva em relação à agroecologia.

A percepção do inspetor veterinário também ressalta a falta de investimentos na agricultura, como havia já mencionado o representante do STR, associando-a, com muita ênfase, à grande descapitalização dos agricultores. Esse interlocutor estima que uma melhor condição na agricultura vincula-se com uma maior capacidade de modernização. Em outras palavras, trata-se de modernizar a agricultura para romper com seu “atraso”. A propósito, Claude Servolin (1989)

propõe a idéia de que o atraso da agricultura é um mito. Em relação ao modelo industrial (símbolo dos processos tecnológicos modernos), a agricultura possui limites importantes para a incorporação de tal padrão de organização do trabalho e desenvolvimento tecnológico, estando dado sua grande dependência dos ciclos biológicos. Em todo caso, a forma de pensar de nosso interlocutor, em alguma medida, é tributária do modelo da modernização da agricultura.

Eu acho que em primeiro lugar está o setor industrial, mas em segundo lugar de importância está a agricultura, mas não dá para por parâmetros de importância de mais ou menos, porque depende do ponto de vista, porque os dois são importantíssimos, mas o setor agropecuário, mais o agro, ele não tem muito incentivo por uma questão histórica. Nós não temos subsídios, o desenvolvimento da agricultura nossa é dificultada por falta de recursos, o nosso produtor está descapitalizado, ele faz conforme dá, ele põe adubo na sua lavoura conforme dá, e não como precisa ou como que ele queria que fosse. Basicamente não existem recursos, financiamentos que satisfaçam o produtor, que na maioria é descapitalizado, muitos produtores nossos estão resistindo na roça por gostarem e sempre na expectativa que a coisa melhore, mas eles não têm capacidade de investimento, pouco, pouco...(entrevista 8:2004, inspetoria veterinária).

#### 5.3.4 Representações Sobre Agricultura dos Membros do Sistema de Cooperativas de Crédito Cooperativo

Inicialmente, é importante salientar alguns aspectos referentes ao Sicredi (Sistema de Crédito Cooperativo). Nas palavras da nossa entrevistada o Sicredi é:

Nossa empresa ela era a princípio uma cooperativa de crédito estritamente rural, que era fragmentada ainda mais para a agricultura, mas agora o Banco Central aprovou uma normativa que o Sicredi pode trabalhar com pessoas físicas urbanas e empresas, o que é positivo, pois pode agregar valor para trazer mais recursos para desenvolver a localidade em que a gente está presente. O Sicredi tem uma política de desenvolvimento local em que está inserido. Como por exemplo, 60% dos recursos que a gente capta tem que voltar em crédito, e a maioria deste crédito hoje vai para a agricultura, grande parte dos chiqueirões e aviários do município saíram através de operações do Pronaf, que desde 97 o Sicredi entrou no programa.

Segundo Bittencourt (2001), o Sicredi, como cooperativa de crédito, tem algumas particularidades que o diferencia dos bancos tradicionais, pois mesmo oferecendo serviços similares aos bancos, uma distinção básica é que seus proprietários, os próprios associados, são

seus clientes, não visando lucro para funcionar. Outra marca fundamental nas cooperativas de crédito é que:

a maior parte do dinheiro dos associados tende a ficar no próprio município, contribuindo para seu desenvolvimento. Além disso, enquanto que os bancos precisam aplicar apenas 25% de seus depósitos à vista na agricultura, as cooperativas de crédito rural aplicam no mínimo 60%, sendo que a maioria dos bancos prefere depositar no Banco Central o valor referente aos depósitos à vista do que financiar a agricultura (BITTENCOURT, 2001, p.24).

O quadro 6 mostra as diferenças entre os bancos comerciais e as cooperativas de crédito.

#### **QUADRO 6. DIFERENÇAS ENTRE BANCOS E COOPERATIVAS DE CRÉDITO.**

<b>ATIVIDADE</b>	<b>BANCOS</b>	<b>COOPERATIVAS DE CRÉDITO</b>
Direção	Donos (ou governos)	Associados
Captação e rendas	Transfere às grandes cidades	Retém e aplica no local
Programas Oficiais	Participa (alguns)	Pode participar, principalmente os de crédito rural
Crédito	Prioriza os grandes projetos ou atividades selecionadas	Analisa a necessidade e a capacidade de investimento e pagamento dos associados
Taxa de juros	Sempre as do mercado	Sempre abaixo do mercado
Lucros/Sobras	São lucros, os quais remuneram os donos e ou acionistas	São sobras, as quais são distribuídas entre os associados ou são reinvestidos na cooperativa
Custo operacional	Maior, devido às estruturas.	Menor (pequenas estruturas)
Serviços financeiros	Cobra elevadas taxas (visa lucro)	Cobra uma pequena taxa pelos serviços (não visa lucro)
Atendimento	Impessoal ou de acordo com o dinheiro do cliente	Tende a ser pessoal para todos os associados

Fonte: Bittencourt, 2001

Também vale comentar sobre as cooperativas de crédito o fato de que:

Apesar dos avanços que uma cooperativa de crédito tem em relação a um banco comercial, isto não significa que todas são agentes de desenvolvimento. Algumas (e não são poucas) cooperativas de crédito no Brasil atuam meramente como agentes financeiros,

visando apenas à sua sustentação econômica, independente de quem são os beneficiários do crédito e de seus serviços, ou melhor, fazem uma forte seleção de seu quadro social, e não estão vinculados ao desenvolvimento social, seja ele no meio rural ou urbano” (BITTENCOURT, 2001, p.24).

A princípio, a agência de Roca Sales do Sicredi tem um viés desenvolvimentista. Neste município, a gerente do Sicredi mostra nítida preocupação com a agregação de renda. Nesta ótica a agricultura em Roca Sales está diretamente ligada à reprodução social e econômica tanto das famílias rurais como de outros setores “urbanos” associados, como é caso notadamente das integradoras de aves e suínos:

Para o município de Roca, se nos tirarmos três grandes empresas que não têm um forte vínculo com o município, apenas geram empregos, tirando isso sobram alguns estabelecimentos comerciais, algumas pequenas empresas, fora isso é agricultura, principalmente nós temos um setor de frangos muito forte, suínos, produção de grãos e leite. Agora temos a preocupação para fazer com que as pessoas comecem a agregar renda sobre o produto e sua propriedade para ter um atrativo a mais neste sentido. Nos nossos pequenos municípios a agricultura é praticamente 70 a 80% da arrecadação. (entrevista 6: 2004, gerente Sicredi).

### 5.3.5 Representação Sobre Agricultura de Outros Atores Sociais Implicados no Debate Sobre a Agricultura e o Rural

Nesta seção, examina-se as posições do pastor de Roca Sales e de um comerciante instalado há muito tempo no município de Roca Sales. Esta escolha se relaciona à importância atribuída por outros informantes a estes interlocutores. Antes de analisarmos o discurso do pastor local sobre a importância da agricultura para o município é propício lembrar um fato importante sobre as igrejas protestantes na América Latina, pois de acordo com Löwy (2000), mesmo que não haja uma estatística oficial, estima-se que 18% da população do Brasil seja composta por integrantes das igrejas protestantes, chegando a 25% no Chile. Esses números apenas servem para destacar a importante presença das igrejas protestantes nos países da América Latina. Também, cujos fiéis têm paulatinamente aumentado.

Muitos aspectos do discurso do pastor local da Igreja de Confissão Luterana do Brasil valem a pena ser comentados. Primeiramente, a idéia central é de que a agricultura está num processo de transição e, nesse processo, valores e modos de vida vão se alterando. Trata-se dessa

forma de refletir sobre a dimensão da manutenção de um tecido cultural e social, ou melhor dizendo sobre a alteração de práticas que viabilizam a manutenção e reprodução de famílias no espaço rural. A evolução implica adaptação a uma nova realidade social, cultural, produtiva e criação de novas dinâmicas nas relações sociais.

A importância da agricultura é visível e não há o que questionar, mas nos últimos anos a coisa se transformou, se vocês forem para um lugar como a fazenda Lohmann, parem perto da Igreja e olhem para os morros, vocês verão vários buracos na mata ou que hoje é capoeira, ou seja, o pessoal, é quase uma opinião geral, a roça não dá mais! Essa frase ouviram muito ou ainda vão ouvir. O que aconteceu? Os chiqueirões e os aviários, e alguns tambos de leite, mas não muito expressivos, o forte ficou aqui são os chiqueirões – engorda de leitões, ou matrizes - e as aves. Quase todo o município aqui que tu vai perceber é essa tendência, e os filhos do agricultor, vai visitar a Beira-Rio, a Penasul e a Couros Bom Retiro, ou seja, infelizmente estão todos na cidade. Acho que isto é nacional, propriedade com 6-7 hectares não pode ter um filho lá. Então o pai e a mãe ficam se virando lá e o filho vem para cidade, eu acho seduzido por um salário no final do mês e também não é um trabalho tão “judiado”, como é o trabalho na roça (...), mas a roça como a gente imagina e conhece, com feijão, aipim e batata isso é pouco. O pessoal vai cair para o lado da criação em grande escala de suíno (...). (entrevista 10: 2004, pastor)

O discurso do pastor local insiste na idéia de que uma agricultura tradicional, como a que privilegiava o autoconsumo, está em processo de extinção, o que se diferencia da visão do biólogo da prefeitura, que salienta a permanência das tradições.

O discurso abaixo é de um dono de uma mercearia que possui 73 anos e viu passar vários estágios do processo de transformação dos espaços rurais. Diante disso, seu testemunho adquire, em alguma medida, um contorno um tanto negativo/pessimista. De todo modo retrata o que foi a tônica das mudanças no meio rural nas últimas décadas, que tende ao esvaziamento populacional. Resta a aposentadoria rural para a manutenção de pessoas mais idosas no meio rural.

A agricultura era o que mais existia, que mais se praticava em Roca Sales, mas ultimamente não tem mais condições de alguém ficar na agricultura. Por exemplo, antigamente tinha muita suinocultura por aqui, e aquilo foi praticamente eliminado. Hoje em dia são integrados, são meia dúzia de integrados e o pequeno agricultor não tem mais como se manter. Antigamente eu puxava quatro ou cinco camionetes de suínos por dia e hoje se alguém tem 10 animais não tem mercado, não tem para quem vender. Se consegue vender, não sabe quem é, se vai receber, e quando vê ele tá quebrado também. A mesma coisa se dá na soja também. A juventude se manda para as cidades, para trabalhar e procurar empregos nas indústrias e na colônia só fica os velhos aposentados, por isso está um abandono completo a agricultura. (entrevista 11: 2004, dono de mercearia local).

#### **5.4 Percepções dos Atores Locais em Torno das Dimensões Multifuncionais da Agricultura**

Nesta seção, examina-se nas entrevistas com os atores sociais conexões dos discursos com os elementos multifuncionais da agricultura nas dimensões da: reprodução socioeconômica das famílias; promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais; manutenção do tecido social e cultural; e preservação dos recursos naturais e da paisagem rural. Procurou-se sempre que possível transcrever as falas de nossos interlocutores na íntegra, preservando todas as suas ponderações.

Inicialmente convém apreender algumas mudanças em curso salientadas no debate sobre uma nova ruralidade brasileira, em particular, tendo no primeiro plano a idéia da diversificação no meio rural, e tais idéias dialogam com a multifuncionalidade:

A vivência histórica dessas precárias condições de produção e competição no mercado impõe, atualmente, aos agricultores familiares brasileiros a necessidade de procurarem diversificar as fontes de renda familiar. Para estabilizarem suas condições de vida eles recorrem à realização simultânea de atividades rurais e urbanas – membros da família com emprego urbano, pequenos comércios, como as bodegas etc; diversificam as atividades familiares – artesanatos, conservas caseiras, turismo rural etc.; recorrem ao emprego agrícola fora da propriedade familiar – assalariamentos esparsos e sazonais, pequenos arrendamentos e parcerias em terras de terceiros. Observa-se ainda a busca de associações econômicas e cooperadas para fortalecimento de sua posição nos mercados – as diversas formas de cooperação no comércio, na produção e no processamento industrial e manufatureiro; a luta para obter aposentadoria para membros da família – importante fonte de estabilização da renda familiar rural; e, por fim, a diversificação produtiva e a busca de produções agroecológicas, orgânicas e naturais, estas associadas a nichos de mercado e à onda ambientalista contemporânea (MOREIRA, 2000, p.49).

Para uma discussão mais aprofundada sobre as novas ruralidades, em que se discute a dualidade entre rural e urbano, ver Wanderley (2000). Neste estudo, essa autora contempla toda a diversidade das novas relações sociais que se engendram num contexto de um novo mundo rural que está se formatando e discute, de forma aprofundada, os reflexos teóricos dessas novas realidades.

#### 5.4.1 Dimensão da Reprodução Sócio Econômica das Famílias Rurais

“Esta função diz respeito à geração de trabalho e renda que permita às famílias rurais manterem-se no campo em condições dignas, função proeminente num contexto de elevado desemprego e de renda real constante ou declinante para amplos segmentos da população” (MALUF, 2003, p.137). Efetivamente, os problemas em torno da geração de renda são muito recorrente nas entrevistas realizadas:

Se vende milho a empresa que compra, ela diz o preço é tanto, ele não coloca preço, os outros é que colocam, então está faltando um pouco de criatividade para agregar valor, para o agricultor chegar e ele vender seu produto, ele colocar seu preço, ou ele ter um preço de mercado que ele entenda ser justo e ele vender a esse preço (entrevista 3:2004, secretário agricultura municipal)

mas o que nós temos que incentivar ao máximo é questão do agricultor se conscientizar ou do jovem que procura tentar trabalhar no setor da agricultura, tentar seguir algum ramo onde ele consiga agregar o máximo de valor possível a sua matéria-prima ou ao próprio produto que ele vai comercializar, isto é a base que mais pessoas tentem trabalhar (entrevista 7:2004, vereador).

Duas idéias se sobressaem com vistas à alternativa de geração de renda: maior diversificação das atividades e agregação de renda via, notadamente, a implantação de agroindústrias familiares. A importância do tema nos leva a desenvolver alguns comentários sobre a diversificação, traçando-se paralelos com os discursos favoráveis à especialização produtiva. De fato, os discursos dos atores sociais de Roca Sales carregam este caráter dual, ora a favor da diversificação, ora a favor da produção especializada.

##### 5.4.1.1 Diversificação x Especialização

No Rio Grande do Sul, a proposta de diversificação se enraíza desde o início dos anos 70. Tratava-se de uma reação ao modelo de modernização predominante no estado (fundado no binômio da soja e trigo), que se associa à contestação política da ditadura militar. O discurso favorável à diversificação se consolida no curso dos anos 80, diante da percepção de uma crise do

modelo. Despertando a memória de um passado saudoso, o apelo da diversificação evoca a autonomia dos agricultores. No entanto, as formas de diversificação implantadas conduzem à corrida pela intensificação, como no caso das agroindústrias vinculadas às empresas ou às cooperativas. Em outras palavras, essa solução em torno da diversificação não contradiz o produtivismo, apesar de convocar um imaginário afetivo em torno das relações de produção anterior à modernização (MENASCHE, 1996).

Portanto, as concepções sobre a diversificação se encontram num campo de disputa, no qual alguns de seus sentidos valorizam aspectos multifuncionais da agricultura. Em entrevistas, tanto junto a representantes dos agricultores quanto a membros dos poderes públicos, o discurso da diversificação traz por vezes no seu âmago uma tentativa de resgate de práticas tradicionais triviais no seio das famílias rurais, perdidas pouco a pouco com o processo de especialização, cuja associação com a integração agroindustrial é flagrante. Ou seja, almeja-se uma certa ancoragem em referências bem conhecidas como forma de conviver, em meio a grandes mudanças, com novas possibilidades. Concretamente tais mudanças significam grandes riscos à reprodução sócio-econômica das famílias rurais.

Neste ponto, torna-se oportuno mencionar que a diversificação no Vale do Taquari é concebida como um fator de proteção frente às oscilações da conjuntura pelos agentes econômicos locais. Com efeito, a imagem de uma economia diversificada é apresentada como uma razão importante do bom desempenho de uma região considerada como modelo. No entanto, esta percepção deve ao menos ser interrogada, pois os dados agregados por atividade setorial apontam para uma especialização produtiva na região (JORNADA, 2002, p. 139-158).

Uma das proposições de se usar a noção de multifuncionalidade se refere à idéia segundo a qual ela é propícia para colocar em questão todo o modelo de modernização da agricultura brasileira, onde o produtivismo é a marca recorrente. Efetivamente, vários dos entrevistados argumentam em favor do aumento da produção e produtividade como única saída para os problemas da agricultura. A idéia do incremento da produção como solução exclusiva para os problemas do desenvolvimento rural é algo que está arraigado no imaginário social, incorporado dessa forma no *habitus* de vários atores sociais de Roca Sales. Essas idéias produtivistas conduzem a considerar a especialização como uma estratégia eficaz, se contrapondo à perspectiva de uma agricultura familiar diversificada.

Dessa forma, o discurso do secretário de agricultura do município, favorável ao aumento crescente da produção, evoca o medo que os filhos dos agricultores têm em arriscar, o que mantém a produção nos patamares que vinham sendo obtidos por seus pais: "então essa falta de como diria, o medo de arriscar [os jovens agricultores] se limitam a produzir o que seus pais produziram e [já é um] sucesso se os filhos ficam em casa produzindo um pouco a mais".(entrevista 3:2004, secretário municipal agricultura).

Para o prefeito municipal, se os poucos jovens que ainda estão no interior, não investirem em aumento da escala de produção, não terão como permanecer como agricultores. Assim, conclui que quem não se modernizar e se especializar estará inevitavelmente excluído do processo produtivo.

Eu vejo que dentro de 20 anos, quem não acompanhar a evolução, a tecnologia, ele também vai deixar de produzir por que ele não tem mais condições. Isso vai ser no suíno, no frango, no fumo, na soja, no milho, no leite, em qualquer atividade da agricultura e pecuária. Ele vai cair fora. Vocês vão passar e ouvir isso aqui depois, porque a gente é produtor do frango, mas mesmo assim a gente tem uma pequena área onde a gente produz grão, então hoje quase se tem que pagar para produzir, isso numa pequena propriedade. Enquanto que no frango se tu não acompanhar as mudanças das novas tecnologias tu é descartado como criador, eles não te aceitam como produtor e a tecnologia muda ano após ano, no manejo, nas instalações, tudo tem mudanças para avançar para produzir com um custo mais baixo (entrevista 1:2004, prefeito).

Vista de forma positiva a integração dos agricultores com empresas como a Doux, Avipal e cooperativas como a Cosuel e a Languirú é tida como um fator de segurança para os agricultores (entrevista 6:2004, gerente Sicredi)

A tecnologia é apontada como um elemento que proporciona um aumento na produção que possibilita as pessoas mais idosas permanecerem na atividade agrícola, mesmo se os filhos tenham saído dessa unidade de produção. (entrevista 9:2004, biólogo prefeitura).

Nesta mesma linha, o aumento da produtividade é algo enaltecido pelo inspetor veterinário municipal:

(...) a produtividade no geral aumentou muito. Nem tem como comparar antigamente e agora. A produtividade por hectare, por exemplo, de soja e milho e outros grãos é fantástica, houve uma melhora grande, graças a Emater, secretarias de agricultura dos municípios, que atuam diretamente incentivando e prestando serviços (entrevista 8:2004, inspetoria veterinária).

Neste quadro o caminho inevitável da integração agroindustrial é a saída encontrada para a agricultura familiar, como aponta o pastor local.

A especialização produtiva pode ser vista como algo imposto ao agricultor pelas circunstâncias. “O produtor está se especializando, não porque ele quer se especializar, o próprio contexto total obriga ele a fazer” (entrevista 5: 2004, técnico da Emater). A diversificação, como a introdução da fruticultura não fornece garantias de futuro, mesmo que seja hoje uma boa opção.

Mas a diversificação, tem seus defensores, como o vereador local, considerando que incorporar várias atividades na propriedade permite ter outras alternativas de renda, caso contrário o agricultor estará limitado ao dinheiro das safras, ou das empresas integradoras. No sentido da diversificação, o reflorestamento aparece como uma boa alternativa produtiva para o agricultor se manter ou voltar ao meio rural.

Sem dúvida é mais fácil tu trabalhar numa empresa e tu ter garantido um valor todo o final de mês do que tu depender da lavoura, aonde se não tiver um pouco de luz própria e não conseguir adequar várias pequenas atividades no meio rural, tu vai ter muito poucos recursos, ou uma ou duas vezes por ano entrada de dinheiro por ano, a não ser essas empresas (...) Existem setores muito bons por isso eu cito o setor de madeira é uma das poucas coisas que em municípios como o nosso de regiões acidentadas, de terras difíceis de se lidar principalmente na base grande parte da área do município, uma das poucas coisas, e eu cito que se os agricultores que abandonaram as propriedades tivessem se conscientizado e acreditado no reflorestamento hoje teriam condições de voltar para a agricultura e explorar aquela madeira e eles iriam ter ganhado e muito dinheiro.(entrevista 7:2004, vereador).

Apesar de olhares favoráveis à diversificação (que permite diversas interpretações), predominam nos atores sociais percepções segundo as quais o aumento “inexorável” da produção carrega a necessidade de uma crescente especialização. Porém discursos com vistas à garantia e ao aumento da renda na propriedade são favoráveis à diversificação. Para uma discussão mais apurada da concorrência entre a especialização produtiva e a diversidade multissetorial propiciada por uma maior diversificação, ver Veiga (2001). Neste trabalho, o autor salienta que estão em disputa no Brasil dois projetos para o rural, um vinculado ao agronegócio e a especialização produtiva e outro voltado às famílias rurais onde a diversificação é a palavra-chave. O que consubstancia esses dois projetos é a convivência no Brasil de dois Ministérios voltados ao rural, ou seja, o da Agricultura e o do Desenvolvimento Agrário.

#### 5.4.1.2 Políticas Públicas

Notoriamente duas políticas públicas foram ressaltadas pelos nossos interlocutores: aquela de acesso à terra, através do Banco da Terra, e aquela da aposentadoria rural. Estas políticas públicas podem evidentemente contribuir para a reprodução socioeconômica das famílias rurais.

Discutido no capítulo 4 o Banco da Terra poderia, em tese, permitir o acesso a terra para que as famílias rurais possam obter alimento e renda a partir de uma agricultura que desempenhe suas funções de reprodução sócio-econômica dos agricultores familiares. Esta é a perspectiva do presidente do STR: “o Banco da Terra eu entendo que era uma saída para os pequenos agricultores principalmente em nossa região, de poder comprar, produzir seu alimento para si e ainda conseguir de vender”.(entrevista 2: 2004, presidente do STR).

A aposentadoria rural é, sem dúvida, uma das maiores novidades para o meio rural brasileiro. Muitos agricultores familiares têm na aposentadoria a maior renda da família, inclusive existem muitos casos em que os jovens ficam na agricultura por poder contar com essa renda dos seus pais. Em outras palavras, “o setor de aposentados e pensionistas da Previdência Rural representa efetivamente o que há de “novo” no espaço rural brasileiro. Mas, por ser um fruto ainda recente das precárias conquistas sociais advindas da Constituição de 1988, não podemos afirmar que seja algo realmente consolidado e definitivo no país” (DELGADO, 2001b, p.439). Esta inovação da política pública é considerada importante, pois permite a permanência dos idosos em meio rural, implicando num envelhecimento da população rural.

os velhos, se são um casal de idoso eles vivem com isso [aposentadoria], e antigamente quando eles não podiam mais trabalhar e a terra ficava com os filhos eles não tinham um tostão, não tinham nenhum real pra comprar. Hoje eles estão bem esses que se aposentaram da colônia (entrevista 11: 2004, dono de mercearia).

Hoje sem dúvida a maior fonte de renda na agricultura é a aposentadoria. O pessoal diz que a agricultura virou um asilo. Eu não diria isso, porque acho que o velho tem experiência, tem muita história para contar. Eu gosto de escutar essas histórias. Mas temos esse problema hoje. Temos uma faixa etária na agricultura acima dos 50 anos em Roca, com certeza, senão mais (entrevista 5: 2004, técnico da Emater).

Com efeito, a aposentadoria pode ser vista como um complemento de renda que permite a prática de uma agricultura cuja função não deixa de ser a reprodução sócio-econômica das famílias rurais.

Uma outra coisa para o meio rural, que eu acho que foi a melhor coisa social que aconteceu que foi a aposentadoria, que mesmo sendo apenas um salário mínimo, foi extremamente importante porque isto na realidade é um complemento porque alguma coisa sempre produz (entrevista 4: 2004, secretário saúde municipal)

Portanto, a aposentadoria é lembrada por vários de nossos interlocutores como algo muito benéfico. Sem dúvida, a aposentadoria rural é uma política pública com grande impacto no meio rural. Além de contribuir para a reprodução sócio-econômica das famílias rurais, pode-se considerar que interfere sobremaneira na dimensão da manutenção de um tecido social e cultural visto que permite que uma grande parcela de pessoas pratique uma agricultura associada às tradições agroalimentares locais.

#### 5.4.2 Dimensão da Promoção da Segurança Alimentar das Próprias Famílias Rurais e da Sociedade

Imersa em controvérsias, a noção de segurança alimentar pode significar “garantir a todos, condições de acesso a alimentos básicos de qualidade em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna num contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana” (MALUF, 2001, p.147). Sobre o aporte do enfoque da multifuncionalidade para o tema da segurança alimentar, cabe ressaltar que esta última figura entre as várias funções atribuídas a agricultura, porém incluída no campo dos bens públicos (junto com biodiversidade, paisagem natural e herança cultural, entre outros) e não apenas como bem privado, como é próprio dos enfoques centrados nos produtos. Isto deflagra a importância atribuída ao autoconsumo na promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e ganha relevo como um dos elementos da adequação do enfoque da multifuncionalidade à realidade de elevada desigualdade social no Brasil (MALUF, 2003).

#### 5.4.2.1 O Papel do Autoconsumo na Segurança Alimentar das Próprias Famílias Rurais

Enquanto uma dimensão importante da multifuncionalidade da agricultura, a promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais a partir de uma produção de autoconsumo merece ser examinada em termos da importância que lhes é atribuída por nossos interlocutores. A propósito, Gazolla (2004, p. 117) num trabalho instigante sobre a questão do papel do autoconsumo no território do Alto Uruguai salienta que:

Foi o processo de modernização da agricultura, através da especialização produtiva, que fragilizou o autoconsumo entre os agricultores familiares. Este processo de transformações técnicas-produtivas fez com que o agricultor familiar modificasse a sua lógica de reprodução social, no sentido de que este passou a desenvolver sistemas produtivos altamente específicos, como no caso da soja, do milho, do trigo, do fumo e da integração aos CAIs. Isso decorre de um privilegiamento das atividades produtivas rentáveis e mercantis, em detrimento da produção de autoconsumo, que não gera uma renda monetária perceptível aos agricultores.

Apesar da importância do autoconsumo para a agricultura familiar, no caso do município de Roca Sales este é um hábito que está se perdendo entre as famílias rurais, segundo a fala de nossos interlocutores. Abaixo, o discurso do prefeito corrobora as interpretações anteriores de Gazolla sobre os efeitos do processo de modernização da agricultura sobre o autoconsumo.

...quando nós tínhamos a monocultura soja se plantava soja até a beirada do pátio, se esquecia até da horta, então por essa razão a monocultura soja levou muito agricultor a plantar esse grão porque ele tinha um valor expressivo e ele quando precisava um repolho, alface ele ia ao supermercado comprar. Segunda etapa a fuga do jovem fez com menos gente ficasse na família, aí se introduziu aviários, criadores de suínos, então a mão-de-obra tinha que se dedicar a esses novos investimentos para produzir suíno, frango e essas coisas e não tinha mais tempo de sobra para se dedicar a uma caprichada horta e essas coisas. São duas etapas bem distintas estas duas.(entrevista 1:2004, prefeito)

Um caso emblemático desse solapamento das atividades de autoprovisionamento de alimentos para a própria família rural é vislumbrado no testemunho de um dono de mercearia do interior de Roca Sales, e que viu passar todas as fases da modernização da agricultura.

Hoje não tem mais uma agricultura como antigamente. Antigamente era galinha, era manteiga, era nata, era ovo, era couro, hoje quase não existe mais essas coisas.(...) Há 30 anos atrás, cada agricultor produzia o seu trigo e existiam os moinhos que recebiam o trigo, moíam e devolviam a farinha, e com a modernidade os moinhos foram fechados,

que por parte de governantes consideravam anti-higiênicos, e aquilo foi um fator que enfraqueceu tremendamente a agricultura. Porque não tem nem mais onde vender se ele produz trigo e já não produzem mais. No interior cada “picada” tinha um pequeno moinho que produzia, o colono produzia os grãos e levava no moinho e tinha sempre farinha e isso não existe mais.(...)

Antigamente em todas as casas faziam o pão para o consumo, e hoje existe a facilidade e muita gente nem faz mais, eles vão no mercado... e os padeiros percorrem todo interior e eles compram. Não é mais produzido próprio como antigamente. Leite tinha, hoje as crianças nem tomam leite só, refrigerante. Antigamente era criado só com leite (entrevista 11: 2004, dono de mercearia).

Vistos como uma perda de herança cultural, este fenômeno é realçado pelo secretário municipal de agricultura na medida em que os jovens não aprenderam aquilo que seus pais e avós produziam.

O vereador municipal acusa as facilidades criadas na cidade como a maior culpada pelo abandono das culturas de autoconsumo. Chama à atenção para o fato dos agricultores estarem inclusive comprando seu próprio pão. Então estima que se há 10 anos fizesse esse prognóstico, os agricultores, provavelmente o taxariam de insano.

O técnico local da Emater manifesta perplexidade com o fato de que, apesar de se produzirem frutas no interior, é grande o consumo de alimentos industrializados, como sucos e refrigerantes, o que pode, de certa forma, soar anacrônico.

Nós temos um trabalho em Campinhos, com um colégio, uma vez por mês a escola recolhe o lixo na comunidade (...), uma coisa interessante foi o que achamos de rótulo lá dentro, tu imagina uma comunidade que está distante do município 45 Km, o que tinha de rótulo de milho em conserva, de leite longa vida, era impressionante, dentro do interior, e também sucos, as famosas "petes", e essa comunidades é uma das maiores produtoras de frutas, então o produtor podia fazer o suco e o leite, forminhas de ovos é impressionante o número que recolhemos lá. Está mudando tudo (...) Hoje tem a televisão que faz propaganda enganosa, e a questão da praticidade, então tem muitos produtores que estão usando a propriedade como dormitório e pela dificuldade de tempo são obrigados a pegar os alimentos pré-cozidos aqui na sociedade (entrevista 5:2004, técnico Emater).

Como resistência a este processo, temos um exemplo municipal de resgate de tradições culturais agrícolas. Assim, esta iniciativa tenta ser uma forma de combater a tendência de desaparecimento da prática da produção para o autoconsumo entre as famílias rurais.

ainda na área da nutrição temos uma nutricionista que junto com o extensionista da Emater faz um trabalho na área de alimentação de como aproveitar melhor o que tu tem na tua propriedade, um resgate de algumas coisas que se esqueceu de fazer como plantar alface em vez de comprar lá, tu começar a plantar de novo . Tem gente que comprava

tudo já, aqui acho que não foi tanto, mas houve regiões onde isto aconteceu, e eu vejo assim hoje Roca Sales (...)

Eu vejo assim, mas há muito tempo atrás tu só comprava o básico, o que não conseguia se produzir, que era a farinha que tu levava o milho e o trigo no moinho para transformar em farinha, o sal, mas também por outro lado tu tinha muito mais dificuldade naquela época pelo trabalho que dava (entrevista 4:2004, secretário de saúde municipal).

Porém, alguns dos entrevistados no quadro das entrevistas realizadas em outros municípios do Vale do Taquari, apresentam um ponto de vista muito desfavorável à produção destinada ao autoconsumo, na medida em que esta não representa ganho monetário para o agricultor. Nesta perspectiva o autoconsumo é associado ao atraso, a perda de tempo e a um esforço desnecessário e antieconômico.

#### 5.4.2.2 Segurança Alimentar da Sociedade

Nesta dimensão da segurança alimentar, além do papel tradicional da produção para o autoconsumo, a fala dos nossos interlocutores atenta para a questão da função da agricultura para produzir alimentos em quantidade e qualidade para a sociedade de Roca Sales, isto é cumprindo um importante papel na dinâmica da sociedade local.

...nós temos grandes empresas com falta de mão-de-obra, nós somos importadores de mão-de-obra, só que estas empresas não produzem aquela comida que diariamente nós precisamos na mesa, quem está produzindo isso ainda é a pequena propriedade que é o alimento do dia-a-dia (entrevista 1:2004, prefeito).

Em todo caso a produção de alimentos para a sociedade constitui um papel bem reconhecido da agricultura, mesmo que historicamente a grande agricultura brasileira se oriente para a exportação e pelas melhores oportunidades de negócio.

porque se tem pessoas que podem permanecer na cidade sem praticamente plantarem nada para a sua alimentação é porque tem gente que está empenhada em trabalhar e produzir coisas para que elas tenham o que comer (entrevista 7:2004, vereador).

O quesito da segurança alimentar, da qualidade dos alimentos é lembrada pelo presidente do STR como algo negligenciado. O consumo alimentar ocorre em função da renda das pessoas, ficando a qualidade em segundo plano.

O ideal seria nós, a sociedade consumir alimentos e dizer: bom esse produto é bom. Não para dizer que estes produtos não tem qualidade, mas estes produtos, tem muitos produtos envolvidos para que ele dispare tanto, vejo assim que o ideal seria nos termos agricultores e uma população conscientes Mas nós vamos ter uma população consciente daquilo que quer consumir? Eu acho que eles consomem conforme o poder aquisitivo (entrevista 2: 2004, presidente do STR).

A produção de alimentos de qualidade é uma função da agricultura cuja realização é muito associado às exigências de consumo e ao padrão de renda. Em função da enorme desigualdade social e econômica brasileira, a produção alimentar de qualidade é antes exceção do que regra.

#### 5.4.3 Dimensão da Manutenção do Tecido Social e Cultural

A contribuição da agricultura para a manutenção do tecido social e cultural decorre não apenas das considerações anteriores sobre o seu papel na reprodução socioeconômica das famílias rurais e para a segurança alimentar, mas também de outros fatores ligados à identidade social e às formas de sociabilidade das famílias e das comunidades rurais (CARNEIRO; MALUF, 2003, p. 144).

É ilustrativa dos aspectos considerados nesta dimensão a fala do inspetor veterinário de Roca Sales, que atenta para questões de sociabilidade que se mantêm apesar das mudanças que vem ocorrendo no meio rural:

Isto é mantido, tanto que é quando este tipo de atividade, por exemplo, quando existe uma festa numa certa comunidade, o pessoal que saiu da comunidade volta justamente por causa da comida, o lugar aprazível. O pessoal está na cidade, mas mantém uma boa relação com o local de origem onde eles nasceram. Na cidade hoje 50% dos moradores vivos vieram do interior (...) a qualidade de vida está no geral ótima, deve ser melhorada. Só não é melhorada por falta de recursos, nosso produtor é descapitalizado (...) Exatamente, a qualidade de vida do nosso produtor no geral dá para dizer na nossa região, na média é melhor que o pessoal da cidade, qualidade de vida, conforto, tudo é melhor (entrevista 8:2004, inspetoria veterinária)

Com uma perspectiva um pouco diferente, o pastor local chama a atenção para os rearranjos culturais que as famílias promovem para se adaptar a novas realidades sociais, históricas e produtivas como é o caso das festas. Isso demonstra que apesar da modernização, se

mantém um certo tecido social e cultural. Ao readaptar sua história as famílias lutam para manter vivas tradições do espaço rural.

Ano passado na nossa comunidade de Roca Sales foi realizado o primeiro Suínofest, esse ano na Fazenda Lohmann está sendo programada a festa do frango. Antes era festa do aipim, do milho e coisa assim e agora estão readaptando sua história e não dá para condenar esse abandono progressivo da roça, porque se tu vai ver nossa área é extremamente acidentada, é quase só morro aqui, maquinário pouco entra (entrevista 10:2004, pastor)

#### 5.4.3.1 Agricultor Profissional X Agricultor Tradicional

O debate sobre a profissionalização do agricultor nos parece oportuno para refletir a respeito da dimensão da manutenção do tecido social e cultural. Vale lembrar que:

durante o período da modernização “produtivista”, o conceito central utilizado, inclusive pelas políticas públicas, para definir o modelo ideal de agricultor foi o do “agricultor profissional”, referência esta que tinha como eixo a sua condição de produtor, vinculado, portanto, à atividade setorial, e que se expressava em sua competência técnica e em sua participação nas instâncias de representação desta mesma agricultura profissional (WANDERLEY, 2000, p.122).

Ainda de acordo com Wanderley (2000, p. 122-123), a evolução dos olhares sobre a profissão dos agricultores tende cada vez mais a considerar múltiplos aspectos:

Com efeito, o que caracteriza hoje o perfil da “categoria socioprofissional” dos agricultores é a diversidade de situações, tanto quanto de estratégias adotadas; neste caso, à competência, no que se refere ao campo propriamente profissional, da produção agrícola, imposição crescente da inserção em mercados competitivos, deve-se acrescentar a necessidade freqüente de que os agricultores se tornem polivalentes e pluriativos, capazes, portanto, de estender sua atuação profissional para além da produção agrícola – especialmente nas fases de transformação e comercialização dos produtos – e ampliar a renda, com atividades, agrícolas ou não, dentro ou fora do estabelecimento familiar.

Não surpreende, então, que exista uma concorrência entre as visões sobre o papel do agricultor segundo nossos entrevistados. Muitos são favoráveis a uma visão de um agricultor profissional, ou um empresário rural, ancorada no modelo da modernização, apresentado inicialmente, como é o caso emblemático do discurso do secretário de agricultura do município.

A falta de ânimo é uma coisa quase estabelecida no meio rural, é difícil, mas nós temos que estimular o agricultor, hoje ele é um batalhador, é um empresário [ênfase], mas às vezes ele mesmo se subestima, demais, então a função da prefeitura é procurar auxiliar ao máximo (...) O agricultor com certeza vai ter que ser um empresário rural, que vai ter em sua frente umas planilhas de receitas e despesas e hoje em dia isso não existe (entrevista 3:2004, secretário agricultura municipal).

O exemplo dos países industrializados contribui para reforçar esta visão do agricultor profissional como empresário. Por outro lado, cada vez mais especializado, o agricultor profissional pode ser visto como praticamente um trabalhador assalariado das agroindústrias integradoras:

(...) nos Estados Unidos, Europa e Canadá não existe mais o colono ou agricultor, existe o empresário, e assim mesmo eles tem subsídio e aqui nós temos que lutar contra tudo e contra todos, e eles lá numa boa (...) Tu tem que ser profissional no que tu faz, isso não é um caso do nosso agricultor, que tem mão-de-obra, estou dizendo no geral, alguns se profissionalizaram, a maioria não, a maioria tem mão-de-obra em casa para trabalhar para terceiros, as integradoras, o nosso produtor é basicamente um funcionário desta empresa porque não sabe fazer outra coisa, aliás ele não vive mais da produção primária, extrativista, o plantar e colher, isso já não existe mais no nosso município/região, exceção de alguns casos. O nosso produtor aqui lamentavelmente tem que subordinar a esse tipo de atividade porque não tem dinheiro para investir, ele é um empregado das integradoras (entrevista 8:2004, inspetoria veterinária).

De outro lado, temos discursos favoráveis a um agricultor mais diversificado e que preserva certas tradições. No lugar de empresa rural, a ênfase na família, ou em lógicas familiares, é notável. “Faz parte, na verdade é uma consequência, eu sempre me retrato neste sentido não tanto de empresa, mas de trabalho familiar, de família né, não no sentido de a cada 10-100 metros ter uma “empresazinha” no meio rural e sim o trabalho familiar” (entrevista 7:2004, vereador).

Neste caso vejamos as características da agricultura familiar segundo Abramovay (1997) *apud* Schneider (2003a, p.41):

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes

três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas.

Aqui cabe considerar que a agricultura familiar pode seguir lógicas eminentemente produtivistas e economicistas como sugere certas idéias deste mesmo autor “os agricultores familiares, são altamente integrados ao mercado, capazes de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais. Aquilo que era, antes de tudo um modo de vida converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho” (ABRAMOVAY, 1992, *apud* SCHNEIDER 2003a, p.39). Nesta perspectiva o agricultor familiar é o modelo idealizado para a modernização agrícola.

#### 5.4.3.2 A Questão dos Jovens

Pode-se afirmar, sem maiores dúvidas, que a dificuldade de manter os jovens no meio rural seja uma das maiores ameaças a manutenção de um dito tecido social. Este problema é recorrente em muitas pesquisas sobre o desenvolvimento rural brasileiro e, como não poderia ser diferente, foi apontado como um dos problemas mais graves para o rural em Roca Sales:

Jovens existem muito poucos (...), hoje deve existir em torno de 20 a 25 jovens abaixo dos 30 anos associado (...) porque eu disse antes, o nosso interior vai ser um asilo de idosos (...) (entrevista 2: 2004, presidente do STR).

Vou te dar exemplo que eu tive de casa, meu pai sempre dizia: estuda porque na roça ta difícil e esta é uma coisa que se escuta seguido nas propriedades, os próprios pais não incentivam os filhos a ficarem porque lá fora a questão de agregar um valor, na visão deles é mais fácil (entrevista 6: 2004, gerente Sicredi)

O discurso acima da gerente do Sicredi ilustra bem uma situação que é corriqueira no meio rural brasileiro, ou seja, a tendência dos pais desejarem um futuro profissional longe da agricultura para os filhos. Este problema foi realçado também no trabalho de Maluf (2003) sobre as expressões da multifuncionalidade da agricultura em diferentes territórios no Brasil.

A juventude se manda para as cidades, para trabalhar e procurar empregos nas indústrias, e na colônia só fica os velhos aposentados, por isso está um abandono completo a agricultura. Hoje os jovens ganham seu dinheiro, com 15-16 anos, hoje não existe mais

que eles vão cuidar de um velho. Eu já tenho medo eu mesmo agora, se eu fico velho quem cuida? Ninguém quer mais cuidar dos velhos, isso acontece muito por aqui. Ninguém quer, um empurra para o outro (entrevista 11: 2004, dono de mercearia).

Este processo de mudança na agricultura, o aspecto positivo é o aumento da produção, mas o problema grave, negativo, é o êxodo do jovem, em vés de valorizar o jovem do campo, estamos atraindo o jovem do campo para a cidade (entrevista 9: 2004, biólogo prefeitura)

Em termos sociais há o aproveitamento da mão-de-obra dos mais idosos, pois os jovens vão estudar e trabalhar fora (...) a juventude não quer mais trabalhar no sábado e domingo, eles querem festa, só algum filho por gostar de ficar em casa. (entrevista 8: 2004, inspetoria veterinária)

No discurso do secretário municipal além da pouca atratividade das atividades agrícolas para os jovens, há uma referência a masculinização do meio rural. Este fenômeno também constatado em outras áreas rurais do Brasil, constitui um fator que influi profundamente no tecido sócio-cultural local com claras implicações na reprodução social da agricultura familiar.

Olha aqui em casa nós somos 4 irmãos e tem 11 filhos, mas nós não conseguimos deixar um ficar na roça, isso que nós temos alguma máquina, algum conforto. Eu acho a dificuldade do jovem ficar na roça é que aqui o comprometimento é muito maior, principalmente se tem que trabalhar na área de criação, tu não tem sábado, domingo, Natal ou Páscoa, tu vai ter que trabalhar vai ter que cuidar, tratar os bichos, tu não tem folga e na realidade quer queira, quer não, como nós carecemos de automação, ainda nós temos muita coisa braçal, a própria topografia nossa contribui para isso, o tamanho das propriedades contribui para isso também, outro fator seria a mídia, pois ela te apresenta uma fotografia que a cidade é bem melhor, é mais fácil, é mais confortável, tu trabalha oito horas e deu, mas no fundo não é bem assim, alguns casos até pode ser, mas na maioria dos casos não é. Outra coisa que eu vejo é que as indústrias elas passam com os homens na frente das casas para recolher as pessoas, vão lá no interior fazer cadastro para vir para cá. Até vejo que o rapaz que se propõe ficar na roça tem dificuldade de casar, porque as mulheres não estão mais muito a fim de ficar na roça – tirar leite de vaca o que é isso, o que? (entrevista 4: 2004, secretário saúde municipal).

Carente de mão-de-obra, a indústria local de Roca Sales é pólo de atração de trabalhadores, e conseqüentemente favorece o êxodo dos jovens do meio rural em direção ao centro urbano, como explica o secretário municipal de saúde.

Então são vários itens que a prefeitura participa e precisa participar cada vez mais, mas não é fácil, hoje nosso município tem grande oferta de empregos, até faltam funcionários aqui em Roca Sales, isso atrai também os filhos dos agricultores para vir do meio rural para vir à cidade. Nós temos praticamente concorrência dentro do município por emprego,

e eu estou com medo esse ano por causa da estiagem que pode levar um grande número de agricultores para a cidade. Nos últimos anos esta migração estava zero ou próximo de zero, esse êxodo. Mas agora com essa estiagem isso pode ser alterado. Tomara que não. (entrevista 3: 2004, secretário agricultura municipal)

Como podemos observar nos testemunhos anteriores a questão do êxodo rural dos jovens em direção ao centro urbano de Roca Sales é um problema que se coloca para se pensar os rumos do desenvolvimento rural local. Contudo, esse êxodo deve ser em parte relativizado, pois, o que ocorre muitas vezes é que estes jovens não perdem por completo seus vínculos com seus familiares e suas residências rurais. Então, muitos casos se associam a uma estratégia pluriativa dos jovens, ou seja, eles têm no emprego urbano uma complementação da sua renda agrícola. De toda forma pode-se afirmar efetivamente que estão ocorrendo mudanças significativas nos arranjos territoriais, influenciando de forma significativa nos rumos da agricultura familiar de Roca Sales e no tecido sócio-cultural em meio rural.

#### 5.4.3.3 O Associativismo

O equilíbrio social e a valorização cultural de um determinado local/território poderiam ser garantidos em função de laços organizativos mais sólidos. Alguns entrevistados realçam a questão do associativismo para que as famílias rurais atinjam determinados fins, dificilmente alcançáveis individualmente. Desta forma, o associativismo, assegurando a permanência de um certo tecido social e cultural, favoreceria a expressão do caráter multifuncional da agricultura.

Muitos exemplos brasileiros de fracassos nos empreendimentos associativos, particularmente no caso de muitas cooperativas brasileiras, implicam em obstáculos para o avanço de propostas associativas em Roca Sales. A propósito, a organização do trabalhador rural é considerada muito deficitária pelo presidente do STR, salientando de todo modo, sua importância para o fortalecimento dos agricultores familiares.

E acreditar nas suas entidades, o associativismo, cooperativismo é muito importante. Se olharmos muito cooperativas tiveram caminhos errados, e isso ficou na mente, mas eu ainda acredito que o associativismo esse é o caminho que leva o nosso agricultor – no futuro eu vejo isso- nós temos que nos integrar um com o outro, com o vizinho, se juntar, mas como eu disse nossa formação não veio assim, nossa formação é individualista. Às

vezes, tu tem um grupo formado, e de repente aparece um atravessador e oferece 5 centavos a mais, pronto! Lá vai o agricultor, termina com o grupo, mas isso é momentâneo, depois esse mesmo atravessador não vem mais, daí tem que vender para um outro, e recebe menos, então essa consciência não é de hoje para amanhã que a gente tem (entrevista 2:2004, presidente STR)

Neste quadro, o cooperativismo não acompanha a evolução observada na sociedade, como concebe o secretário municipal de saúde, gerando problemas principalmente para os pequenos produtores:

no setor de maquinário houve evolução, no setor de tecnologia como um todo, no setor genético houve evolução, no setor de comércio houve evolução, só não houve (...) no setor cooperativo, porque para mim nós regredimos uns 20-30 anos pelos menos, porque nós tínhamos nossas centrais ao menos aqui no Estado, perdemos tudo, um pouco por safadeza, um pouco por incompetência, um pouco por interesse pessoal, político, e isso não foi bom, principalmente para os pequenos, pois nos deixou muito vulnerável (entrevista 4:2004, secretário de saúde municipal).

De toda forma, convém considerar o associativismo como alicerce importante para iniciativas de fortalecimento da agricultura familiar. Nesta perspectiva pode contribuir em diferentes dimensões associadas à multifuncionalidade da agricultura, particularmente àquela da manutenção do tecido sócio-cultural.

#### 5.4.4 Dimensão da Preservação dos Recursos Naturais e da Paisagem

Em primeiro lugar, oportuno iniciar esta seção lembrando que por “detrás de um aparente consenso sobre o conceito de sustentabilidade, esconde-se uma multiplicidade de significados, que refletem as disputas de diferentes interesses sociais, econômicos e políticos, assim como uma disputa pelo próprio significado hegemônico do conceito de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável” (MOREIRA, 2000, p.40). Partindo desta perspectiva parece coerente a idéia de Maluf (2003) segundo a qual seria necessário elaborar um enfoque de desenvolvimento rural sustentável adequado ao objetivo de promover a multifuncionalidade da agricultura.

Em todo caso, diferentes concepções sobre a preservação dos recursos naturais são observáveis nos discursos analisados, em particular nas passagens referentes às opiniões sobre a contribuição da agricultura para a qualidade ambiental.

As diversas respostas revelam graus diferenciados de dimensionamento do problema ambiental. Talvez, os discursos do secretário de saúde e do biólogo sejam os mais incisivos em termos de preocupação ambiental. O segundo salienta que a agricultura contribuirá positivamente quando forem adotadas práticas ambientais conservacionistas, enquanto o primeiro afirma que toda a atividade humana implica em dano ambiental possível.

Todo os setores interferem negativamente, no momento que tu derrubou uma árvore, tu virou a terra, largou o chorume, largou o esgoto da cidade, esgoto das indústrias, ligou o carro, queimou uma capoeira, matou um pássaro, pegou um peixe, matou uma cobra, atropelou uma raposa, um lagarto está interferindo negativamente. No momento que tu, muitas vezes tu diz: eu vou repovoar, aqui eu vou plantar angico/eucalipto, aí tu planta tudo uma coisa só, e não misturar as coisas se tu quer realmente refazer o meio ambiente. A erosão Deus o livre, o veneno (entrevista 4: 2004 secretário saúde municipal).

A agricultura contribui para a qualidade ambiental no momento em que forem adotados procedimentos ou metodologias adequadas para o bom desenvolvimento da propriedade. É tu teres produtores de suínos, com bebedouros ecológicos, que não estejam próximo de uma APP. O produtor que evite o processo da perda da erosão genética, que fique com suas sementes crioulas em casa, e de importância para que não percamos esta beleza, esta biodiversidade, porque o aumento da produção é bom! Eu defendo o aumento da produção, mas veja bem eu tenho uma variedade de milho crioulo que me dá 50 sacos por hectare, mas é resistente a seca, pelo processo de evolução, de adaptação ao longo dos anos, mas eu compro uma semente que eu não sei a procedência, dá uma seca (...) e será que ele colherá 30 sacos?(entrevista 9: 2004, biólogo prefeitura).

Em outras entrevistas, o esvaziamento rural e o envelhecimento da população permitem justificar um menor cuidado ambiental, notadamente em relação à aplicação de agrotóxicos.

(...) a agricultura hoje está poluindo, mais que contribuindo (...). a agricultura hoje em função da necessidade do uso de venenos, pela falta de pessoal, pela concentração de animais, está se tornando um fator preocupante. E como o produtor tem que ocupar todas as áreas da propriedade, temos a questão do desmatamento ciliar, que já está se agravando (entrevista 5:2004, técnico Emater)

Sem dúvida, é outro exemplo, também o uso de maquinários. Hoje em dia a agricultura sem agrotóxicos, e sem máquinas, olhe nenhum agricultor consegue se manter e sobreviver. Basicamente é triste, só se for um guerreiro, que não tiver limites para nada, talvez não chegue a tanto, não é que não consiga, mas para tu encontrar alguém que se disponha para trabalhar dessa forma é muito difícil (entrevista 7: 2004, vereador).

Portanto, o uso de agrotóxico, mesmo considerado um problema grave, é de difícil solução, pois seu uso é justificado pela idéia de que poupa mão de obra, o que permite mais tempo para o agricultor familiar se dedicar a outras atividades. Esta justificativa ainda é reforçada quando se considera o elevado número de pessoas de idade avançada no meio rural, o que implica pouca força de trabalho para serviços manuais, como a realização de roçadas. Mesmo que cause prejuízos à saúde dos agricultores e seus familiares, estas justificativas podem parecer coerentes diante do modelo produtivista de agricultura.

Houve essa grande mudança na aplicação de venenos, defensivos agrícolas que aumentaram bastante. Tenta-se trabalhar esta questão orientando, mas é difícil, a própria idade avançada do agricultor, hoje mais de 65% da população rural de Roca Sales tem mais de 50 anos, são pessoas que eu não diria fracas, mas que o vigor físico principal deles já passou, por isso que leva à muitos a se excederem no uso de venenos. Antigamente eram feitas capinas manuais e hoje são feitas capinas químicas, então é um item que o agricultor exagera é a própria poluição, da água, é um ponto negativo (entrevista 3: 2004, secretário agricultura municipal).

com a falta do jovem no meio rural, há falta de mão-de-obra e usa-se abusadamente de defensivos agrícolas – abusadamente – e muitas dessas pessoas usam isto com pouca informação do manuseio destes produtos defensivos agrícolas e isso vai nos levar daqui a pouco num ponto de contaminação dos nossos lençóis freáticos e dos nossos poços (entrevista 1:2004, prefeito)

O presidente do STR chama a atenção para o fato de que os maiores problemas com o uso dos agrotóxicos não são percebidos no momento, mas no futuro eles serão inevitáveis.

Hoje o que a gente nota é que o uso abusivo de agrotóxico, que veio facilitar e por outro lado, por não ter tanta mão-de-obra, daí o pessoal começa a ir por esse caminho e acho que este é um dos grandes problemas que nós temos, e muito dos nossos agricultores não tem consciência do uso do agrotóxico, porque não é no momento que ele prejudica, mas no futuro nós vamos ter graves problemas (entrevista 2: 2004, presidente do STR)

Quanto à dimensão de preservação da paisagem, como lembra Maluf (2003), trata-se de um tema pouco ou quase nada considerado no país. Contudo, pode-se citar o exemplo do turismo rural como forma de preservar uma certa paisagem rural. Neste caso, temos discursos favoráveis a essa perspectiva em Roca Sales: “vejo a questão do turismo, que está cada vez mais evidenciada em nível mundial e nossa região faz parte disso, nós temos belezas naturais muito bonitas aqui em Roca (entrevista 3: 2003, secretário agricultura).

No entanto, existem diferentes pontos de vista com relação à importância do turismo para o desenvolvimento rural de Roca Sales, o que parece bloquear a implementação de ações em prol destas atividades.

e o que a gente nota e sempre batalhou, que seria o turismo rural, mas para isso em primeiro lugar é o executivo municipal que deve acreditar nisto e depois instruir nosso agricultor para ter sua propriedade organizada para receber o turista, porque nos precisamos trazer gente de fora para deixar seu dinheiro aqui dentro, e Roca Sales tem tudo para isso e tenho certeza que isso seria um bom caminho e o futuro é este (entrevista 2:2004, presidente STR).

O testemunho abaixo é do prefeito municipal que, em alguma medida, se exime de patrocinar a implementação de um programa de turismo rural em Roca Sales. Daí, o conflito explícito entre o prefeito e o presidente do STR:

aí vem um detalhe por exemplo eu vou publicar isso aqui e aí vem o pessoal e quer se hospedar, mas aonde? Nós não temos um hotel aqui em Roca. Temos um pequeno hotelzinho. Então teria que ir a outro município para se hospedar para vir aqui fazer a rota turística. Então estes pontos têm que ser resgatados quando tiver uma estrutura um pouquinho mais em conta e aí um detalhe bem, (...) as pessoas do interior precisam um pouco de formação para o turismo rural (...) a rua de acesso precisa de um calçamento para que não a cada chuva fique estragada estrada lá. Precisa de infra-estrutura e esse povo precisa ser trabalhado na higiene, e também outra coisa esse povo não quer investir nada, só quer ganhar (...) ele enfeitar o pátio com flores (...) ele estavam esperando para que tudo o município oferecesse para eles, e isso o município nunca ofereceu e aí terminou. (entrevista 1: 2004, prefeito).

Oportuno mencionar que a idéia de turismo rural abrange diversas modalidades de turismo. Estudos mostram (MORUZZI MARQUES; LACERDA, 2004) que nem sempre tais atividades valorizam as atividades locais, contribuem com a preservação ambiental e, portanto, favorecem as dimensões associadas à multifuncionalidade da agricultura.

## **5.5 Conclusões**

No capítulo 2 foram realizadas as primeiras considerações sobre a noção de multifuncionalidade da agricultura, no qual se tentou contextualizar desde o seu aparecimento até as implicações atuais nos processos de desenvolvimento rural de países desenvolvidos e os em vias de desenvolvimento. Neste presente capítulo o trabalho se constituiu num exercício de se

tentar apreender nas falas de nossos entrevistados representações sociais sobre as várias dimensões da multifuncionalidade. Neste sentido se analisou as várias falas de nossos interlocutores e que propiciou o levantamento de um material inicial para a análise empírica da aplicação da noção de multifuncionalidade da agricultura

Pode-se considerar a ênfase na família rural e não nos produtos como uma das características mais marcantes da análise multifuncional da agricultura. Diante disso que se imagina que a análise sobre as várias dimensões seja o mais plausível em termos de se averiguar o contexto rural, e nesse sentido a noção de multifuncionalidade da agricultura torna-se uma ferramenta importante nessas situações pois amplia o campo de considerações possíveis sobre a agricultura e o mundo rural. As dimensões sobre a multifuncionalidade da agricultura, analisadas à luz dos discursos de nossos interlocutores são as já citados anteriormente: reprodução socioeconômica das famílias; promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais; manutenção do tecido social e cultural; e preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

Na dimensão da reprodução socioeconômica das famílias o que se pode reforçar é que temas como a diversificação se tornaram centrais nas opiniões de nossos interlocutores e diante disso pode-se dizer que há um certo consenso em relação à importância desse tema. Neste sentido o que se faz necessário novamente enfatizar é dessa relação que se cria entre a diversificação e a multifuncionalidade da agricultura, principalmente quando se leva em consideração aspectos como o fenômeno da pluriatividade no contexto social dos agricultores familiares.

A pluriatividade é com certeza um dos principais fenômenos que atestam um novo contexto rural em que a centralidade da produção é paulatinamente colocada em um plano de menor importância. Contudo como a agricultura familiar é muito heterogênea nos diferentes territórios do Brasil, inclusive dentro dos próprios municípios, é necessário se ressaltar que em alguns locais a pluriatividade não alcança uma importância significativa ficando ainda a produção agrícola como o fator de maior fonte de renda da família.

Quanto a promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais destaca-se a discussão sobre o autoconsumo como uma estratégia para viabilizar as famílias rurais, contudo na visão de nossos interlocutores essa é uma prática que vem se perdendo aos poucos devido a fatores como as facilidades dos produtos industrializados e devido a pouca mão-de-obra disponível no meio rural, então dedica-se o tempo as atividades principais e resta pouco

tempo para se cuidar de uma horta por exemplo. Contudo existe no município algumas ações como as implantadas pela Emater que tendem a reverter esse processo, estimulando práticas tradicionais de autoconsumo.

Profissionalização da agricultura familiar, a questão dos jovens e associativismo foram os temas proeminentes na discussão da dimensão da manutenção do tecido social e cultural. Quanto à profissionalização do agricultor familiar esse foi um fenômeno que acompanhou a modernização produtivista, e se por questões previdenciárias ainda é importante para o agricultor a identificação com a atividade produtiva, de outro lado quando se discute as novas funções da agricultura essa profissionalização começa ao menos ser questionada. Quanto aos jovens ficou evidenciada uma nova configuração aonde se vê a incidência de muitas iniciativas pluriativas. Por fim o associativismo se associa a manutenção de um tecido social e cultural visto que práticas cooperativas (apesar dos problemas vivenciados pelas cooperativas) podem colaborar para reforçar a sobrevivência econômica de muitas famílias rurais.

A preservação dos recursos naturais e da paisagem rural torna-se uma importante dimensão da multifuncionalidade da agricultura visto que grande parte dos problemas gerados pela modernização produtivista foram principalmente observáveis na questão da ampliação dos problemas ambientais. No município de Roca Sales ganha destaque a preocupação com o uso intensivo de agrotóxicos que causa inúmeras situações negativas, contudo esse uso se justifica pelo alto índice da idade avançada da população rural. Quanto à preservação da paisagem rural ganha destaque a discussão acerca do turismo rural, que pode ser questionada quanto aos seus resultados práticos, haja vista que o turismo rural não é uma unanimidade como solução para alguns dos problemas do desenvolvimento de regiões rurais específicas.

Por fim cabe uma discussão sobre o alcance das políticas públicas num contexto de expansão da noção de multifuncionalidade. Como exposto no capítulo 2 a principal política voltada aos agricultores familiares e ao desenvolvimento rural, o PRONAF, ainda não incorporou de forma efetiva a questão das várias funções da agricultura e esse ponto deve ser levado em conta pois como foi visto nesse capítulo as políticas públicas são consideradas muito importantes pelos nossos interlocutores, como no caso da previdência social rural. O que nosso estudo pode contribuir é principalmente no sentido de colaborar na discussão da reorientação das políticas públicas voltadas ao rural, aonde estas comecem a articular em suas ações as novas demandas que são advindas da sociedade civil.

## 6 CONCLUSÕES FINAIS

Esta dissertação procura contribuir com o debate em torno da emergência da noção de multifuncionalidade da agricultura nas esferas públicas. Assim vale insistir sobre o fato de que a noção de multifuncionalidade desperta pesquisas concomitantes no Brasil e na França, reforçando um diálogo sobre duas realidades distintas, mas que permite de forma fecunda, discutir aspectos referentes ao papel da agricultura, além do tradicional fornecimento de alimentos, fibras e energia. Com efeito, o debate brasileiro associa à multifuncionalidade da agricultura com a consolidação das políticas de fortalecimento da agricultura familiar. Esta dissertação se inscreve neste esforço. A propósito, Roca Sales, apresenta 98,43% de estabelecimentos familiares que ocupam 92,3% da área total dos imóveis rurais do município. Com um IDH de 0,812, trata-se de um município muito bem situado nessa escala, com uma agricultura familiar pujante.

Num primeiro momento, este trabalho examina dois casos internacionais, o dos Estados Unidos e da Europa, com suas respectivas políticas agrícolas. As luzes deste exame contribuem para a análise subsequente do desenvolvimento rural no Brasil. A intenção foi focalizar as raízes do produtivismo, fenômeno que marcou as políticas de modernização da agricultura dos países mais industrializados e também aqueles considerados em desenvolvimento. Ao se analisar, de forma sucinta, a evolução recente das políticas norte-americanas e européias, procura-se lançar olhares que auxiliem o entendimento do fenômeno da emergência da multifuncionalidade da agricultura.

Essa análise de casos internacionais torna-se particularmente pertinente, visto que, com o conceito de interdependência proposto por Elias (1994), rompe-se com a visão de que os fenômenos sociais têm explicação isolada. De fato, partindo-se da idéia de que os grupos sociais estão num processo crescente de integração, pressupõe-se assim que haja inter-relação entre o que acontece, por exemplo, no interior de Roca Sales em relação às políticas protecionistas da agricultura, no contexto internacional.

A noção de multifuncionalidade da agricultura encontra-se num campo de disputas, podendo, ou não, tornar-se efetivamente uma alternativa ao modelo produtivista. De fato, o modelo produtivista permanece com muito vigor nas políticas européia e norte-americanas. Eventualmente, um cenário que pode ser vislumbrado para o futuro é aquele de convivência de

unidades agrícolas altamente produtivistas e tecnificadas, lado a lado com unidades de produção que incorporem a preservação ambiental, por exemplo.

Por outro lado, a retomada de uma discussão sobre a modernização da agricultura brasileira teve como objetivo destacar aspectos excludentes que marcaram esse processo no qual as políticas públicas modernizadoras foram direcionadas principalmente aos grandes produtores.

Mais recentemente, o Pronaf foge desta lógica, beneficiando significativamente o segmento da agricultura familiar, em grande medida excluída até então das políticas agrícolas brasileiras. Neste sentido, procuramos contextualizar esse programa, mostrando seu caráter inovador, apesar de apresentar um enfoque produtivista, o que em muitas vezes pode representar a reprodução de certos processos corriqueiros da modernização conservadora da agricultura brasileira, como é o caso do êxodo rural.

Nosso diálogo com disciplinas como a história e o direito agrário, particularmente no terceiro capítulo, procurou ampliar o leque de possibilidades para a análise da questão, trazendo o debate sobre as “funções” associadas à propriedade fundiária, buscando realçar tendências que podem repercutir nas representações sobre a agricultura. Nesta perspectiva, a evolução da noção de função social para a aquela de função sócio-ambiental nos pareceu notadamente interessante. Assim, destacou-se que, de 1530 até 1850, persistiu uma forma de conceber a propriedade como uma extensão do poder da Coroa Portuguesa. Com o advento da Lei de Terras em 1850, a noção da propriedade passa a ser vista como direito individual absoluto. A partir do final do século XIX e início do século XX, começou a ser notável a questão dos direitos sociais e, também, a discussão sobre os anacronismos ligados ao absolutismo da propriedade. Este debate paulatinamente influencia a elaboração das Constituições e códigos legislativos em todo o mundo ocidental e no Brasil, em particular.

Na atualidade, a Constituição Federal de 1988 adotou o princípio segundo o qual a propriedade agrária deva ter uma função social. Igualmente clara na Carta de 88, é a preocupação dos legisladores com o meio ambiente. Por outro lado, o Novo Código Civil Brasileiro avançou da concepção de função social para a noção de função sócio-ambiental, cuja repercussão pode também ser observada na resolução nº 289 de 25/10/2001 que estabelece diretrizes para o Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária.

Estas transformações contribuem certamente para a consolidação de políticas públicas favoráveis ao fortalecimento da agricultura familiar ou à promoção da segurança alimentar no

Brasil. De nosso ponto de vista, a evolução histórica acerca das funções da propriedade rural e da agricultura no Brasil tem mostrado possibilidades de recriações surpreendentes. A valorização da agricultura familiar, a emergência de movimentos sociais na luta por acesso à terra, moradia, direitos sociais e o vigor da crítica ambientalista constituem fenômenos que revelam a contestação da visão produtivista hegemônica sobre os temas agrícolas e rurais.

Portanto, o terceiro capítulo procurou examinar a evolução das elaborações referentes à função da propriedade nas normas legais, considerando notadamente a emergência de abordagens em prol da função sócio-ambiental, a fim de apontar movimentos que tendem a favorecer um olhar multifuncional para a agricultura. A respeito, vale lembrar Maluf (2001, p.155) quando afirma que o problema de acesso à terra está na raiz da pobreza rural brasileira e este problema tem que ser conectado ao enfoque da multifuncionalidade, para dar conta da realidade de grande desigualdade social no Brasil.

Focalizando o conselho municipal de desenvolvimento rural de Roca Sales, procurou-se, no quarto capítulo, elaborar uma interpretação sobre este espaço público de negociação, partindo de questões analíticas em torno da descentralização e participação social.

Como esperado, o termo “multifuncionalidade da agricultura” não aparece explicitamente nas atas das reuniões do conselho, cujos conteúdos foram minuciosamente analisados. De fato, o conselho debate uma importante diversidade de assuntos, mas cujos relatos são bastante sucintos, o que impede afirmações mais categóricas sobre a presença de idéias favoráveis a funções sócio-ambientais da agricultura.

Aqui, cabe ressaltar o papel da incitação externa ao município para a constituição deste conselho local, o que permite insistir sobre um marco bastante presente em torno desse fórum: uma tendência em se tornar apenas um dispositivo visando à habilitação para a captação de recursos provenientes de esferas hierárquicas superiores de poder. Em Roca Sales, o CONDER parece se conformar a essa arquitetura. Por exemplo, o conselho de Roca Sales foi criado em 1996, prevendo reuniões mensais. No entanto, seus encontros são extremamente esparsos nos primeiros anos de existência, o que revela, de uma parte, uma ausência de iniciativas locais e, de outra parte, a dependência do conselho em relação aos programas estaduais e nacionais que possam representar aportes de recursos para o município. Foram as exigências de programas estaduais ou federais, cujos formatos conferidos à participação dos atores sociais locais são diversos, os fatores fundamentais que permitem explicar uma relativa dinamização do CONDER

no final de 2000. Um caso emblemático dessa dependência do CONDER em relação aos programas externos se refere ao programa federal Banco da Terra.

Neste quadro, não surpreende que as reuniões dos conselhos se orientem, em geral, por discussões extremamente fragmentadas dos programas destinados ao desenvolvimento rural. Apesar de constituir uma inovação não desprezível no poder local, os conselhos se caracterizam pela ausência de um debate e uma reflexão aprofundada sobre os projetos e políticas públicas destinados ao desenvolvimento local. A penúria de recursos nos fundos municipais agrícolas, cuja destinação deveria em princípio observar as orientações traçadas pelas estratégias de desenvolvimento discutidas nos conselhos, reforça esta interpretação.

Por outro lado, existe uma forte preocupação das autoridades locais para evitar a emergência de expectativas “irrealistas” no CONDER ou o surgimento de conflitos que possam questionar a maneira pela qual a tomada de decisão é realizada. Trata-se implicitamente de encolher a alçada de intervenção do conselho, o que contribui para que a formação da vontade política no município obedeça a dinâmicas e critérios pouco transparentes. Porém, muitos conflitos são latentes e alguns deles, mesmo que de maneira limitada, se manifestam no conselho, caso das controvérsias em torno do turismo rural, cujo frágil desenvolvimento em Roca Sales é atribuído a uma negligência da prefeitura local. Efetivamente, as forças sociais locais pouco investem em estratégias de fortalecimento destes espaços de debate e de disputa dos rumos da intervenção política municipal.

Quanto ao fato do presidente do conselho em questão ser o secretário municipal de agricultura, convém observar que a lei municipal prevê a eleição do presidente, vice-presidente e secretário. No entanto, o secretário de agricultura é invariavelmente eleito seu presidente, fenômeno justificado, em geral, pela posição vantajosa desta autoridade no interior da máquina pública municipal. De todo modo, no caso analisado, a eleição pelos membros do conselho pouco reforça o poder do secretário na hierarquia municipal. Sua margem de manobra frente ao prefeito continua limitada.

Neste quadro, convém insistir que a população rural não é minimamente informada sobre as atribuições do conselho, apresentando um desconhecimento considerável, mesmo da existência deste organismo colegiado de tomada de decisão. Em Roca Sales, as famílias interrogadas na primeira etapa da pesquisa desconheciam, na grande maioria, a instalação do conselho. Quando

tinham conhecimento, eram vagas as idéias que os entrevistados transmitiam sobre as atribuições, as prioridades ou os temas tratados pelo conselho.

Percebe-se que o conselho em estudo não se constitui num mecanismo para favorecer a transmissão das demandas do “mundo da vida” às instâncias de poder. De toda evidência, nem sindicato e nem associações concebem o conselho como instrumento privilegiado para o aumento da absorção na esfera estatal local das aspirações veiculadas nos meios primários de comunicação, assentados em laços de solidariedade, em vivências comuns e em trocas de experiência e de informações no cotidiano de entornos territoriais (COSTA, 2002). Ainda quanto à comunicação pública, alguns espaços abertos pela mídia regional parecem mostrar uma certa solidariedade desta última com as organizações sociais locais, em particular com o STR. No entanto, a importante audiência radiofônica dos programas produzidos pelos sindicatos dos trabalhadores rurais pouco foi empregada como meio para disseminar um debate sobre o conselho.

No que se refere às representações sociais sobre agricultura e desenvolvimento rural, há diferentes posicionamentos dos atores locais, contudo há uma quase unanimidade em considerar a agricultura algo muito importante para o município, apesar do avanço das empresas integradoras, que começam a dar um aspecto industrial a esse município do Vale do Taquari. Ainda mais que estas empresas “urbanas” estariam atraindo mão-de-obra do meio rural, principalmente de jovens, o que está afetando a manutenção de um certo tecido social e cultural. Ademais, essas empresas integradoras provocam uma perda de autonomia dos agricultores familiares, transformando-os em uma “espécie de empregados”.

O tema das agroindústrias familiares é recorrente nos discursos dos atores locais, o que demonstra sua importância nos debates locais sobre os rumos do desenvolvimento rural. Assim, projetos de desenvolvimento local fundados no fomento de agroindústrias familiares abastecidas de matérias-primas locais são frequentemente mencionados em Roca Sales, o que nos motivou a discutir certas conceituações em torno dos SIAL, referindo-se particularmente aos produtos específicos da agricultura familiar. Tal perspectiva se associa ao debate sobre o desenvolvimento territorial, cuja discussão é, todavia, incipiente em Roca Sales. Em todo caso, a constituição de agroindústrias familiares se associa igualmente ao debate sobre a viabilidade de um programa de turismo rural cuja dimensão da preservação da paisagem é realçada. Tal projeto encontra

disposições a favor e contra, revelando, aliás, um conflito entre o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais e o prefeito municipal.

Com efeito, tanto agroindústria familiar quanto turismo rural são freqüentemente mencionados numa ótica fundamentada na idéia de preservação de tradições agro-alimentares e de paisagens rurais, se inscrevendo num quadro de valorização de outros papéis da agricultura, além do produtivo. Nesta mesma linha, outro tema associado à multifuncionalidade da agricultura, recorrentemente nos discursos, é a questão da diversificação com vista a geração e garantia de renda das atividades dos agricultores familiares, permitindo sua permanência em meio rural.

Neste sentido, a análise das percepções sobre o rural à luz das dimensões da multifuncionalidade, particularmente em termos de reprodução socioeconômica das famílias rurais, revela a importância atribuída, vale insistir, à diversificação, como saída para o futuro do rural. Contudo, tal argumento conhece forte resistência de uma visão sobre a inevitável especialização e tecnificação (modernização), vinculadas às integrações agroindustriais de aves e suínos. Tanto o tema da diversificação como o da especialização se fazem presentes, muitas vezes, nos mesmos discursos, o que revela a grande ambigüidade em torno dos aspectos valorizados e tidos como importantes para a agricultura local. Nesta dimensão, vale ainda realçar a percepção da contribuição da aposentadoria rural para a reprodução sócio-econômica da população rural. De fato, tal política pública figura entre uma das principais voltadas ao rural no Brasil contemporâneo.

Na dimensão da promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade, coube um destaque especial ao papel da produção destinada ao autoconsumo, na qual se constata que, apesar de uma perda parcial dessa tradição, ela ainda tem um papel importante para os agricultores familiares, ao menos existem iniciativas locais procurando revalorizar essa prática de autoprovisionamento de alimentos pelas famílias rurais.

A idéia da necessidade de crescente profissionalização do agricultor é algo que parece se contrapor à dimensão da manutenção do tecido social e cultural. Mesmo havendo, de forma geral, um ideal de profissionalização para o avanço da agricultura familiar, isso é algo que não encontra unanimidade em Roca Sales. Ou seja, existem preocupações relativas à preservação de algumas tradições da herança cultural que não apontam necessariamente para uma profissionalização que

descaracterize os agricultores familiares, mas que sinalizam para a manutenção de certas características que distinguem, notoriamente, essa categoria social.

Outro tema associado a essa dimensão foi o debate acerca dos jovens rurais. Como já salientamos antes, há uma migração dos jovens para trabalharem nas indústrias urbanas de Roca Sales. Contudo não se pode considerar isso como um êxodo rural massivo e sim como um rearranjo territorial e uma expansão da pluriatividade entre as famílias rurais.

Quanto ao associativismo, os discursos analisados, em particular do presidente do STR e da representante do Sicredi, salientam sua importância para a manutenção de um tecido social e cultural na medida em que desponta como alternativa para manter viáveis muitas formas de agricultura familiar.

A contribuição da agricultura para a qualidade ambiental, notadamente no que se refere ao problema dos agrotóxicos, foi escolhida como eixo de discussão em relação à dimensão da preservação dos recursos naturais e da paisagem. Foram destacadas diferentes sensibilidades quanto ao problema ambiental: sua relevância nos discursos corresponde proporcionalmente à visão crítica dos atores sobre a modernização agrícola.

Nestas linhas finais, convém reforçar a idéia de que essa dissertação procura contribuir com o debate sobre o PRONAF. Nestes termos, insiste-se na relevância em se considerar claramente as várias funções da agricultura. Assim, cabe observar com ênfase questões em torno da agroindustrialização familiar, pluriatividade, diversificação e produção de autoconsumo. Em outras palavras, trata-se de valorizar outras funções da agricultura além da produtiva, como foi efetuado em nossa pesquisa com os atores sociais de Roca Sales.

Por fim, pode-se concluir com algumas pistas que permitem sugerir mudanças que estão ocorrendo na percepção sobre o meio rural de Roca Sales. Elas apontam para novas configurações do rural em que a centralidade da produção começa a ser ao menos questionada, mesmo que, no *habitus* dos atores sociais, esteja muito incorporada a idéia segundo a qual o aumento da produção é o único meio para a viabilização dos estabelecimentos dos agricultores familiares. De qualquer forma, vislumbra-se que o meio rural deixa de ser um lugar de produção agrícola *strito sensu* e passa a exercer funções ligadas ao local de moradia ou vinculadas à produção de autoconsumo, influenciando assim na questão da segurança alimentar. Além disso, pode-se citar os aspectos relativos à preservação dos recursos naturais, preocupação relacionada, sobretudo, com o uso excessivo dos agrotóxicos. Com efeito, as preocupações com os rumos do

desenvolvimento rural tendem, neste sentido, a considerar e valorizar as funções não mercantis da agricultura de maneira plenamente condizente.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: UNICAMP, 1998. (Estudos Rurais).

\_\_\_\_\_. Conselhos, além dos limites. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 121-140, set./dez. 2001.

\_\_\_\_\_. Subsídios e multifuncionalidade na política agrícola europeia. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 40, n. 2, p. 235-265, abr./jun. de 2002.

\_\_\_\_\_. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura**: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. p. 33-53.

ANDRADE, I. A. L. de. Conselhos de Desenvolvimento Rural: um espaço adequado para pensar o desenvolvimento local? In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p.233-250.

BARROS, W. P. **Curso de direito agrário e legislação complementar**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.

BAVA, S. C. Desenvolvimento local: uma alternativa para a crise social? **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 10, p. 53-59, 1996.

BERGER, P. L. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.

BITTENCOURT, G. A. **Cooperativas de crédito solidário**: constituição e funcionamento. 2. ed. rev. Brasília: NEAD, 2001. (Estudos NEAD, 4).

BOUCHER, F.; DESJARDINS, D. R. **La concentración de las queserías rurales de Cajamarca**: retos y dificultades de una estrategia colectiva de activación vinculada con la calidad. [Lima, 2002]. Comunicación aceptada para el coloquio SIAL a realizarse en Montpellier (Francia), los 16, 17 y 18 de octubre 2002 .

BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BUCCI, E. Le Brésil sous le signe de Globo. In: **PROBLÈMES de l'Amérique latine**. Paris. La Documentation Française, 2001. p. 63-84. (Nouvelle Série, n. 43).

CAMPANHOLA, C. et al. Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.17, n.1, p. 11-40, 2000.

CARNEIRO, M. J. **Ruralidade na sociedade contemporânea**: uma reflexão teórico-metodológica. [Rio de Janeiro, 2003]. Trabalho apresentado no seminário internacional “el mundo rural: transformaciones y perspectivas à luz de la nueva realidade”, Bogotá , 2003.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CASTELLS, M. Para o estado-rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação. In: PEREIRA et al. **Sociedade e estado em transformação**. São Paulo: Editora UNESP, Brasília: ENAP, 1999. p. 147-171.

CAZELLA, A. A.; ROUX, B. Agribusiness em questão: a emergência da agricultura multifuncional. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n 13, p. 46-69, out. 1999.

CHAGAS, M. A. B. de A. **A doutrina da função social da propriedade**. [S. l.], 2004. Disponível em: <http://www.factum.com.br/artigos/102.htm> . Acesso em: 04 jan. 2004.

CORTES, S. M. V. Técnica de coleta e análise qualitativa de dados. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p.11-47, 1998.

COSTA, S. Categoria analítica ou passe-partout político-normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil. **BIB**, Rio de Janeiro, n.43, p.3-25, 1. sem. 1997.

\_\_\_\_\_. **As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil. In **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 279-301, 2002.

DELGADO, G. C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 157-172, 2001a.

DELGADO, G. C. et al. Universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 1990. In: GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J.C.P.R.; FERREIRA, B. et al. **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2001b. p.418-440.

DELGADO, N.G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S. et al. **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001c. p. 15-52.

DUARTE R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, Florianópolis, n.115, p.139-154, mar. 2002.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. São Paulo: Jorge Zahar, 1994.

\_\_\_\_\_. **Envolvimento e alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

\_\_\_\_\_. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v. 2.

ELSTER, J. **Peças e engrenagens das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1989. p. 47-49.

FAVARETO, A.; DEMARCO, D. Entre o capital social e o bloqueio institucional: uma avaliação dos CMDR em cinco estados brasileiros. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. **M. Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p.121-146.

FERREIRA, B. et al. A agricultura familiar e o Pronaf: contexto e perspectivas. In: GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J.C.P.R.; FERREIRA, B. et al. **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2001. p.480-539.

FILHO, R. N. dos A. **A função social da propriedade na constituição federal de 1988**. [S.l.], 2004. Disponível em: [http://www.juspodivm.com.br/novo/arquivos/artigos/agrario/roberio-a\\_funcao\\_social.pdf](http://www.juspodivm.com.br/novo/arquivos/artigos/agrario/roberio-a_funcao_social.pdf) . Acesso em: 04 jan. 2004.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA [site da FEE] Porto Alegre, [2005?]. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/capa/index.php>. Acesso em: 04 jan. 2004.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas**: uma análise a partir da produção de autoconsumo no território do Alto Uruguai. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

GENTILI, P. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-28.

GODARD, O. L'écodéveloppement revisité. In: **ECONOMIES et sociétés, développement, croissance et progrès**. Grenoble : Presses Universitaires de Grenoble, 1998. p. 213-229.

GUARESCHI, P. A. Sem dinheiro não há salvação: ancorando o bem e o mal entre os neopentecostais. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. **Texto em representações sociais**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p.191-225.

GUIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa: complementos y estudios previos**. 3. ed. Madri: Cátedra- Teorema, 1984.

HORTA, R. M. **Constituição e direitos sociais**. [S. l.], 2004. Disponível em: <http://www.mg.trt.gov.br/ej/documentos/2002/anaisalfio/ANAIS3.htm>. Acesso em: 04 jan. 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. [Site do IBGE] Rio de Janeiro, [2005?]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 ago. 2005.

JODELET, D. **Les représentations sociales**. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.

JORNADA, M. I. Diversificação versus especialização: apontamentos sobre emprego e produto no Vale do Taquari nos anos 90. **Indicador econômico**, Porto Alegre, v. 30, n. 3, p. 139-158, 2002.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. **Texto em representações sociais**. 2. ed. Petrópolis, RJ:Vozes, 1995. p.63-85.

KRAMER S. **Entrevistas coletivas**: uma alternativa para lidar com diversidade, hierarquia e poder na pesquisa em ciências humanas. Rio de Janeiro: Cortez, 2002.

LAURENT, C. **La multifonctionnalité de l'agriculture**. Paris: Presses de Sciences, 2000.

LEAL, R. G. **Teoria do estado**: cidadania e poder político na modernidade. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura**: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: Ed. da FURB, 2000.

LEITE, S. Padrão de financiamento, setor público e agricultura no Brasil. In: LEITE, S. et al. **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001. p. 53-94.

LEITE, S. **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001.

LÖWY, M. **A guerra dos deuses**: religião e política na América Latina. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LOYAT, J.; PETIT, Y. **La politique agricole commune (PAC)**. Paris: La Documentation Française, 1999.

MALUF, R.S. Políticas agrícolas e de desenvolvimento rural e a segurança alimentar. In: LEITE, S et al. **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001. p. 145-168.

\_\_\_\_\_. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. In: LIMA, D. M.; WILKINSON, J. **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPQ: Paralelo 15, 2002. p.301-328.

\_\_\_\_\_. Produtos agroalimentares, agricultura multifuncional e desenvolvimento territorial no Brasil. In: MOREIRA, R. J.; COSTA, L. F. C. **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2002 a. p.241-261.

\_\_\_\_\_. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p. 135-152.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto comunista**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MEDEIROS, L. S. de. **Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ: UNRISD, 2002.

\_\_\_\_\_. Sem terra, assentados e agricultores familiares: considerações sobre conflitos sociais e a organização dos trabalhadores brasileiros. In: GIARRACCA, N. **Una nueva ruralidad em América Latina?** Buenos Aires: Clacso, 2002 a. p.103-128.

MELO, M.A.B.C. de; COSTA, N. do R. A difusão das reformas neoliberais: análise estratégica, atores e agendas internacionais. In: REIS, E. et al. **Pluralismo, espaço social e pesquisa**. São Paulo, 1995. p.153-173.

MELUCCI, A. Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 40, p. 152-166, nov. 1994.

MENASCHE, R. **Percepções e projetos, agricultura familiar em mudança.** 1996. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Curso de Pós- Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

MINAYO M. C. de S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. **Texto em representações sociais.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p.89-111.

MINAYO M. C. de S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MORAES, J. L. A. de. **Capital social e desenvolvimento rural local.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA E ECONOMIA RURAL, 41., 2003, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: SOBER: UFJF, 2003. p. 68-93.

MOREIRA, R. J. Críticas ambientalistas à revolução verde. **Estudos Sociedade e Agricultura,** Rio de Janeiro, n. 15, p.39-51, out. 2000.

MORUZZI MARQUES, P. E.; BLEIL, S. IA identidade cultural desafia a globalização: o desabafo dos agricultores franceses. **Estudos Sociedade e Agricultura,** Rio de Janeiro, n. 15, p.158-177, out. 2000.

MORUZZI MARQUES, P. E. **Agriculture familiale et participation au Brésil:** les conseils municipaux de développement rural du PRONAF (acteurs, intérêts et pouvoir). 2002. Tese (Doutorado) - Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine, Université Paris III. Paris, 2002.

\_\_\_\_\_. Concepções em disputa na formulação das políticas públicas de apoio à agricultura familiar: Uma releitura sobre a criação do PRONAF. **Revista Raízes,** Campina Grande, v.22, n. 2, p.168-180, jul./dez. 2003.

\_\_\_\_\_. Participação e Pronaf: um estudo do poder, dos atores e dos conflitos em torno dos conselhos municipais de desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MORUZZI MARQUES, P. E. **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 51-120.

MORUZZI MARQUES, P. E; LACERDA, T. F. N. **Representações sobre a vocação turística de Angra dos Reis**: um estudo dos conflitos em torno do conselho de desenvolvimento rural e pesqueiro local. In: ENCONTRO DA ANPPAS, 2., Indaituba, 2004. Campinas, 2005. Disponível em: [http://www.anppas.org.br/encontro/segundo/Papers/GT/GT05/paulo\\_moruzzi.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro/segundo/Papers/GT/GT05/paulo_moruzzi.pdf). Acesso em: 17 ago. 2005.

MORUZZI MARQUES, P. E. et al. **Agricultura familiar, conselhos municipais de desenvolvimento rural e políticas públicas na região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2005. Trabalho apresentado no workshop efeitos da interação políticas públicas e dinâmicas locais sobre a agricultura familiar, João Pessoa, 2005.

NEVES, D. P. **Campesinato, reprodução e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena**. [Rio de Janeiro, 2004]. Trabalho apresentado na reunião brasileira de antropologia, 24., Olinda, 2004.

OFFE, C. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PROUDHON, P. J. **A propriedade é um roubo**. Porto Alegre: L&PM, 2001.

RANGEL M. A análise de conteúdo e a análise do discurso como opções metodológicas na pesquisa de representação social. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n.11, p.111-136 jul./dez. 1998.

REMY, J. Um caminho sinuoso e semeado de espinhos: os agricultores franceses: da especialização e intensificação da produção à multifuncionalidade e ao desenvolvimento sustentável. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 5-50, 2004.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura e Abastecimento. Departamento de Agroindústria, Cooperação e Comercialização. **Programa da Agroindústria Familiar: balanço 1999-2002**. Porto Alegre, 2001.

ROSSET, P. **The Multiple functions and benefits of small farm agriculture**. Oakland, (CA): Food First, 1999. (Policy Brief, n. 4).

ROUSSEAU, J. J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Brasília: Universidade Nacional de Brasília, 1989.

SACHS, I. **L'écodéveloppement**. Paris: Syros/Alternatives Économiques, 1997.

SANTOS, A. M. S. P. **Reforma do Estado, descentralização e autonomia dos municípios**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA E ECONOMIA RURAL, 41., 2003, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora : SOBER: UFJF, 2003. p. 131-153.

SANTOS, B. de S.; AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B.de S.(org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 39-78.

SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J. A. **Desarrollo territorial rural**. Santiago: RIMISP, 2003. Documento de trabajo,.

SCHNEIDER, S. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. [Porto Alegre, 2003] Trabalho apresentado no fórum internacional território, desenvolvimento rural e democracia, 1., Fortaleza 2003.

\_\_\_\_\_. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003a.

SERVOLIN, C. L' **agriculture moderne**. Paris: Editions du Sevil, Février, 1989.

SILVA, J. G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP, IE, 1996.

SILVA, M. K. Entre a norma e o factual: questões para uma análise sociológica dos processos de participação social na gestão pública. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 185-200, 2004.

SOUZA, M. T.A. Argumentos em torno de um “velho” tema: a descentralização. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 377 - 411, 1997.

SPINK, M. J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. **Texto em representações sociais**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p.117-145.

VEIGA, J. E. da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: HUCITEC, 1991. (Estudos Rurais, v. 11).

VEIGA, J. E. da, et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília, 2001. Disponível em: [www.nead.org.br](http://www.nead.org.br). Acesso em: 10 jul. 2005.

WANDERLEY, M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p.87-134, out. 2000.

WILKINSON, J. Os gigantes da indústria alimentar entre a grande distribuição e os novos clusters a montante. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 147-173, abr. 2002.

## **APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS JUNTO AOS CONSELHEIROS/GESTORES LOCAIS DO DESENVOLVIMENTO RURAL**

### **Primeira parte: representação sobre as “funções” da agricultura**

#### **1. Identificação**

- 1.1 Nome, idade, formação/nível de educação, profissão
- 1.2 Instituição/organização, cargo, tempo de atividade
- 1.3 Relato de experiências profissionais (principais interesses, como ingressou na instituição/organização em questão)

#### **2. Características de sua instituição/organização**

- 2.1 Criação/fundação; objetivos.
- 2.2 Principais atividades/projetos realizados no decorrer de sua existência.
- 2.3 Prioridades atuais
- 2.4 Opinião do entrevistado sobre a organização (validade das prioridades, participação motivação ou não dos membros, conflitos de hierarquia, etc)
- 2.5 Espaços de atuação e seu âmbito em termos territoriais (município, localidade, região...) e sociais (conjunto da população, segmento social particular)

#### **3. Representações sobre a organização e o território:**

- 3.1 Qual o eixo em torno do qual gira a atuação da organização? (cadeias produtivas, agricultores, mulheres, municipalidade, etc.)
- 3.2 Quais os principais interesses representados no interior da organização e como eles se expressam na atuação dela?
- 3.3 O(a) senhor(a) considera que os espaços/ esferas de atuação da organização são satisfatórios? Porquê? (identificar o que o entrevistado considera como satisfatório)
- 3.4 Quais os efeitos da atuação da organização sobre a localidade (pensar em termos de ordenamento do território, atividades econômicas, manutenção dos recursos naturais, etc.) e sobre o bem-estar da população?
- 3.5 Que problemas a atuação da organização enfrenta na localidade e como busca resolvê-los?
- 3.6 Quais os planos futuros da organização para melhor cumprir com seus objetivos?

#### **4. Qual a importância da agricultura para o município?**

- 4.1 Como foi a evolução do meio rural nos últimos 20 anos e qual a opinião do entrevistado sobre isto?
- 4.2 Quais seriam as características adequadas para ser um agricultor nos dias de hoje?
- 4.3 Quais têm sido as conseqüências desta evolução para os jovens?
- 4.4 Quais os principais problemas ligados à atividade agrícola no município?
- 4.5 Continuando desta maneira, como será o rural em 2014?

#### **5. Agricultura e meio ambiente**

- 5.1 O(a) senhor(a) considera que a agricultura interfere (positiva ou negativamente) no meio ambiente? Se sim, como? Se não, porquê?

- 5.2 Insistência sobre os conflitos ambientais, sobre a degradação ambiental nos últimos anos e sobre a recuperação do meio ambiente: Há algum tipo de conflito entre as ações de controle ambiental e a prática agrícola? (Se for o caso fazer uma pergunta mais direta com base nos resultados da pesquisa anterior).

## **6. Agricultura e sociedade**

- 6.1 Como a agricultura contribui para a dinâmica social e a qualidade de vida do município?  
Ou: Na sua opinião, a agricultura desempenha algum papel importante para a vida das pessoas no município? Se sim, que segmento(s) da população mais se beneficia(m) da agricultura?
- 6.2 Pontos que possam merecer insistência: segurança alimentar, hábitos/tradições alimentares, modo de vida e geração de ocupação.

## **7. Modelo de agricultura**

- 7.1 Qual o ideal do entrevistado para a agricultura e para o rural e quais seriam as características adequadas do agricultor nestas circunstâncias?
- 7.2 Nesta perspectiva, quais deveriam ser as transformações para que estejamos mais próximos deste ideal em 2014?
- 7.3 Como as políticas públicas e as organizações da região deveriam se ajustar para tais mudanças (o que deve ser feito e por quem)?
- 7.4 Quais as instituições mais importantes para a mudança proposta pelo entrevistado (o que seria o mais importante e porque)?

## **8. Forma de intervenção**

- 8.1 Como o entrevistado procura intervir para que seu modelo seja implantado? Quais os limites destas iniciativas?
- 8.2 Para o entrevistado, qual seria o fórum/instância de poder (com qual abrangência territorial) mais adequado para as eventuais mudanças?

## **9. Representações sobre política e sociedade:**

- 9.1 Que políticas de âmbito nacional têm interferido na dinâmica local?
- 9.2 Qual a sua avaliação sobre tais políticas? (Elas são boas e importantes para a localidade, são inoperantes, isto é, meramente burocráticas sem efeitos práticos, são insuficientes ..)
- 9.3 O(a) senhor(a) saberia identificar as principais demandas da população rural para melhorar sua qualidade de vida? Como sua organização reage a estas demandas?
- 9.4 Como as políticas públicas nacionais se reportam em relação a esses interesses locais? Há convergência, há conflitos, há disputas?
- 9.5 Que setores da sociedade o(a) senhor(a) destacaria como sendo os mais importantes para o desenvolvimento local?
- 9.6 Que instituições ou organizações o(a) senhor(a) destacaria como importantes para liderar um processo de desenvolvimento local?

**Perguntas para o caso do entrevistado não ser membro do conselho. Caso o entrevistado seja membro do conselho, ir para a segunda parte.**

- 9.7 Como o(a) senhor(a) vê a atuação do CMDR? (sondar críticas e sugestões)
- 9.8 Quais as posições mais influentes dentro do Conselho?

- 9.9 Como o Conselho mobiliza e consulta os setores sociais nele representados para formular a sua intervenção?
- 9.10 Existe um plano municipal de desenvolvimento rural? O(a) senhor(a) o conhece? Ele é obedecido?
- 9.11 O(a) senhor(a) considera que esse plano corresponde às prioridades básicas do município?
- 9.12 Quais os principais entraves para um bom funcionamento do CMDR?
- 9.13 O CMDR dialoga ou interage com outros Conselhos ou entidades na localidade?
- 9.14 O(a) senhor(a) considera eficiente a interação e os debates entre as diversas organizações e segmentos sociais no município? Teria sugestões para aperfeiçoá-los?

**Segunda parte: Destinada aos membros do conselho municipal de desenvolvimento rural,**

**10. Conselhos locais de desenvolvimento rural ou outra arena (dependendo da visão do entrevistado e de seu engajamento).**

- 10.1 Desde quando o entrevistado participa do conselho
- 10.2 Como foi definida sua participação (eleição, nomeação por autoridade municipal, em função de seu cargo, etc)
- 10.3 Desde quando a instituição/organização possui uma cadeira no conselho

**11. Missão do conselho**

- 11.1 Qual a opinião do entrevistado sobre o papel que o conselho deveria desempenhar
- 11.2 Na visão do entrevistado, o conselho corresponde a este papel
- 11.3 Quais são efetivamente as ações e os papéis do conselho

**12. Funcionamento do conselho**

- 12.1 O entrevistado participa de todas as atividades do conselho?
- 12.2 Qual a frequência de reuniões do conselho?
- 12.3 Qual a forma de escolha do presidente do conselho e qual a opinião do entrevistado sobre esta solução?
- 12.4 Quais os critérios para a escolha dos membros do conselho (paridade entre agricultura familiar e poderes públicos, importância das organizações no município, indicação cabe exclusivamente às autoridades municipais). Obter comentários/opiniões do entrevistado.
- 12.5 Existe algum fundo para investimentos sob a administração do conselho? Os recursos são suficientes? Quais são os problemas para o manejo do fundo?

**13. Conselho e participação das famílias rurais**

- 13.1 As atividades do conselho são divulgadas na imprensa (rádio, jornal, boletins)
- 13.2 Existe algum procedimento para encorajar a participação das famílias rurais na definição das intervenções do conselho (DRP, reuniões nas comunidades, escolha dos conselheiros pelos membros das comunidades rurais).
- 13.3 Se a resposta é positiva, obter detalhes e conhecer a opinião do entrevistado.

**14. Conselho e planejamento**

- 14.1 O conselho elaborou um plano de desenvolvimento rural? Quem e como?

- 14.2 Em caso positivo, o entrevistado conhece este plano?
- 14.3 Qual é o horizonte em termos de tempo deste plano? Como é acompanhado e atualizado tal plano?

### **15. Conselheiro e formação/informação**

- 15.1 Os conselheiros tiveram cursos de capacitação para exercer sua função?
- 15.2 Se sim, o entrevistado participou destes cursos?
- 15.3 Se sim, qual opinião do entrevistado sobre o conteúdo e sobre a própria realização deste tipo de formação?
- 15.4 Meio pelo qual tem acesso a informações, opiniões, conhecimento (especificar: jornal, TV, rádio, informes da organização, outros meios).

### **16. Conselho e políticas de desenvolvimento rural**

- 16.1 O conselho debate e procura orientar a intervenção das políticas estaduais e nacionais destinadas à agricultura e ao meio rural?
- 16.2 Em caso positivo, quais são os programas/políticas discutidos (RS Rural, crédito do PRONAF, seguro agrícola, outro) ?
- 16.3 Quais as questões que são objeto de debate e que tipo de iniciativa o conselho toma?
- 16.4 Qual a opinião do entrevistado sobre a intervenção do conselho nestas questões?
- 16.5 Qual a avaliação do entrevistado sobre a evolução geral das políticas agrícolas e de desenvolvimento rural? Elas têm melhorado as condições de vida dos agricultores e suas famílias no município?
- 16.6 Particularmente sobre a mudança no PRONAF em relação à abordagem territorial (criação da secretaria de desenvolvimento territorial e orientação do programa de serviços e infra-estrutura para congregações de municípios), qual a opinião do entrevistado sobre esta reorientação?

### **17. Conselho e tomada de decisão**

- 17.1 Como é estabelecida a pauta das reuniões do conselho?
- 17.2 Como são decididas as intervenções/prioridades do conselho (voto, grupos de trabalho, presidente tem a última palavra, o conselho só apresenta grandes orientações sem verdadeiramente decidir, outro)
- 17.3 Existem muitos desacordos entre os conselheiros? Sobre quais pontos?
- 17.4 Qual a opinião do entrevistado sobre o processo de tomada de decisão no conselho?

### **18. Avaliação/propostas do entrevistado em relação ao conselho**

- 18.1 Quais as principais realizações do conselho local?
- 18.2 Quais foram as principais dificuldades para a implantação?
- 18.3 Do ponto de vista do entrevistado, elas contribuíram para o fortalecimento da agricultura familiar do município?
- 18.4 Quais temas/questões não são tratados, mas deveriam ser discutidos no conselho?
- 18.5 Na opinião do entrevistado, quais mudanças deveriam ser realizadas no modo de funcionamento do conselho?

**APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO À FAMÍLIAS RURAIS NA  
PRIMEIRA FASE DE PESQUISA**

Reprodução das famílias rurais, desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura:  
estratégias e políticas públicas em diferentes regiões brasileiras

Estudo de caso gaúcho (Uergs/Fepagro)  
**Questionário - Famílias rurais – PARTE II**

**Questionário nº:** .      **Município:** .

**Entrevistador(es):**..

**Data da entrevista:**    /    /    Realizada em data diferente da PARTE I? .

**Pessoa entrevistada** (nome e posição na família): .

*i. 46.1.1.1.1.1.1.1.*

**Quadro 4.1 - Produção, consumo e comercialização de produtos vegetais (período outubro/2002 a setembro/2003)**

Principais Produtos	Numerar em ordem de importância	Produção média anual (kg)	Venda (%)	Alimentação animais (%)	Transform. no estabel. (%)	Consumo Próprio (%)	Forma de Comercialização (a)
Soja							
Milho							
3Fumo							
Trigo							

**Quadro 4.3 - Produção, consumo e comercialização de produtos extrativos (período outubro/2002 a setembro/2003)**

Principais Produtos	Numerar em ordem de importância	Produção média anual	Venda (%)	Transform. no estabel. (%)	Consumo Próprio (%)	Forma de Comercialização (a)
Lenha-carvão						
Madeira						

(a) 3 . Agroindústria

**Quadro 4.2 - Produção, consumo e comercialização de produtos animais (no último ano: período outubro/2002 a setembro/2003)**

Principais Produtos	Numerar em ordem de importância	Rebanho (cabeças)	Produção média anual	Venda (%)	Transform. no estabel. (%)	Consumo Próprio (%)	Forma de Comercialização (a)
Aves (frango corte)							
Bovinos							
Suínos							
Ovinos-caprinos							
Leite							
Ovos							
Peixes							
Mel							

(a) 03. Agroindústria 07. Direto ao consumidor 08. Outros (especificar):)

1. Qual o a renda monetária anual bruta aproximada da produção agropecuária? R\$ \_\_\_\_\_

E descontando as despesas de produção (renda líquida)?

NÃO PERGUNTAR: mais tarde, o pesquisador deve calcular a renda mensal líquida equivalente:

01. até R\$ 200,00 [ ]      02. R\$ 200,00 a 400,00 [ ]      03. R\$ 400,00 a 600,00 [ ]  
 04. R\$ 600,00 a 1.000,00 [ ]      05. R\$ 1.000,00 a 2.000,00 [ ]      06. mais de R\$ 2.000,00 [ ]

#### Quadro 4.4. Atividades exclusivas para auto-consumo

Atividades de auto-consumo	Principais produtos	Quem responde pela atividade (a)	Observações complementares (b)
Pomar			
Roça			
Horta			
Criação animal			

2. Caso tivesse que comprar os alimentos que obtém diretamente na(s) sua(s) propriedade, quanto o(a) senhor(a) avalia que gastaria por mês? (*atenção: considerar o total do auto-consumo informado nos quadros 4.1. a 4.3 e na questão 2*)

01. até R\$ 50,00 [ ]      02. R\$ 50,00 a 100,00 [ ]      03. R\$ 100,00 a 200,00 [ ]  
 04. mais de R\$ 200,00 [ ]      05. não sabe avaliar [ ]

2.1. Qual o gasto mensal aproximado da família na aquisição de alimentos?

01. até R\$ 50,00 [ ]      02. R\$ 50,00 a 100,00 [ ]      03. R\$ 100,00 a 200,00 [ ]  
 04. mais de R\$ 200,00 [ ]      05. não sabe avaliar [ ]

#### Quadro 4.5. Aquisição de alimentos

Principais itens adquiridos	Participação no consumo total do item pela família (%)	Frequência de aquisição (a)	Onde compra (b)
Carne			
Farinha			
Arroz			
Açúcar			

Óleo			
Verduras			
Frutas			

(a) 02. Mensal    03. Eventualmente    (b) 01. Supermercado    04. Direto do produtor

**b. 46.1.1.1.2. Quadro 5 - Atividade agroindustrial rural - agregação de valor**

5.1. Realiza processamento regular de matéria-prima\*?    01. Sim [ ]    02. Não [ ]

**Quadro 6 - Outras fontes de receitas e auxílios da família - período outubro/2002 a setembro/2003**

Tipos de receitas monetárias	Valor bruto anual recebido	
	(R\$)	Não sabe

3. NÃO PERGUNTAR, CALCULAR DEPOIS: Qual a renda monetária mensal total da família (incluindo rendas pessoais, da atividade produtiva e outras receitas)?

01. até R\$ 200,00 [ ]    02. R\$ 200,00 a 400,00 [ ]    03. R\$ 400,00 a 600,00 [ ]  
 04. R\$ 600,00 a 1.000,00 [ ]    05. R\$ 1.000,00 a 2.000,00 [ ]    06. mais de R\$ 2.000,00 [ ]  
 07. não sabe responder [ ]    08. não quis responder [ ]

4. Qual a renda mais importante para a manutenção da família?

01. atividade agropecuária própria [ ]    02. trabalho em atividade agropecuária de terceiros [ ]

**Quadro 8 - Fontes de crédito**

Finalidade	Utiliza (a)	Fonte (b)
8.5. Outro (especificar)		

(a) 01. Sim    05. Outro (especificar):

5. Adota alguma prática que confere qualidade diferenciada aos produtos que comercializa (produtos orgânicos, artesanais, etc.)?

01. Sim [ ]    02. Não [ ]

6. Quando necessita de assistência técnica, a quem costuma procurar?

07. Outros [ ] especificar: \_

7. O(a) senhor(a) gostaria de modificar os tipos de atividades agropecuárias?

01. Diversificar mais [ ]    02. Especializar mais [ ]    03.  
 7.1. Por quê?

8. O(a) senhor(a) pensa em outras possibilidades de utilização da terra além da atividade agropecuária?

01. Sim [ ]    02. Não [ ]

9. O(a) senhor(a) considera que sua família:

9.1. Está protegida contra o risco de não ter alimentos suficientes para comer?

01. Sim [ ]      02. Não [ ]  
9.2. Por quê?
- 9.3. Considera que possui hábitos alimentares saudáveis?  
01. Sim [ ]      02. Não [ ]  
9.4. Por quê?
10. O(a) senhor(a) **considera** que sua família e demais famílias rurais da sua comunidade contribuem para que não falte alimentos para o conjunto da sociedade e para que esses alimentos sejam de boa qualidade e saudáveis?  
01. [ ]      02. Não [ ]  
10.1. Se sim, como?\_
- 10.3. Qual sua opinião sobre os alimentos transgênicos? \_
35. Qual destes locais o(a) senhor(a) costuma ir com maior frequência?  
01. comunidade rural [ ] 02. bairro/distrito mais próximo [ ] 03. sede do município/cidade mais próxima [ ]  
35.1. Por quê? Com que finalidade?
36. O(a) senhor(a) vai regularmente à cidade mais próxima (mencionar o nome da cidade, se necessário)?  
01. sim [ ]      02. não [ ]  
36.1. Se sim, para quê? especificar por ordem de importância:  
36.2. Com que frequência?
37. Com que pessoas o(a) senhor(a) e sua família se relacionam com maior frequência?  
(tentar construir a rede de sociabilidade, por **ordem de importância: 1, 2, 3**, etc.)  
01. parentes [ ]    02. vizinhos [ ]    03. grupo religioso [ ]
38. Quais as atividades de lazer mais importantes da sua **família**? (ordem de importância: 1, 2, 3, etc.)  
01. Festas comunitárias [ ] 02. Jogos na comunidade [ ] 03. Viagem de férias [ ]  
04. Visita a familiares [ ] 05. Excursões [ ]      06. Pescaria [ ]
- 38.1. Faltam alternativas de lazer acessíveis para sua família? Se sim, quais ou de que tipo? Distinguir necessidades dos diferentes membros da família:

**Quadro 12: Participação da família na vida da comunidade e do município**

Discriminação	Existe	Alguém da família participa	Membros da família que participam (a)
12.1 Associação comunitária de produtores	Sim( ) Não ( ) Não sabe ( )	Sim ( ) Não ( )	
12.2 Associação de feirantes	Sim( ) Não ( ) Não sabe ( )	Sim ( ) Não ( )	
12.3 Condomínios agrícolas	Sim( ) Não ( ) Não sabe ( )	Sim ( ) Não ( )	
12.4 Cooperativas – qual?	Sim( ) Não ( ) Não sabe ( )	Sim ( ) Não ( )	
12.5 Entidade ambientalista	Sim( ) Não ( ) Não sabe ( )	Sim ( ) Não ( )	
12.6 Sindicato de trabalhadores rurais	Sim( ) Não ( ) Não sabe ( )	Sim ( ) Não ( )	
<b>12.7 Sindicato patronal rural</b>	Sim( ) Não ( ) Não sabe ( )	Sim ( ) Não ( )	
12.8 Associação de mulheres/clubes de mães	<b>Sim( ) Não ( ) Não sabe ( )</b>	<b>Sim ( ) Não ( )</b>	
12.9 Associação/clubes de jovens	Sim( ) Não ( ) Não sabe ( )	Sim ( ) Não ( )	
12.10 Associação de igreja (pastorais, etc.)	Sim( ) Não ( ) Não sabe ( )	Sim ( ) Não ( )	
12.11 Associação de pais e mestres da escola	Sim( ) Não ( ) Não sabe ( )	Sim ( ) Não ( )	
12.12. Conselho municipal (especificar qual ou quais):	Sim( ) Não ( ) Não sabe ( )	Sim ( ) Não ( )	
12.13 Partido político	Sim( ) Não ( ) Não sabe ( )	Sim ( ) Não ( )	

12.14 Outro – especificar:	Sim ( ) Não ( ) Não sabe ( )	Sim ( ) Não ( )	
----------------------------	------------------------------	-----------------	--

(a) 02. Cônjuge 05. Outros (especificar):

39. Algum membro da família ocupa ou ocupou cargo(s) diretivo(s) em alguma(s) das entidades listadas no quadro anterior?  
01. Sim [ ] 02. Não [ ]

39.1. Se sim, especificar (mencionando quem

39.2. Em sua opinião, quais dessas são as entidades mais importantes/atuantes na comunidade e no município? Por quê?

39.3. Qual(is) delas promovem reuniões/debates a respeito de políticas públicas para o meio rural? Quais os temas?

40. Que atividades e festas o(a) senhor(a) acha que são importantes para a vida da comunidade? (por **ordem de importância**: 1, 2, 3, etc.)

01. festas da igreja [ ] 02. festas da comunidade [ ] 03. reuniões de famílias [ ]

40.1. Em qual delas o(a) senhor(a) participa com maior frequência?

41. Qual a sua opinião sobre as pessoas que vêm de fora (turistas, novos residentes, novos agricultores, etc.)?

01. trazem mais vantagens que desvantagens [ ]

02. trazem mais desvantagens que vantagens [ ]

03. não interferem em nada [ ]

41.1. Quais as principais vantagens que o pessoal de fora traz?

41.2. Quais as principais desvantagens que o pessoal de fora traz

41.3.. Quais as principais contribuições que o pessoal daqui dá para o pessoal de fora?

42. Em sua comunidade, existe algum tipo de conflito entre:

42.1. agricultores locais e pessoal que vem da cidade (turistas)?

01. sim [ ] 02. não [ ]

42.2. agricultores locais e os novos produtores que se instalam na região ?

01. sim [ ] 02. não [ ]

43. Em relação ao lugar (comunidade ou região) em que mora:

01. gosta do lugar onde mora [ ] 02. gostaria de morar em outro lugar [ ]

43.1. Por quê?

44. O que o(a) senhor(a) destacaria como mais importante para sua permanência neste lugar

45. De um modo geral, o que acontece com os jovens daqui, eles saem ou permanecem na comunidade?

45.1. Rapazes:

45.2. Moças: \_\_

Se saem, para onde vão?

45.3. Rapazes:

45.4. Moças: \_

O que vão fazer/procurar?

45.5. Rapazes:

45.6. Moças:

45.7. O senhor acha importante que os jovens permaneçam na comunidade? 01. Sim [ ] 02. Não [ ]

46. Com relação aos hábitos e aos costumes da sua **família**:

46.2. Quais o(s) senhor(a) acha que estão se mantendo e por quê?

46.2. Quais o(s) senhor(a) acha que estão se perdendo e por quê?

47. Com relação aos hábitos e costumes da sua **comunidade**:

47.1. Quais o(a) senhor(a) acha que estão se mantendo e por quê?



**APÊNDICE C - RELAÇÃO ENTREVISTADOS****Entrevista nº 1**

- \* Entrevistadores: **Jair (J) Liziane (L)**
- \* Entrevistado: **Bruno Horst- Prefeito Municipal de Roca Sales**
- \* Data e horário: **25/06/2003**
- \* Local: **Prefeitura Municipal de Roca Sales 15:00**
- \* Tempo de duração: **2 horas**
- \* Observações

**Entrevista nº 2**

- Entrevistadores: **Osmar(O) e Jair (J) e Paulo (P) e Renata (R)**
- \* Entrevistado: **Egon Schneider – Presidente sindicato dos trabalhadores rurais (STR) de Roca Sales**
- \* Data e horário: **12/02/2004 (sexta feira pela manha)**
- \* Local: **STR – Sindicato dos trabalhadores rurais de Roca Sales**
- \* Tempo de duração: **1 hora e 30 minutos**
- \* Observações:

**Entrevista nº 3**

- \* Entrevistadores: **Jair (J) Liziane (L)**
- \* Entrevistado: **Arli Afonso Wolffmann- Secretario de Agricultura de Roca Sales**
- \* Data e horário: **26/06/2003**
- \* Local: **Prefeitura Municipal de Roca Sales 18:00**
- \* Tempo de duração: **2 horas**
- \* Observações:

**Entrevista nº 4**

- Entrevistadores: **Jair (J) Karin (K)**
- \* Entrevistado: **Pascal Bertoldi, Secretario Saúde Roca Sales**
- \* Data e horário: **25/06/2003**
- \* Local: **Residência do entrevistado 11:00**
- \* Tempo de duração: **2 horas**
- \* Observações

**Entrevista nº 5**

- \* Entrevistadores: **Osmar(O) e Jair (J)**
- \* Entrevistado: **Picoli (P)**
- \* Data e horário: **11/02/2004 (início da manha de quinta)**

- \* **Local:** escritório Emater em Roca Sales
- \* **Tempo de duração:** 1 hora e 30 minutos
- \* **Observações:**

#### **Entrevista nº 6**

- Entrevistadores:** Paulo (P) Jair (J) Osmar (O)
- \* **Entrevistado:** Jose - Gerente do Sicredi
- \* **Data e horário:** 12/02/2004 (sexta-feira a tarde)
- \* **Local:** Agência Sicredi Roca Sales
- \* **Tempo de duração:** 1 hora
- \* **Observações**

#### **Entrevista nº 7**

- Entrevistadores:** Jair (J) Liziane (L)
- \* **Entrevistado:** Tairo Wairich - vereador Roca Sales
- \* **Data e horário:** 25/06/2003 das 17:00 às 19:00 horas
- \* **Local:** Prefeitura Municipal de Roca Sales
- \* **Tempo de duração:** 2 horas
- \* **Observações:**

#### **Entrevista nº 8**

- Entrevistadores:** Osmar(O) e Jair (J)
- \* **Entrevistado:** Barbieri
- \* **Data e horário:** 11/02/2004 (tarde de quinta)
- \* **Local:** Escritório da Inspeção Veterinária de Roca Sales
- \* **Tempo de duração:** 1 hora e 30 minutos
- \* **Observações:**

#### **Entrevista nº 9**

- Entrevistadores:** Osmar(O) e Jair (J)
- \* **Entrevistado:** Cristian (C) – biólogo prefeitura municipal
- \* **Data e horário:** 11/02/2004 (início da tarde de quinta)
- \* **Local:** Prefeitura Municipal de Roca Sales
- \* **Tempo de duração:** 1 hora
- \* **Observações:**

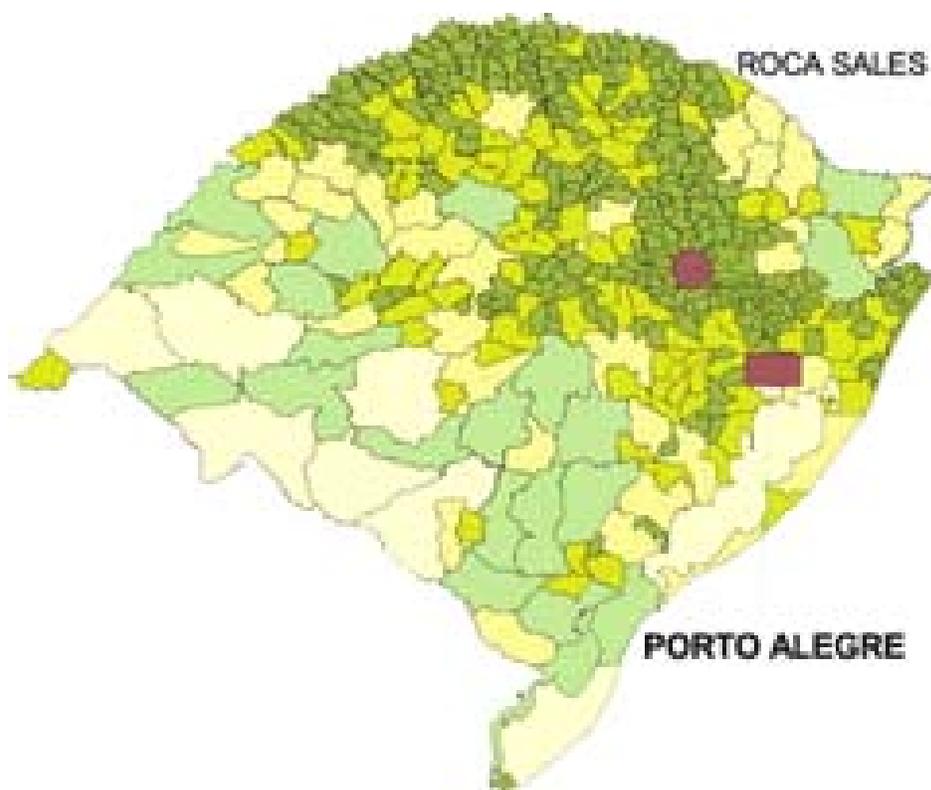
#### **Entrevista nº 10**

- \* **Entrevistadores:** Paulo (P) Jair (J) Osmar (O)
- \* **Entrevistado:** Waldelírio – pastor local
- \* **Data e horário:** 12/02/2004 (sexta-feira a tarde)

- \* **Local:** Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil
- \* **Tempo de duração:** 1 hora
- \* **Observações**

#### **Entrevista nº 11**

- \* **Entrevistadores:** Jair (J) Liziane (L)
- \* **Entrevistado:** Lauro Stormosky e Ermínia (Esposa que entrou no meio da entrevista)
- \* **Data e horário:** 26/06/2003 das 8:00 às 9:00
- \* **Local:** Mercearia do entrevistado localizada no interior de Roca Sales
- \* **Tempo de duração:** 1 horas
- \* **Observações:**

**ANEXO - LOCALIZAÇÃO DE ROCA SALES NO RIO GRANDE DO SUL**

Fonte: <http://www.citybrazil.com.br/rs/rocasales/mapas.htm>